

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

**A RELEVÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO CIA (*CERTIFIED
INTERNAL AUDITOR*) EM PORTUGAL**

Aida Maria Caneja de Araújo

Lisboa, março de 2017

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

**A RELEVÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO CIA (*CERTIFIED
INTERNAL AUDITOR*) EM PORTUGAL**

Aida Maria Caneja de Araújo, nº 20140179

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria, realizada sob a orientação científica de Ana Marinho Pires, professora da área científica de Riscos Empresariais e de Controlo Interno.

Constituição do Júri:

Presidente – Especialista (Mestre) Gabriel Alves

Arguente – Especialista (Mestre) Nuno Oliveira

Vogal – Especialista (Mestre) Ana Marinho Pires

Lisboa, março de 2017

DECLARAÇÃO

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

DEDICATÓRIA

À minha Princesa pelas horas que não lhe dediquei, quando ela me pediu “mamã anda brincar comigo”

Ao meu marido pela motivação e compreensão que me transmitiu.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Mestre Ana Marinho Pires, pela orientação e confiança que depositou em mim.

Ao Dr. Nuno Oliveira por ter colocado à minha disposição, na última etapa desta caminhada, o seu conhecimento e ao Dr. Gabriel Alves por toda a sua dedicação que muito contribui para o enorme sucesso do mestrado em auditoria.

Aos colegas de profissão com quem tive o privilégio de me cruzar e que, ao longo dos últimos 16 anos, desempenharam um papel determinante no alargamento dos meus horizontes.

RESUMO

Para que uma função de auditoria possa trazer valor acrescentado às organizações é necessário dotá-la de profissionais com conhecimentos, técnicas e outras competências para o cabal desempenho das suas responsabilidades. Assim, cada vez mais os auditores internos são encorajados a demonstrar a sua proficiência obtendo certificações profissionais adequadas, tais como a certificação CIA (*Certified Internal Auditor*), promovida pelo The Institute of Internal Auditors Global.

Pelos motivos apresentados seria pertinente apurar o universo de auditores com a certificação CIA existentes em Portugal, efetuar uma análise comparativa com outros países da Europa, bem como aferir da opinião que os profissionais de auditoria têm sobre a relevância da certificação CIA, por forma a dotar potenciais *stakeholders* com mais informação sobre a certificação CIA.

Neste trabalho foi efetuado um enquadramento sobre a certificação CIA e outras certificações internacionais e uma breve revisão da literatura aplicada ao tema escolhido. Posteriormente foram elaborados inquéritos e observações que permitissem obter as informações necessárias para alcançar os objetivos definidos. Foram recolhidas 7 respostas de representantes do IIA Global na Europa, 64 respostas de profissionais de auditoria a desempenhar funções em Portugal e/ou associados do IPAI e 37 ofertas de emprego em auditoria interna, disponíveis na rede social profissional “*linkedin*”.

Foi possível concluir que os inquiridos atribuem grande valor à certificação CIA, nomeadamente no aumento da credibilidade do auditor e da função de auditoria, do grau de confiança e competência. No entanto não reconhecem benefícios no aumento da remuneração do auditor certificado.

Por outro lado, constatou-se que as ofertas de emprego em auditoria interna em Portugal não fazem qualquer referência a certificações internacionais, ao contrário de outros países como a Inglaterra que dão grande relevância.

Verificou-se ainda, numa amostra de sete países situados na Europa, que Portugal é dos países com menor número de auditores detentores da certificação CIA.

Palavras chave: auditoria interna, CIA, certificações internacionais, proficiência

ABSTRACT

For an audit function can bring adding value to organizations is necessary to provide it with professionals possessors of knowledge, techniques and other skills for the performance of their responsibilities. Therefore, more and more internal auditors are encouraged to demonstrate their proficiency by obtaining appropriate professional certifications such as CIA certificate (Certified Internal Auditor), promoted by The Institute of Internal Auditors Global.

For the reasons presented would be pertinent to found the universe of CIA's existing in Portugal, carrying out a comparative analysis with other countries of Europe, as well as assess the view that audit professionals have about the relevance of the CIA certification, in order to provide potential stakeholders with more information about the certification.

This work carried out a framework on the CIA certification and other international certifications and a brief literature review applied to the chosen theme. Later investigations and observations have been developed to obtain the information necessary to achieve the objectives set. They were collected 7 responses from IIA Global Europe representatives, 64 responses of audit professionals performing functions in Portugal and/or members of the IPAI and 37 jobs in internal audit, available on social network "LinkedIn".

It was possible to conclude that the respondents attach great value to the CIA certification, in particular on increasing the credibility of the auditor and the audit function, the degree of confidence and competence. However, do not recognize benefits in increasing the remuneration of the auditor certificate.

On the other hand, it was found that the job offers in internal audit in Portugal, do not make any reference to international certifications, unlike other countries like England who give great importance.

It was also found on a sample of seven countries in Europe that Portugal is one of the countries with fewer Auditors with CIA certification.

Key Words: Certified Internal audit, CIA, international certification, proficiency

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento e relevância do tema	1
1.2. Objeto e objetivos da investigação	2
1.3. Metodologia	3
1.4. Estrutura da dissertação	4
2. A CERTIFICAÇÃO CIA	5
2.1. Certificações internacionais	5
2.2. O IIA – Institute of Internal Auditors e o IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna	6
2.3. O processo de obtenção da certificação CIA	7
2.3.1. Requisitos de elegibilidade do candidato	7
2.3.2. Inscrição, marcação e realização do exame	8
2.3.3. Conhecimentos testados no exame	10
2.3.4. Conhecimento dos resultados.....	10
2.3.5. Reprovação no exame	10
2.4. A manutenção da certificação.....	11
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3.1. O IPPF – <i>International Professional Practices Framework</i>	12
3.1.1. Missão da Auditoria Interna	13
3.1.2. Orientações obrigatórias	14
3.1.2.1 Princípios fundamentais para a prática de auditoria interna ..	14
3.1.2.2 Definição de Auditoria Interna.....	15
3.1.2.3 Código de ética.....	17
3.1.2.4 Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna.....	21
3.1.2.5 Orientações recomendadas	23
3.2. Estatuto da Função de Auditoria Interna (<i>Internal Audit Charter</i>). 24	

3.3.	Independência e objetividade dos auditores	26
3.4.	Proficiência e zelo profissional dos auditores	29
3.5.	The IIA Global Internal Audit Competency Framework	32
4.	ESTUDO SOBRE A RELEVÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO CIA EM PORTUGAL	34
4.1.	Objetivos.....	34
4.2.	Metodologia	35
4.2.1.	População alvo	35
4.2.2.	Justificação e descrição dos instrumentos utilizados	35
4.2.3.	Amostra	38
4.3.	Análise e tratamento dos dados	39
4.3.1.	Caraterização da amostra – dados do inquirido	40
4.3.2.	Caraterização da amostra – dados da organização e da função de auditoria... ..	45
4.3.3.	Caraterização da Amostra – identificação dos auditores certificados/em processo de certificação versus não certificados	50
4.3.4.	Iniciativa para obter a certificação	53
4.3.5.	Opinião dos inquiridos sobre a relevância da certificação	54
4.3.5.1	A manutenção da certificação	63
4.3.6.	Auditores não certificados – formação sobre temas de auditoria interna.....	64
4.3.7.	Níveis de certificação existentes em Portugal e uma breve comparação com alguns países da Europa	65
4.3.8.	Análise de ofertas de emprego em AI	67
4.3.9.	Limitações e dificuldades do estudo	68
5.	CONCLUSÃO	70
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
	Apêndice A – Inquérito por questionário.....	77
	Apêndice B – Respostas dos representantes do IIA Global na Europa (informação com o nº de auditores detentores da certificação CIA)	84

Apêndice C – Quadro com respostas ao Questionário	88
Apêndice D – Informação sobre as ofertas de emprego.....	97
Apêndice E – Lista de portugueses com as certificações CIA, CCSA,CRMA, CFSA e CGAP	101

Índice de tabelas

Tabela 2.1 Sugestão para cronometrar o tempo na realização de um exame CIA	9
Tabela 3.1 Definição de auditoria interna - questão do exame CIA Parte I.....	16
Tabela 3.2 Código de ética – questão prática do exame CIA parte I.....	20
Tabela 3.3 Normas internacionais de auditoria interna - Questão prática do exame CIA - Parte I	22
Tabela 3.4 <i>Internal Audit Charter</i> - Questão prática colocada no exame CIA - Parte I	25
Tabela 3.5 Objetividade - Questão prática de um exame CIA - Parte I	28
Tabela 3.6 Nível de conhecimento exigido ao auditor - questão prática de um exame CIA - Parte I	30
Tabela 4.1 Número de auditores com a certificação CIA em alguns países da Europa	66

Índice de Figuras

Figura 3.1 The IIA's International Practices Framework (<i>New and Old</i>)	13
Figura 3.2 The IIA Global Internal Audit Competency Framework - interligação das dez competências	33
Figura 4.1 Distribuição por género.....	40
Figura 4.2 Distribuição por grau académico.....	40
Figura 4.3 Relação entre o grau académico e o género.....	41
Figura 4.4 Distribuição por área de formação	41
Figura 4.5 Distribuição por número de anos de experiência profissional.....	42
Figura 4.6 Distribuição por nº de anos de experiência como auditor interno.....	43
Figura 4.7 Relação entre o género e o número de anos de experiência em auditoria interna.....	43
Figura 4.8 Relação entre a experiência profissional e a experiência como auditor interno	44
Figura 4.9 Distribuição dos inquiridos por setor de atividade onde trabalham.....	45
Figura 4.10 Distribuição por volume de negócios da organização	45
Figura 4.11 Distribuição por ramo de atividade da organização	47
Figura 4.12 Distribuição dos inquiridos por categoria profissional	47
Figura 4.13 Existência de uma função de auditoria interna na organização.....	47
Figura 4.14 Dimensão da função de auditoria.....	48
Figura 4.15 Função de auditoria com auditores detentores da certificação CIA	48

Figura 4.16 Dimensão da função de auditoria que é composta por mais auditores certificados	49
Figura 4.17 Distribuição dos auditores certificados por ramo de atividade.....	50
Figura 4.18 Distribuição dos auditores com/ sem certificação CIA	51
Figura 4.19 Distribuição dos auditores certificados por categoria profissional.....	51
Figura 4.20 Intenção de se candidatar à obtenção da certificação nos próximos 2 anos	52
Figura 4.21 Distribuição por categoria profissional dos auditores que têm intenção de se candidatar à obtenção da certificação nos próximos 2 anos.....	52
Figura 4.22 Distribuição dos inquiridos que responderam se existem ou não auditores em processo de certificação na organização onde trabalham.....	53
Figura 4.23 Iniciativa para obtenção da certificação CIA	53
Figura 4.24 Distribuição por opinião sobre a obrigatoriedade da certificação CIA	54
Figura 4.25 Relação entre a opinião do inquirido e a sua categoria profissional.....	55
Figura 4.26 Relação entre a opinião do inquirido e o nº de anos de experiência profissional como auditor interno	55
Figura 4.27 A certificação CIA aumenta ou não a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos <i>stakeholders</i> ?	56
Figura 4.28 Relação entre a opinião do inquirido sobre se a certificação aumenta ou não a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos <i>stakeholders</i> e a sua categoria profissional.....	57

Figura 4.29 Relação entre a opinião do inquirido sobre se a certificação aumenta ou não a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos <i>stakeholders</i> e o nº de anos de experiência profissional.....	57
Figura 4.30 Auditor CIA - Reconhecimento dos benefícios da certificação	58
Figura 4.31 Auditor sem a certificação CIA - reconhecimento dos benefícios da certificação	59
Figura 4.32 Aumento da remuneração - distribuição da opinião por categoria profissional	59
Figura 4.33 Aumento do grau de confiança - distribuição da opinião por categoria profissional	60
Figura 4.34 Aumento da competência - distribuição da opinião por categoria profissional	60
Figura 4.35 Classificação da relevância da certificação CIA na evolução da carreira profissional de auditor interno	61
Figura 4.36 Relação entre a relevância atribuída à certificação CIA e a categoria profissional do auditor	61
Figura 4.37 Os conhecimentos adquiridos na certificação podem melhorar a metodologia de trabalho?.....	62
Figura 4.38 A certificação CIA foi determinante na obtenção do emprego?	62
Figura 4.39 Auditores com/sem certificação ativa	63
Figura 4.40 Categoria profissional dos auditores que não mantém a certificação ativa.....	63
Figura 4.41 Ações de formação frequentadas pelos inquiridos	65
Figura 4.42 Distribuição das ofertas de emprego por país	67
Figura 4.43 Relação entre as ofertas de emprego em AI e a certificação CIA	68

Lista de abreviaturas

AI – Auditoria Interna

CAE – *Chief Audit Executive*

CBOK – *Common Body of Knowledge*

CCMS – *Certification Candidate Management System*

CCSA – *Certified Control Self Assessment*

CGAP – *Certified Government Auditing Professional*

CFSA – *Certified Financial Services Auditor*

CIA – *Certified Internal Auditor*

CISA – *Certified Information Systems Auditor*

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

CPE – *Continuing Professional Education*

CRMA – *Certification in Risk Management Assurance*

DIIR – Deutsches Institut für Interne Revision

EL – *Expected loss*

IIA – The Institute of Internal Auditors

IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna

IPPF – *International Professional Practice Framework*

ISACA – Information Systems Audit and Control Association.

IT – *Information technology*

ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

LGD – *Loss given default*

PD – *Probability of default*

QIAL – *Qualification in Internal Audit Leadership*

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento e relevância do tema

A complexidade dos negócios e o ambiente concorrencial à escala global com que as organizações se deparam exige que a função de auditoria interna seja dotada de colaboradores com elevadas competências técnicas e que apliquem as melhores metodologias de trabalho reconhecidas e aceites a nível internacional.

Assim, a função de auditoria interna, coletivamente, tem que possuir ou obter o conhecimento das técnicas e das matérias necessárias para o desempenho das suas responsabilidades.

Os auditores internos devem ter um nível de proficiência avançado na aplicação de normas de auditoria, procedimentos e técnicas de execução dos trabalhos. Caso auditem as demonstrações financeiras devem também ter um elevado conhecimento das normas de contabilidade.

Para além disso devem possuir conhecimentos suficientes de indicadores de fraude para avaliar o risco de fraude e forma como ela é gerida na organização, conhecimentos dos riscos e controlos-chave das tecnologias de informação e das técnicas de auditoria assistidas por computador (*computerized audit tools and techniques*), capacidade de reconhecer a existência de problemas ou potenciais e, se necessário, identificar a necessidade de pesquisa adicional a ser realizada ou obter assistência.

Face às enormes responsabilidades e exigências profissionais com que os auditores individuais e a função de auditoria como um todo se deparam, cada vez mais os auditores internos são encorajados a demonstrar a sua proficiência através da obtenção certificações profissionais, tais como a designação de *Certified Internal Auditor – CIA*, promovida pelo *Institute of Internal Auditors (IIA)*.

De acordo com um estudo realizado pelo IIA¹, em média, anualmente desde 2008, 7.700 candidatos obtiveram a certificação CIA.

¹Fonte: The IIA 2014 Annual Report, página 9, disponível em <https://na.theiia.org/about-us/Pages/Annual-Reports.aspx>

Portugal segue a tendência global, na medida que, cada vez mais as organizações, designadamente as de maior dimensão, incentivam os seus auditores internos a obterem certificações profissionais, como a de *Certified Internal Auditor*.

A certificação CIA é uma certificação profissional internacionalmente aceite para os auditores internos e reflete um elevado nível de conhecimento técnico e competência nos princípios e práticas de auditoria interna, por parte daqueles que a possuem.

A designação CIA representa um nível elevado de realização profissional e dedicação à profissão, quer o auditor interno pretenda permanecer na área de auditoria interna, quer pretenda atingir um lugar de topo na gestão da sua organização, um conhecimento abrangente dos riscos do negócio, da atividade que desenvolve e sobre o respetivo controlo interno.

No entanto a obtenção da certificação não é um processo fácil. O auditor apenas obtém a certificação após realizar, com sucesso, um exame constituído por três partes, cada um com elevado nível de exigência técnica. Para além disso, manter a certificação exige a realização anual de 40 de horas de formação (*Continuing Professional Education - CPE*) no caso dos CIA's ativos, ou seja, que estão a exercer funções e 20 horas de formação para os que não exercem.

De acordo com informação publicada no *site* do IIA, em 2014 e 2015 as taxas de sucesso no total dos três exames a nível mundial foram de 42% e 39%, respetivamente.

Se por um lado a certificação CIA cada vez mais é um requisito exigido a nível global e vista como um sinónimo de proficiência, por outro trata-se de uma certificação que obriga a um forte empenho pessoal quer para a obter, quer para a manter.

Face ao exposto, seria oportuno efetuar um trabalho que permitisse aferir da relevância que a certificação CIA tem em Portugal, retratando a opinião quer dos auditores detentores da designação CIA quer dos que não a detém, por forma a prover com mais informação os potenciais candidatos no momento da decisão de iniciar ou não o processo.

1.2. Objeto e objetivos da investigação

De acordo com FORTIN (2009), o processo de investigação comporta três fases, a conceptual, metodológica e a fase empírica.

Na fase conceptual, deve-se escolher e formular um problema de investigação, ou seja, formular a pergunta de partida, que constitui o fio condutor de qualquer trabalho de investigação. Assim, na presente dissertação espera-se responder à seguinte questão: **É relevante os auditores internos em Portugal serem detentores da certificação CIA (*Certified Internal Auditor*)?**

O objeto de estudo deste trabalho é aferir da relevância da certificação CIA em Portugal e os objetivos principais passam por avaliar a importância que a designação poderá ter no desenvolvimento profissional da carreira de auditor, quer em termos qualitativos, como aumento do nível de confiança profissional, quer em termos quantitativos como o aumento do nível de remuneração, bem como avaliar se esta certificação poderá ser um requisito obrigatório para exercer as funções de auditor interno em Portugal.

Outro objetivo passa por efetuar o levantamento do número de *certified internal auditors* existentes em Portugal, fazer uma análise comparativa com alguns países da Europa e verificar se as ofertas de emprego em auditoria interna referem esta certificação, quer enquanto condição obrigatória, quer enquanto condição preferencial.

Pretende-se ainda aferir se os auditores internos já frequentaram ações de formação sobre conceitos como, normais internacionais de auditoria interna, ética e fraude, por forma a poder ter uma opinião se, independentemente de um auditor ser ou não certificado, é detentor de conhecimentos considerados fulcrais para desempenhar as funções de auditor interno.

1.3. Metodologia

A metodologia seguida na presente investigação decompõe-se em três fases:

Na primeira fase é feita uma revisão da literatura de alguns conceitos abordados na parte I dos exames de admissão à certificação CIA.

Na segunda fase desenvolve-se uma abordagem prática para a temática em estudo.

Foi considerado como população alvo os auditores que trabalham numa função de auditoria interna em Portugal.

Para recolha da maioria da informação escolheu-se o inquérito por entrevista, onde foram colocadas, num inquérito 32 questões a um conjunto de inquiridos representativos da

população alvo. No outro inquérito foi colocada apenas uma questão. Algumas respostas foram pré-codificadas para que os entrevistados escolhessem as suas respostas dentro das que foram formalmente propostas.

Os principais objetivos das questões colocadas foram quantificar a multiplicidade de dados e proceder a análise da sua correlação, quando exequível.

Um inquérito foi colocado *online* e dado a conhecer à população alvo através do IPAI. Esteve disponível para preenchimento entre 20 de julho e 8 de setembro de 2016.

O outro inquérito foi dirigido a alguns representantes do IIA Global na Europa.

A informação recolhida foi tratada e analisada com recurso à ferramenta Microsoft *Excel*.

Na terceira fase, ou seja, na fase empírica, a informação obtida foi analisada e os resultados interpretados para expor as principais conclusões. Esta foi considerada a fase mais importante da investigação, pois é nesta fase que se pretende a obtenção de maior profundidade e conhecimento do tema.

1.4. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo é feita uma pequena introdução onde se anuncia o tema, bem como a motivação para a escolha do mesmo. São ainda delineados os objetivos desta investigação.

No segundo capítulo é efetuado um breve resumo do processo de obtenção e manutenção da certificação CIA.

No terceiro capítulo é feita a revisão bibliográfica onde se consoma o enquadramento teórico do tema em estudo, recorrendo à informação e opinião de diversos autores sobre as temáticas abordadas.

No quarto capítulo é efetuado o estudo da relevância da certificação CIA em Portugal. São apresentados os objetivos do estudo, a metodologia seguida, a caracterização e quantificação da amostra, o resultado da análise e a interpretação desses resultados. São ainda apresentadas as limitações e dificuldades encontradas no estudo.

No quinto capítulo são expostas as conclusões através de uma síntese do trabalho desenvolvido e dos principais resultados obtidos.

2. A CERTIFICAÇÃO CIA

No presente capítulo será efetuado um enquadramento de algumas certificações internacionais, designadamente a certificação *certified internal auditor*, doravante designada por CIA, o Institute of Internal Auditors (IIA) e o Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI). Será ainda efetuado um breve resumo do processo de obtenção e manutenção da certificação CIA.

2.1. Certificações internacionais

Conforme referido na Prática Recomendada “1210.1” os auditores internos são encorajados a obter certificações e qualificações profissionais adequadas, tais como a designação de “*certified internal auditor*” e outras designações promovidas pelo IIA e outras organizações profissionais apropriadas.

A certificação CIA (*certified internal auditor*) é atribuída pelo IIA - Institute of Internal Auditors desde 1974, sendo das principais certificações profissionais internacionalmente aceite para os auditores internos.

Além da certificação CIA, os profissionais de auditoria são encorajados a obter outras certificações promovidas pelo IIA e por outras organizações, tais como:

CCSA (*Certified Control Self Assessment*) – certificação em auto-avaliação de controlos.

CGAP (*Certified Government Auditing Professional*) – direcionada para os auditores que trabalham no sector público.

CFSA (*Certified Financial Services Auditor*) – direcionada para os profissionais que trabalham em instituições financeiras.

CRMA (*Certification in Risk Management Assurance*) – A certificação em gestão de risco é projetada para auditores internos e profissionais de risco com responsabilidades e experiência na prestação de garantia do risco, processos de *governance*, garantia da qualidade ou autoavaliação de controlos.

QIAL (*Qualification in Internal Audit Leadership*) – direcionada para os profissionais que desempenham funções de liderança na auditoria interna ou pretendem vir a exercer.

CISA (*Certified Information Systems Auditor*) – trata-se de uma certificação vocacionada para o controlo, monitorização e avaliação das tecnologias de informação (IT), promovida pelo ISACA (*Information Systems Audit and Control Association*).

Refira-se que de acordo com um estudo de compensação de auditoria interna do IIA², realizado nos Estado Unidos da América, as organizações tendem a pagar mais 43% aos auditores que detenham uma certificação profissional.

2.2. O IIA – Institute of Internal Auditors e o IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna

O IIA – Institute of Internal Auditors é a organização mundial dos auditores internos. Segundo informação publicada no seu *site*, esta organização foi fundada em 1941, congrega cerca 150 000 membros, em 165 países e tem sede nos Estados Unidos da América, em Orlando, Florida.

Para além da criação e edição das Normas para a Prática Profissional da Auditoria Interna e de numerosas publicações de interesse fundamental para os auditores internos em todo o mundo, publica várias revistas e *newsletter*, entre elas, o Internal Auditor, o IT Auditor e o Tone at the Top. Tem uma Fundação para a investigação sobre temas da profissão – The IIA Research Foundation, intervém no debate público com reguladores e organizações congéneres, participa na elaboração de documentos fundamentais para a profissão como o COSO, por exemplo. Tem ainda um sistema de *benchmarking* sobre as práticas mais avançadas na profissão em todo o mundo, por setores de atividade.

O representante do IIA em Portugal é o Instituto Português de Auditoria Interna - IPAI. Este instituto foi criado em 6 de março de 1992, sendo reconhecido pelo IIA – Chapter 253 – como IIA Portugal. O lema do IIA/IPAI é “*Progress Through Sharing*”, e, com essa finalidade, entre outras ações, o IPAI organiza uma conferência anual de auditoria interna sobre temas de auditoria, controlo, *governance* e gestão do risco e promove o fórum de auditoria interna para divulgação das melhores práticas.

Em Portugal os exames para a obtenção daquela certificação internacional realizam-se desde novembro de 2003 em Lisboa e, a partir de junho de 2008, também no Porto.

²Fonte: Executive Report: Internal Audit Compensation, outubro de 2015, <https://na.theiia.org/services/Pages/Compensation-Study.aspx>

2.3. O processo de obtenção da certificação CIA

No presente ponto apresenta-se um breve resumo do processo de obtenção da certificação CIA, efetuado com base no certification candidate handbook do IIA, disponível em <https://na.theiia.org/certification/Pages/Certification-Candidate-Handbook.aspx>.

2.3.1. Requisitos de elegibilidade do candidato

Conforme definido no certification candidate handbook (2014), para um candidato ser considerado elegível tem de preencher os seguintes requisitos:

Experiência profissional – ter no mínimo dois anos de experiência de auditoria interna ou equivalente, sendo que experiência equivalente significa experiência em auditoria externa, na avaliação da qualidade, *compliance* ou controlo interno. A experiência profissional tem de ser atestada por um CIA ou por um supervisor do candidato, em formulário próprio (*experience verification form*), disponível no certification candidate handbook.

Conduta profissional – os candidatos devem apresentar um alto carácter moral e profissional e obedecer ao código de ética do IIA. A conduta profissional também tem que ser atestada por um CIA ou por um supervisor do candidato em formulário próprio (*character reference form*).

Educação – o candidato deve ter um curso superior de pelo menos quatro anos, obtido numa instituição reconhecida. Os estudantes universitários do último ano poderão realizar o exame CIA antes de concluir os requisitos de educação, desde que preencham o formulário de inscrição de estudante/professor (*university student/professor registration form*) e atestado pela universidade.

Exceção aos requisitos de educação - O IIA permite, mediante aprovação casuística, a admissão de candidatos que não cumpram os requisitos de educação apresentados nas seguintes situações: são elegíveis nesse âmbito os candidatos que têm um curso pós-secundário de dois anos e cinco anos de experiência profissional em auditoria ou equivalente, ou sete anos de experiência em auditoria interna ou equivalente.

A formalização da candidatura inicia-se com a criação de uma conta pessoal no sistema *candidate management system* (CCMS), disponível em

<https://i7lp.integral7.com/durango/do/login?ownername=iaa&channel=iaa&basechannel=integral7>, e envio para o IIA, via portal (<https://na.theiaa.org/certification/new/Pages/Certification-Document-Upload.aspx>) dos seguintes documentos:

1. Certificado de habilitações académicas;
2. Formulários atestando o carácter profissional do candidato (*character reference form*), a sua experiência profissional (*experience verification form*) e, se aplicável, a declaração de estudante ou professor (*university student/professor registration form*).

Após análise do cumprimento dos requisitos, se aprovado, o candidato é considerado elegível para iniciar o processo de certificação.

Não é necessário ser associado do IPAI/IIA para se candidatar à obtenção da certificação. No entanto, os associados do IPAI automaticamente são associados do IIA e podem fruir de benefícios, nomeadamente no preço da certificação e, principalmente, acesso a diverso material adicional, disponível no *site* do IIA.

2.3.2. Inscrição, marcação e realização do exame

O processo de inscrição, pagamento e qualquer outro assunto relacionado com a certificação é feito *online* através do CCMS.

Uma vez efetuada a inscrição e respetivo pagamento, o candidato recebe a autorização do IIA, via *email*, para agendar a data do exame, na Pearson Vue Test Center (www.pearsonvue.com/iaa), e tem um prazo limite de 180 dias para o realizar. De acordo com informação disponível no *site* do IIA, o exame poderá ser realizado numa de dezanove línguas, incluindo o Português (Brasil).

Em Portugal estão credenciados dois centros de teste com a Person Vue:

- Rumos – Campo Grande, 56/3º Lisboa
- CESAE – Rua Ciríaco Cardoso, 186 Porto

Para obter a certificação, candidato terá de realizar com sucesso um exame composto por três partes: Parte I – exame com 125 perguntas de escolha múltipla para realizar em 150

minutos, Parte II e II – exames com 100 perguntas de escolha múltipla cada para realizar em 120 minutos.

Os testes são realizados em computador, num modelo “*computer-based testing*”.

Cada uma das perguntas tem quatro opções de resposta, sendo que apenas uma é considerada correta. De referir que existem perguntas em que todas as opções de resposta estão corretas e o candidato tem de identificar a mais correta.

A pontuação mínima para passar em cada parte é de 600 pontos, ou seja, cerca 75% (numa escala que varia entre 250 e 750 pontos).

Gleim (How to pass the CIA exam 2013:31) aconselha o candidato a não demorar mais do que um minuto por pergunta, por forma ficar com 30 minutos para rever o teste. Para cronometrar o tempo ao longo do teste, Gleim (How to pass the CIA exam CIA 2013:47) aconselha o candidato a efetuar o seguinte esquema na folha de notas, facultada pelo centro de exames:

Tabela 2.1 Sugestão para cronometrar o tempo na realização de um exame CIA

Pergunta	Início (minutos)	Fim (minutos)	notas
1	150		
21	130		
41	110		
61	90		
81	70		
101	50		
121	30		

Fonte: Adaptado do Gleim: How to pass the CIA EXAM (2013:47)

Os candidatos têm de realizar as três partes do exame no período de quatro anos, a partir do momento em que o IIA aprova a elegibilidade no programa de certificação. Se o candidato não completar o processo de certificação nesse período, perde todos os pagamentos e aprovações da(s) parte(s) já concluídas.

2.3.3. Conhecimentos testados no exame

Em geral é exigido ao candidato um nível de *proficiency*/conhecimento suficiente para compreender e aplicar os conceitos no dia a dia, sem necessidade de grande apoio sénior. Apenas em alguns pontos especificamente é exigido o nível de *awareness*/conhecimento razoável dos conceitos e factos para saber conhecer situações e estar consciente das principais implicações.

Em cada parte do exame são testados conhecimentos relacionados com os seguintes temas:

Parte I – conceitos básicos de auditoria interna – obrigações mandatórias, controlo interno/risco, condução dos trabalhos de auditoria interna - ferramentas e técnicas.

Parte II – prática de auditoria interna – gestão da função de auditoria interna, gestão dos trabalhos individuais, risco de fraude e controlos.

Parte III – elementos de conhecimento de auditoria interna – *governance*/ética empresarial, gestão de risco, estrutura organizacional/processos de negócios e riscos, comunicação, princípios de gestão/liderança, IT/continuidade do negócio, gestão financeira e ambiente global de negócio.

2.3.4. Conhecimento dos resultados

Imediatamente após realizar o exame é disponibilizado ao candidato uma folha com o resultado provisório e não oficial do exame. Se o candidato não passar o resultado provisório apresenta a pontuação obtida e os temas que terá de melhorar. O resultado definitivo é publicado na conta pessoal do candidato, disponível no CCMS, alguns dias depois.

2.3.5. Reprovação no exame

Se o candidato não obtiver aprovação em qualquer parte do exame poderá repeti-lo após 90 dias, sendo o processo de inscrição e marcação do exame semelhante ao efetuado aquando da primeira inscrição.

Não existe limite de vezes para repetir um exame.

A taxa de reprovação no exame CIA é bastante elevada. De acordo com informação divulgada no *site* do IIA, em 2014 e 2015 as taxas de sucesso no total dos três exames a

nível mundial foram de 42% e 39% (independentemente da língua em que o exame foi realizado).

A taxa de sucesso para cada uma das partes, considerando apenas os resultados dos exames realizados em Inglês, em 2014 foi de 54% na Parte I, 81% na Parte 2 e 40% na Parte 3 (Gleim: How to pass the CIA EXAM 2013:25).

2.4. A manutenção da certificação

Depois de obtida a certificação, o IIA requer que o CIA mantenha o seu conhecimento, habilidades e acompanhe as melhorias e desenvolvimentos recentes nas diferentes matérias, através do *Continuing Professional Education (CPE)*. Para tal, o CIA que trabalha como auditor interno terá que efetuar anualmente 40 horas de formação considerada elegível pelo IIA e o CIA que não trabalha como auditor interno 20 horas de formação.

A data limite para reportar as horas de formação é 31 de dezembro de cada ano.

Se o CIA não cumprir os requisitos do *Continuing Professional Education (CPE)* passa para o estado inativo.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente capítulo será efetuada uma revisão da literatura aplicável ao tema analisado, complementada com informações de outros autores, de forma a obter um retrato sobre os conceitos básicos que um auditor interno deve dominar para ter um nível de *proficiency* adequado, independentemente de ser ou não detentor da certificação CIA.

3.1. O IPPF – *International Professional Practices Framework*

O *framework* de práticas profissionais internacionais é a estrutura conceitual que organiza as orientações emanadas do IIA de forma a torná-las acessíveis e em tempo oportuno, enquanto reforça a posição do IIA a nível internacional como organização orientadora da profissão de auditoria interna. Ao englobar a prática corrente de auditoria interna, permite, por outro lado, a possibilidade de uma futura expansão. O IPPF é vocacionado para auxiliar os profissionais e partes interessadas a nível mundial a serem recetivos a um crescente mercado de auditoria interna de elevada qualidade.

O *framework* sofreu alterações em 2015, sendo atualmente composto por:

- Missão da auditoria interna;
- Orientações obrigatórias: princípios fundamentais, definição de auditoria interna, código de ética e normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna (International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing);
- Orientações recomendadas: orientações de implementação e orientações suplementares.

Na figura 3.1 apresenta-se uma representação visual das alterações ocorridas em 2015.

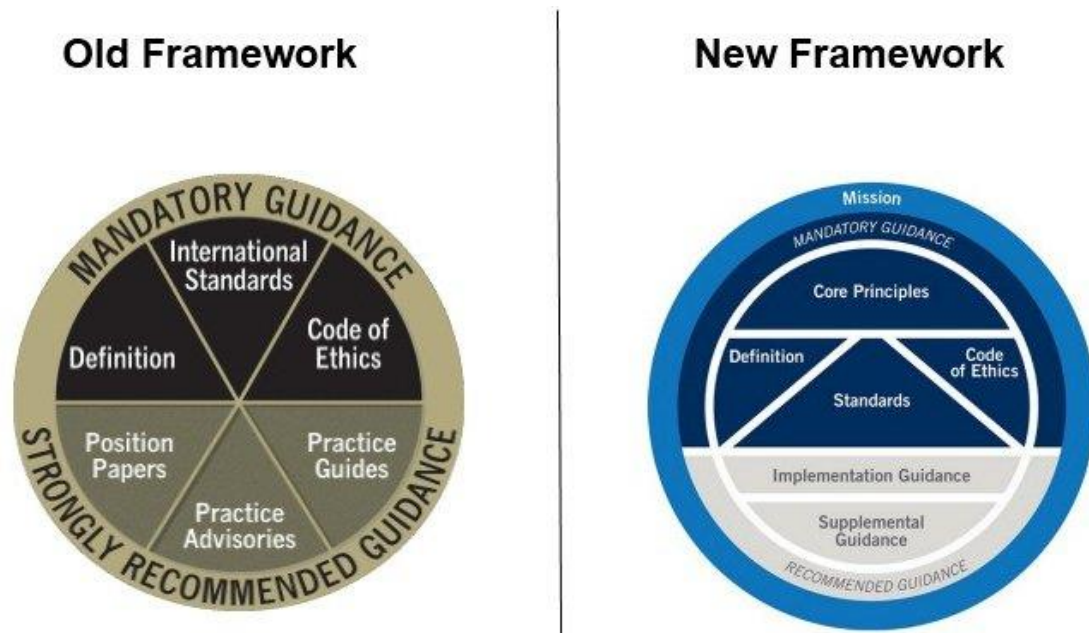


Figura 3.1The IIA's International Practices Framework (*New and Old*)

Fonte: <https://www.linkedin.com/pulse/new-ippf-2015-summary-cia-cisa-cpa-cfe-ccsa-crma-cga>

3.1.1. Missão da Auditoria Interna

Inicialmente a gestão de topo das organizações dava pouca ênfase à auditoria interna, e esta função era considerada de ínfimo conteúdo e com pouca relevância na estrutura orgânica das organizações. A sua missão apenas consistia no exercício das funções inspetora e fiscalizadora e era realizada por pessoal com um nível de qualificação bastante limitado.

O crescimento das economias internacionais, complexidade dos negócios e a agressividade da competitividade ao nível global obrigou as organizações a concentrarem a sua atenção na eficácia e eficiência dos recursos, definição de mecanismos de controlo que os salvaguardassem, na melhoria dos modelos de *governance* e enfoque nas áreas de gestão de risco.

Partindo da identificação dos processos com mais riscos da organização a auditoria interna estendeu o âmbito dos serviços de avaliação e passou ainda a assumir um papel determinante nos serviços de consultoria.

Dada esta progressiva complexidade a auditoria interna passou a ser desempenhada por profissionais mais qualificados, com formação multidisciplinar e perfil do auditor interno registou uma alteração das suas competências, no âmbito da capacidade de compreensão,

análise lógica e na busca constante de indicadores adequados à utilização de critérios de custo-benefício.

O IPPF 2015 destaca a missão da auditoria, referindo que a auditoria interna tem como missão

“aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação (*Assurance*), assessoria (*Advisory*) e conhecimento (*insight*) baseados no risco”.

3.1.2. Orientações obrigatórias

As orientações obrigatórias são compostas pelos princípios fundamentais, definição de auditoria interna, código de ética e normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna.

O cumprimento dos princípios estabelecidos nas orientações obrigatórias é fundamental para o desempenho eficaz da função de auditoria interna.

3.1.2.1 Princípios fundamentais para a prática de auditoria interna

Os princípios fundamentais, vistos como um todo, articulam a eficácia da auditoria interna.

Para que uma função de auditoria interna seja considerada eficaz, todos os princípios devem estar presentes e atuar com eficácia.

Segundo o novo IPPF (2015), os dez princípios fundamentais são:

1. Demonstrar integridade.
2. Demonstrar competência e zelo profissional devido.
3. Ser objetivo e livre de influências indevidas (independente).
4. Estar alinhado com as estratégias, objetivos e riscos da organização.
5. Estar apropriadamente posicionado e adequadamente equipado.
6. Demonstrar qualidade e melhoria contínua.
7. Comunicar com eficácia.
8. Prestar avaliações com base nos riscos.
9. Ser perspicaz, proativo e focado no futuro.
10. Promover a melhoria organizacional.

3.1.2.2 Definição de Auditoria Interna

Com a aprovação dos *Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*³ em 1978 a auditoria interna assumiu a seguinte definição:

” uma função de apreciação independente, estabelecida dentro da organização, como um serviço para a mesma, para examinar e avaliar as suas atividades. O objetivo da auditoria interna é o de auxiliar os membros da organização no desempenho eficaz das suas responsabilidades. Com esta finalidade, a auditoria interna fornece-lhes análises, apreciações, recomendações, conselhos e informações respeitantes às atividades analisadas”.

Em junho de 1999, o IIA aprova uma nova definição com um âmbito mais abrangente:

“A auditoria interna é uma função independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação”.

“**Serviços de Garantia** envolvem a avaliação objetiva, pelos auditores internos, da evidência necessária para fornecerem uma opinião ou conclusões independentes, relativas a uma entidade, operação, função, processo, sistema ou outra matéria. A natureza e o âmbito dos compromissos de garantia são determinados pelo auditor interno. Nos compromissos de garantia há geralmente três partes envolvidas: (1) A pessoa ou grupo diretamente envolvido com a entidade, operação, função, processo, sistema ou outra matéria – o detentor do processo, (2) a pessoa ou grupo que faz a avaliação – o auditor interno, e (3) a pessoa ou grupo que vai utilizar a avaliação – o utilizador.”

“**Serviços de Consultoria** são por natureza consultivos, e são normalmente executados por solicitação específica do cliente. A natureza e o âmbito dos compromissos de consultoria

³Estes *standards* foram aprovados no decorrer da 37ª conferência internacional do IIA realizado em São Francisco (Estados Unidos da América) no ano de 1978, cuja tradução portuguesa foi publicada na revista de contabilidade e finanças, I, Série, nº23. Em 2000 o IPAI publicou a 2ª edição em português das referidas normas. Em junho de 2007 o IIA aprovou um novo Internacional Professional Practice Framework (IPPF) e em 2015 voltou a aprovar um novo IPPF.

estão sujeitos a um acordo com o cliente. Os serviços de consultoria normalmente envolvem duas partes: (1) a pessoa ou grupo que emite o parecer – o auditor interno, e (2) a pessoa ou grupo que pretende e recebe o parecer – o cliente. Ao executar trabalhos de consultoria o auditor interno deve manter a objetividade e não assumir qualquer responsabilidade de gestão.”

O novo IPPF (2015) não introduziu alterações à definição de auditoria interna.

RIDLEY (1999) divulgou os requisitos assumidos pelo grupo de investigação, que estiveram na base da definição: A profissão de auditoria interna destacar-se-á em função da qualidade do desenvolvimento dos seus serviços e não de quem os realiza, ou daquilo que são:

- Para continuar a ser viável, a profissão de auditoria interna precisa de ser vista como acrescentando valor às organizações;
- Os auditores internos devem ter a perspetiva de toda a cadeia de valor;
- A estrutura conceptual da auditoria interna deverá prosseguir para além dos seus próprios processos, de forma a refletir as orientações organizacionais no seu serviço;
- As normas e outras orientações profissionais devem, não só, servir para conduzir a profissão, mas, para dar uma imagem de diferente qualidade ao mercado.

Apresenta-se na Tabela 3.1 exemplo de uma pergunta sobre a definição de auditoria interna, colocada nos exames para obtenção da certificação CIA.

Tabela 3.1 Definição de auditoria interna - questão do exame CIA Parte I

Qual das seguintes alternativas descreve melhor a finalidade da atividade da auditoria interna?
A. Para ajudar a administração na implementação de sistemas de gestão de risco e controle.
B. Para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
C. Para examinar e avaliar o sistema de contabilidade de uma organização como um serviço para a gestão.
D. Para monitorizar o sistema de controlo interno da organização para os auditores externos.
Resposta correta: B (A definição de Auditoria Interna menciona numa parte, "A auditoria interna é uma atividade de garantia independente, objectiva e atividade de consultoria, destinada a agregar valor e melhorar as operações de uma organização.")

Fonte: adaptado do Gleim CIA review/part I/testprep/2017 edition

Existem outras definições de auditoria interna divulgados por diversos autores, no entanto se as compararmos com a do IPPF verificamos que todas derivam da definição apresentada no IPPF.

Jund (2001, p. 26), refere que auditoria interna pode ser definida como

“uma atividade de avaliação independente, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controlo, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidas para as mesmas”.

A própria definição estabelece, de forma geral, os objetivos principais da auditoria interna. No entanto, será importante analisar com maior profundidade esses objetivos. A auditoria interna visa assegurar, permanentemente, que a entidade executa as políticas, diretrizes e procedimentos emanados da direção, detetando as áreas organizacionais onde se produzem, ou podem vir a produzir, distorções, assim como, avaliar para melhorar a eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e *governance* (Morais e Martins, 2007:123).

Outros autores, como Pinheiro (2010:31) destacam a função de apoio que a auditoria interna deve adotar: o objetivo primordial da Auditoria Interna é o de auxiliar a empresa e todos os níveis de gestão no cumprimento das suas responsabilidades em promover sistemas de controlo adequados, visando a melhoria da performance e do desenvolvimento sustentável da empresa.

3.1.2.3 Código de ética

Pickett (2007) afirma que o auditor interno deve ser provido de elevadas competências de integridade, devendo, portanto, existir um código de ética que abranja as normas de conduta pelas quais o auditor se deve seguir. O cumprimento deste código deve estar expresso na descrição do trabalho do auditor interno e o código deverá fazer parte do manual de auditoria interna.

Também Pinheiro (2010:199) assegura que «[o] exercício da auditoria deve estar sujeito a um conjunto de regras que oriente os Auditores Internos e que sejam partilhadas e observadas, de modo a salvaguardar eventuais conflitos de interesses entre aqueles e as organizações para quem trabalham».

Independentemente do código de ética que possa existir na organização, no exercício das suas funções, o auditor interno deve cumprir o código de ética do IIA.

O Código de Ética do IIA aplica-se às entidades e aos indivíduos que prestem serviços de auditoria interna.

Como o próprio IIA refere, o cumprimento do seu código de ética deve ser absoluto, uma vez que, para os membros e beneficiários ou candidatos a certificações do IIA,

“a violação do código de ética do IIA será avaliada e administrada de acordo com os Estatutos e diretivas administrativas do instituto. O facto de um determinado comportamento não ser mencionado nas Regras de Conduta não o impede de ser considerado inaceitável ou desonroso e, portanto, o membro, o titular da certificação, ou candidato pode ser sujeito a ação disciplinar” [Certification Candidate Handbook:25]

O código de ética do IIA ultrapassa a mera definição de auditoria interna e inclui dois componentes essenciais:

1. Os princípios relevantes para a profissão e prática de auditoria interna;
2. Normas de conduta que regem o comportamento que se espera dos auditores internos. Tais normas são uma ajuda na interpretação dos princípios em aplicações práticas e destinam-se a orientar a conduta ética dos auditores internos.

PRINCÍPIOS

Os auditores internos deverão aplicar e respeitar os seguintes princípios:

1. Integridade - a integridade dos auditores internos gera confiança e, por conseguinte, proporciona o fundamento para confiar no seu julgamento.
2. Objetividade - os auditores internos manifestam o mais elevado grau de objetividade profissional ao coligirem, avaliarem e comunicarem a informação sobre a atividade ou processo em análise. Os auditores internos fazem uma avaliação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes e os seus julgamentos não são influenciados por interesses particulares e por opiniões alheias.

3. Confidencialidade - os auditores internos respeitam o valor e a propriedade da informação que recebem e não divulgam a informação sem a devida autorização, exceto em caso de obrigação legal ou profissional de o fazer.

4. Competência - os auditores internos aplicam os conhecimentos, técnicas e experiência necessárias no desempenho dos serviços de auditoria interna.

REGRAS DE CONDUTA

1. Integridade

Os auditores internos:

1.1 Deverão executar o seu trabalho com honestidade, diligência e responsabilidade.

1.2 Deverão respeitar as leis e divulgar o que se espera que seja feito ao abrigo das leis e da profissão.

1.3 Não deverão, em consciência, participar em atividade ilegais, ou em atos que desacreditem a profissão de auditoria interna ou a organização.

1.4 Deverão respeitar e contribuir para os objetivos legítimos e éticos da organização.

2. Objetividade

Os auditores internos:

2.1 Não deverão participar em qualquer atividade ou manter uma relação que prejudique ou que se presume possa prejudicar o seu julgamento imparcial. A participação inclui atividades ou relações tais, que possam estar em conflito com os interesses da organização.

2.2 Não deverão aceitar nada que possa prejudicar ou que se presume possa prejudicar o seu julgamento profissional.

2.3 Divulgarão todos os factos materiais de que tenham conhecimento, os quais, a não serem divulgados, possam distorcer a informação das atividades em análise.

3. Confidencialidade

Os auditores internos:

3.1 Deverão ser prudentes na utilização e proteção da informação obtida no desempenho das suas atividades.

3.2 Não deverão utilizar a informação para qualquer benefício próprio ou que de outra maneira estaria em desacordo com as leis ou em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da organização.

4. Competência

Os auditores internos:

4.1 Aceitarão apenas serviços para os quais disponham do necessário conhecimento, proficiência e experiência.

4.2 Desempenharão os serviços de auditoria interna de acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.

4.3 Deverão continuamente aperfeiçoar a sua proficiência e a eficiência e qualidade dos seus serviços.

Apresenta-se na Tabela 3.2 exemplo de uma pergunta sobre o código de ética, colocada nos exames para obtenção da certificação CIA.

Tabela 3.2 Código de ética – questão prática do exame CIA parte I

Objetividade é uma exigência ética para todas as pessoas envolvidas na prática profissional de auditoria interna. Um aspecto de objetividade requer:
A. Desempenho de funções profissionais, em conformidade com as leis relevantes.
B. Abstendo-se de utilizar informações confidenciais para obter vantagens ilegais ou antiéticas.
C. Manutenção de um nível adequado de experiência profissional.
D. Prevenção de conflitos de interesse.
Resposta correta: D (Compromisso com a independência de conflitos de interesse económico ou profissional é um aspecto de objetividade)

Fonte: adaptado do Gleim CIA review/part I/testprep/2017 edition

3.1.2.4 Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna

As normas para a prática profissional da atividade de auditoria interna são emanadas pelo IIA e são periodicamente revistas e republicadas, tendo sofrido, com o decorrer do tempo alterações.

Segundo o IPPF as normas estão orientadas para princípios de exigência obrigatória, consistindo em:

- Declarações de requisitos básicos para a prática profissional de auditoria interna e para a avaliação da eficácia do desempenho, aplicáveis internacionalmente quer ao nível das organizações quer dos indivíduos.
- Interpretações que clarificam os termos ou conceitos das Normas.

Nenhuma informação contida no IPPF deve ser interpretada de forma a entrar em conflito com as leis e regulamentos aplicáveis. Se surgirem situações em que a informação contida no IPPF possa estar em conflito com leis ou regulamentos, os auditores internos são encorajados a contactar o IIA.

A “Introdução às Normas Internacionais” do IIA refere que as normas têm como objetivo:

- Delinear princípios básicos que representem a prática de auditoria interna.
- Proporcionar um enquadramento para o desempenho e promoção de um espetro alargado de auditoria de valor acrescentado.
- Estabelecer uma base para a avaliação do desempenho da auditoria interna.
- Promover a melhoria dos processos e das operações das organizações.

Apresenta-se na Tabela 3.3 exemplo de uma pergunta sobre as normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, colocada nos exames para obtenção da certificação CIA.

Tabela 3.3 Normas internacionais de auditoria interna - Questão prática do exame CIA - Parte I

Um dos propósitos das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna ("os Standards ") é
A. Estabelecer a base para a avaliação do desempenho da auditoria interna.
B. Incentivar a profissionalização da auditoria interna.
C. Estabelecer a independência da atividade de auditoria interna e enfatizar a objetividade da auditoria interna.
D. Incentivar auditores externos para fazer uso mais extensivo do trabalho dos auditores internos.
Resposta correta: A

Fonte: adaptado do Gleim CIA review/part I/testprep/2017 edition

A estrutura das normas inclui as Normas de Atributo, Normas de Desempenho e Normas de Implementação:

- Normas de Atributo estão relacionadas com as características das organizações e das entidades que desempenham atividades de auditoria interna.
- Normas de Desempenho descrevem a natureza das atividades de auditoria interna e proporcionam critérios de qualidade que permitem medir o desempenho de tais serviços.

As Normas de Atributo e de Desempenho aplicam-se a todos os serviços de auditoria interna.

As Normas de Implementação desenvolvem-se em torno das Normas de Atributos e de Desempenho, proporcionando os requisitos aplicáveis a atividades de garantia (A) ou de consultoria (C).

A existência destas normas é muito importante:

Moeller (2009:183) afirma que «[t]hese standards allow specialists performing similar work to call themselves professionals because they are following a recognized and constant set of best practices standards».

Segundo Pinheiro (2010:87)

[a]s Normas para a Prática Profissional da Auditoria Interna (NPPAI) emanadas pelo IIA, Inc., a sua discussão e interpretação, o estímulo permanente da

criatividade e da capacidade de desempenho das equipas de auditores são tarefas-chave, na conjuntura atual da problemática das empresas.

As normas também possuem características que são destacadas por Pinheiro (2010:87):

Independência: Os Auditores Internos deverão ser independentes das atividades que auditam;

Eficácia Profissional: As auditorias internas devem ser realizadas com competência e adequado sentido profissional;

Âmbito do Trabalho: O trabalho de auditoria deverá abranger o exame e avaliação da adequação e eficiência do sistema de controlo interno da organização e da qualidade de realização das tarefas que lhe foram atribuídas;

Realização do Trabalho de Auditoria: Deverá incluir o planeamento da auditoria a desenvolver, exame e avaliação da informação, comunicação dos resultados e os posteriores acompanhamentos das ações corretivas.

3.1.2.5 Orientações recomendadas

As orientações recomendadas são apoiadas pelo IIA por meio de um processo formal de aprovação. Elas descrevem práticas para a implementação eficaz dos Princípios Fundamentais, da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética e das Normas do IIA Global.

As orientações recomendadas são constituídas por **Orientações de Implementação** e **Orientações Suplementares**. Estas orientações pretendem substituir todas as práticas recomendadas existentes, serão desenvolvidas ao longo de 2016 e publicadas trimestralmente.

Os membros do IIA podem continuar a utilizar as Práticas Recomendadas para apoiar a conformidade com as Normas até a publicação oficial de novas orientações de implementação.

As **Orientações de Implementação** serão mais abrangentes do que as Práticas Recomendadas na orientação dos membros do IIA por forma a assegurar a conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.

As **Orientações Suplementares** fornecem orientações detalhadas para a condução das atividades de auditoria interna e incluem áreas específicas, questões setoriais, assim como processos e procedimentos, ferramentas e técnicas, programas e abordagens.

Todos os Guias Práticos, *Global Technology Audit Guides* (GTAGs) e *Guides to the Assessment of IT Risks* (GAIT) tornam-se automaticamente parte das Orientações Suplementares recomendadas.

3.2. Estatuto da Função de Auditoria Interna (*Internal Audit Charter*)

A existência de um estatuto (*Audit Charter*) para a função de auditoria interna reveste-se de particular importância dado ser um mandato do Órgão de Administração (*Board*) e da Comissão de Auditoria (caso exista) para que a função exerça a sua atividade livre de interferências na determinação do seu âmbito de atuação, no desempenho do trabalho e na comunicação dos respetivos resultados.

É importante que o estatuto da função de auditoria seja aprovado pela Administração, por forma a conferir a autoridade e independência adequada. Após aprovação, o estatuto deverá ser divulgado a toda a organização, evitando que o seu desconhecimento ponha em causa o trabalho de auditoria.

O IIA apresenta a seguinte interpretação para a Norma de Atributo “1000 - Objetivo, Autoridade e Responsabilidade”:

“O estatuto da auditoria interna é um documento formal que define o objetivo da auditoria interna, a sua autoridade e responsabilidade. O estatuto da auditoria interna define a posição da atividade de auditoria interna no seio da organização; autoriza o acesso aos registos, pessoal e ativos da organização, que seja necessário para o desempenho dos trabalhos; e define o âmbito das atividades de auditoria interna. A aprovação final do estatuto da auditoria interna compete ao Conselho.”

No que toca à prestação de serviços de garantia (Norma de Atributo do IIA “1000.A1”) ou consultoria (Norma de Atributo do IIA “1000.C1”), a norma refere que

[a] natureza dos serviços de garantia prestados à organização tem de ser definida no estatuto de auditoria interna. Caso sejam fornecidos serviços de garantia a

partes externas à organização, a natureza dessas avaliações deve também ser definida no estatuto da auditoria interna.

e que «[a] A natureza dos serviços de consultoria tem de ser definida no estatuto de auditoria interna».

Apresenta-se na Tabela 3.4 exemplo de uma pergunta sobre o *Internal Audit Charter* da parte I do exame CIA.

Tabela 3.4 *Internal Audit Charter* - Questão prática colocada no exame CIA - Parte I

Qual das seguintes opções é falsa no que respeita ao <i>Internal Audit Charter</i> ?
A. Ele define as autoridades e responsabilidades para a atividade de auditoria interna.
B. Ele especifica os recursos mínimos necessários para a atividade de auditoria interna.
C. Ele fornece uma base para avaliar a atividade de auditoria interna.
D. Deve ser aprovado pelo conselho.

Resposta correta: B (O audit charter define formalmente a propósito, a autoridade ea responsabilidade da atividade de auditoria interna. Requisitos de recursos são baseados em planos com base no risco que são consistentes com os objetivos da organização; eles não são um tópico apropriado para codificar na carta de auditoria interna. Os recursos necessários são baseados no plano de auditoria baseado no risco que é consistente com os objetivos da organização e não são um tema a colocar no audit charter).
--

Fonte: adaptado da plataforma online Gleim CIA review/part I/testprep/2017 edition

Segundo Pickett (2007:249) «[t]he audit charter sets the agreed role and position of internal auditing in an organization».

Moeller (2009:274) afirma que «[a]n internal audit charter is a formal document [...] to describe the mission, independence, objectivity, scope, responsibilities, authority, accountability, and standards of the internal audit function for an enterprise».

Em relação ao conteúdo que o estatuto da Auditoria Interna deve ter, Moeller (2009) afirma que deverá fazer referência a três tópicos fulcrais: independência e objetividade, âmbito de responsabilidade e autoridade.

Pickett (2007) entra também em detalhe quanto ao conteúdo que a carta / estatuto de AI deverá ter em conta:

Natureza – deve cobrir o conceito de auditoria e do trabalho de garantia efetuado através da avaliação imparcial do sistema de controlo interno. Poderá também indicar a possibilidade de a AI efetuar trabalhos de consultoria;

Objetivos – definição de AI e dos seus objetivos, fazendo a ligação entre os objetivos da organização e a maneira como a AI contribui para o alcance destes;

Âmbito – definir o campo de ação que a auditoria interna cobre, que, de acordo com as normas, poderá passar pelos objetivos de controlo chave definidos na Norma de Desempenho do IIA 2130.A1.

3.3. Independência e objetividade dos auditores

De acordo com a definição do glossário do IIA, independência é,

“liberdade de condições que ameaçam a capacidade da atividade de auditoria interna para cumprir com as suas responsabilidades de forma imparcial.”

A independência é um atributo da função de auditoria interna como um todo e não é comprometida pelos atos de um único auditor interno.

O IIA defende na prática recomendada “1110-1” - Independência Organizacional” que a melhor forma da função de auditoria alcançar a independência é através de duplo *reporte*: **funcional** para o *Board* e *reporte administrativo* para o *senior management*. Sendo que, no mínimo, o CAE deve reportar a um órgão com autoridade suficiente para promover a independência e assegurar uma cobertura ampla de auditoria, uma comunicação adequada das recomendações do trabalho e uma ação apropriada das recomendações feitas.

A prática recomendada “1110-1” nos seus números 3 e 4 descreve o que representa o *reporte funcional* e *reporte administrativo*, indicando que o *reporte funcional* ao Conselho (*Board*) representa na prática o envolvimento do Conselho:

- ✓ Na aprovação do estatuto geral da atividade de auditoria interna.
- ✓ Na aprovação da avaliação do risco feita pela auditoria interna e no plano de auditoria relacionado. Através das comunicações do CAE sobre os resultados das atividades de auditoria interna ou de outras questões que o CAE determine serem

necessárias, incluindo as reuniões em privado com o CAE sem a presença da gestão, bem como a confirmação anual da independência orgânica da atividade de auditoria interna.

- ✓ Na aprovação de todas as decisões relativas ao desempenho, avaliação, nomeação ou destituição do CAE.
- ✓ Na aprovação da compensação anual e ajustamento do salário do CAE.
- ✓ Indagando adequadamente da gestão e do CAE sobre limitações de âmbito ou orçamentais que impeçam a atividade de auditoria interna de cumprir com as suas responsabilidades.

O reporte administrativo é o relacionamento na estrutura orgânica da gestão que possibilita as operações do dia-a-dia da atividade de auditoria interna. O reporte administrativo inclui tipicamente:

- ✓ A contabilidade orçamental e da gestão.
- ✓ A administração dos recursos, incluindo a avaliação do pessoal e sua compensação.
- ✓ Comunicações internas e fluxos da informação.
- ✓ Gestão das políticas e procedimentos da atividade de auditoria interna.

Conforme definido no glossário do IIA, objetividade é

“uma atitude mental imparcial que permite aos auditores internos executarem os trabalhos de auditoria de maneira a terem confiança no resultado do seu trabalho e que não seja feito nenhum comprometimento de qualidade. A objetividade requer que os auditores internos não subordinem a outras pessoas o seu julgamento sobre os assuntos relacionados com auditoria”.

Gleim (2016:34) exemplifica situações que podem ou não prejudicar a objetividade:

*«Recommending Standards of control for a new information system - Is **not** presumed to impair objectivity*

*Performing reviews of the procedures for retiring capital equipment – Is **not** presumed to impair objectivity*

Drafting procedures for a new hiring system – Is presumed to impair objectivity»

Enquanto a independência é um atributo da função de auditoria interna como um todo, a objetividade é um atributo de cada auditor interno.

Para manter a objetividade individual os auditores devem manter uma atitude imparcial, evitar qualquer conflito de interesse e não subordinarem o seu julgamento sobre questões de auditoria a outros.

A responsabilidade de manter a objetividade é do CAE e dos próprios auditores internos, sendo responsabilidade do CAE analisar a objetividade dos auditores.

O CAE deve estabelecer políticas e procedimentos para avaliar a objetividade dos auditores internos, por exemplo através de revisões periódicas de conflitos de interesses ou durante a alocação dos auditores a cada trabalho.

Conforme definido na Norma de Implementação “1130.A1”, os auditores internos não devem efetuar auditorias a atividades/avaliar operações pelas quais foram responsáveis no último ano. Refira-se que este requisito não se aplica a trabalhos de consultoria.

Apresenta-se na Tabela 3.5, o exemplo de uma questão prática sobre a objetividade, colocada nos exames para obtenção da certificação CIA.

Tabela 3.5 Objetividade -Questão prática de um exame CIA - Parte I

Qual das seguintes ações poderiam prejudicar a objetividade de um auditor?
A. Continuar a auditar uma divisão da qual em breve o auditor será responsável em virtude de ter sido promovido.
B. Aceitar um calendário da empresa no início do ano, do departamento de marketing da empresa.
C. Participar numa <i>task force</i> que recomenda <i>standards</i> de controle para um novo sistema de distribuição.
D. Rever o <i>draft</i> do contrato de um agente de compras antes da sua execução.

Resposta correta: A (Um auditor que foi promovido a um departamento operacional não deve continuar na auditoria ao departamento. Se o fizer, pode ser visto como um conflito de interesses, e, portanto, uma diminuição de objetividade do auditor).

Fonte: adaptado da plataforma *online* exam matrix Part I

3.4. Proficiência e zelo profissional dos auditores

Gleim (2016:37) apresenta as seguintes definições para proficiência e zelo profissional dos auditores:

“**Proficiência** – os conhecimentos, habilidades e outras competências necessárias para cumprir com as responsabilidades de auditoria interna”.

“**Zelo profissional** – o cuidado e habilidades que se espera de um auditor interno razoavelmente prudente e competente”.

A Norma de Atributo do IIA “1210 – Proficiência” refere que

[o]s auditores internos têm que possuir os conhecimentos, o domínio das técnicas e outras competências necessárias para cumprir com as suas responsabilidades individuais. A atividade de auditoria interna, tem que possuir, coletivamente, ou obter os conhecimentos das técnicas e das matérias necessárias para o desempenho da sua responsabilidade.

Conforme definido na Prática Recomendada “1210.1”- Proficiência, os auditores internos têm que ter o seguinte nível de conhecimento:

Proficiência - na aplicação das normas de auditoria interna, procedimentos e técnicas de execução dos trabalhos e em princípios e técnicas de contabilidade, se efetuarem auditorias às demonstrações financeiras.

Conhecimento - para identificar os indicadores de fraude e conhecimento dos principais riscos em tecnologias de informação e controles, além das técnicas de auditoria auxiliadas por computador – TACCs (*computer-assisted audit techniques*).

Entendimento - em princípios de gestão.

Apreciação - dos princípios fundamentais de negócio, tais como: contabilidade, direito comercial, fiscalidade, finanças, estatística, fraude, gestão de risco e tecnologias de informação.

O auditor deverá ter ainda habilidades em lidar com pessoas, habilidades de comunicação oral e escrita para transmitir, de forma clara e eficaz, os assuntos relacionados com os trabalhos, tais como objetivos do trabalho, avaliações e conclusões.

O “*Continuing Professional Education*” é essencial para permitir que os profissionais de auditoria interna se mantenham competentes.

O CAE poderá obter auxílio de outros técnicos contratados fora da Função de Auditoria Interna para apoiar ou complementar áreas onde a auditoria interna não dispõe de conhecimentos suficientes.

Apresenta-se na Tabela 3.6 exemplo de uma pergunta prática sobre o nível de conhecimento exigido ao auditor.

Tabela 3.6 Nível de conhecimento exigido ao auditor - questão prática de um exame CIA - Parte I

O âmbito da auditoria interna abrange todas as áreas de uma organização. Assim, não é possível que cada auditor interno possua competências detalhadas em todas as áreas que podem ser auditadas. Que competências são exigidas pelas Normas (<i>Standards</i>) para cada auditor interno?
A. Proficiência em impostos e leis que se aplicam ao funcionamento da organização.
B. Proficiência em princípios de contabilidade.
C. Conhecimento suficiente para identificar os indicadores de fraude.
D. Proficiência em sistemas de computadores e bases de dados.

Resposta correta: C

Fonte: adaptado da plataforma *online* exam matrix Part I

Morais e Martins (2007:105) afirmam que «[o] pessoal que faz parte do departamento de Auditoria Interna deve possuir uma qualificação profissional e humana, de acordo com as características próprias do trabalho a desempenhar».

Segundo Moeller (2009) o auditor interno, para além das competências fundamentais, como ser detentor de um curso superior que lhe permita compreender os processos da organização e as suas operações, ética e honestidade profissional e uma adequada dedicação ao trabalho; deve também ter competências consideradas fundamentais como:

Competências de entrevista – deverá obter a informação adequada através da colocação de questões apropriadas;

Competências analíticas – capacidade para obter conclusões preliminares através da observação de dados e informações, que por vezes não se encontram interligados;

Competências de teste e análise – capacidade para rever diversa informação e aplicar testes que permitam aferir se os objetivos da auditoria são eficazes;

Competências documentais – capacidade para documentar os resultados obtidos e os testes realizados;

Efetuar recomendações e medidas corretivas – capacidade para efetuar as recomendações adequadas de acordo com os resultados obtidos e respetivas medidas corretivas;

Competências de comunicação – capacidade para comunicar, de forma adequada, os resultados do trabalho ao auditado;

Competências de negociação – capacidade para negociar, de forma eficaz, o resultado final de auditoria, uma vez que, por vezes, surgem diferenças de opinião quanto às observações e recomendações;

Compromisso de aprendizagem – devem ter entusiasmo por aprender e apostar na formação contínua, pois existem sempre mudanças na atividade da organização e também na própria profissão.

Por sua vez, Pickett (2007) afirma que o auditor apenas é verdadeiramente eficaz se tiver a capacidade de obter, de forma eficiente, a informação necessária, através de qualquer fonte. Para tal, terá de ser dotado de habilidades de relacionamento pessoal, tais como falar com as pessoas, colocar questões e garantir a colaboração do auditado durante a realização do trabalho de auditoria.

Gleim (2016) refere que o CAE deve garantir que a atividade de auditoria seja capaz de cumprir com as suas responsabilidades, sendo função do CAE identificar o conhecimento disponível, habilidades e competências para determinar se a equipa existente é suficiente para atender a essas responsabilidades. Assim, o CAE deve realizar avaliações periódicas de habilidades para determinar os recursos específicos disponíveis. Essa avaliação poderá ser efetuada com base na *framework* “The IIA Global Internal Audit Competency Framework”.

3.5. The IIA Global Internal Audit Competency Framework

O Global Internal Audit Competency Framework é uma ferramenta publicada pelo IIA que define as competências necessárias para cumprir com os requisitos do International Professional Practices Framework (IPPF), apresentando um guia estruturado para identificar, avaliar e desenvolver as competências dos auditores internos individuais.

Segundo o referido *framework*,

“competência é a capacidade de um indivíduo executar um trabalho ou tarefa corretamente, sendo um conjunto definido de conhecimentos, técnicas e comportamentos”.

Define assim dez competências principais para todos os profissionais de auditoria interna (CAE; Manager e staff):

I. Professional ethics: Promotes and applies professional ethics;

II. Internal audit management: Develops and manages the internal audit function;

III. IPPF: Applies the International Professional Practices Framework (IPPF);

IV. Governance, risk and control: Applies a thorough understanding of governance, risk and control appropriate to the organization;

V. Business acumen: Maintains expertise of the business environment, industry practices and specific organizational factors;

VI. Communication: Communicates with impact;

VII. Persuasion and collaboration: Persuades and motivates others through collaboration and cooperation;

VIII. Critical thinking: Applies process analysis, business intelligence and problem solving techniques;

IX. Internal audit delivery: Delivers internal audit engagements;

X. Improvement and innovation: Embraces change and drives improvement and innovation.

As dez competências relacionam-se umas com as outras, na medida que, para os auditores ajudarem a organização a atingir os seus objetivos e poderem acrescentar valor precisam

de trabalhar com elevados padrões de ética e coordenar os recursos e atividades da função de auditoria interna, possuir um bom nível de conhecimento (*expertise*) do IPPF, *governance*, risco e controlo. Para além disso, deverão ter visão de negócio, por forma a compreender a organização, a sua cultura, assim como funciona o setor onde está inserida. Deverão ainda ser competentes em comunicação, persuasão, colaboração e pensamento crítico por forma a entregar os trabalhos de auditoria interna e contribuir para melhorar e inovar a organização.

Na Figura 3.2 apresenta-se as dez competências e como as mesmas se interrelacionam.



Figura 3.2 The IIA Global Internal Audit Competency Framework - interligação das dez competências

Fonte: The IIA Global Internal Audit Competency Framework

4. ESTUDO SOBRE A RELEVÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO CIA EM PORTUGAL

Uma vez concluída a revisão da literatura, será efetuada uma abordagem prática sobre a relevância atribuída à certificação CIA.

Carvalho (2009:109) refere que «[o] conteúdo da ciência liga o pensamento e o facto, a teoria e a experiência prática, o racional e o empírico», demonstrando o quanto é fundamental a conciliação entre a revisão bibliográfica e o estudo prático.

De acordo com Estrela, Soares e Leitão (2009: 24) «[o] capítulo resultados e discussão permite relacionar os objetivos alcançados com os recursos utilizados e analisar os resultados em função dos problemas identificados».

Assim, o presente estudo servirá para complementar a parte teórica do trabalho, através da análise dos resultados dos questionários realizados junto de profissionais de auditoria e Institutos de Auditores Internos, bem como da observação de ofertas de emprego em AI.

4.1. Objetivos

Sendo a certificação CIA uma certificação profissional internacionalmente aceite para os auditores internos e que exige uma elevada preparação técnica, quer para a obter, quer para a manter ativa, este estudo pretende compreender a importância que a designação CIA tem no desenvolvimento da carreira profissional dos auditores internos em Portugal.

Foram definidos os seguintes objetivos principais, em torno dos quais foi elaborada a abordagem prática:

- ✓ Efetuar o levantamento do número de auditores internos que existem em Portugal com a certificação CIA e efetuar uma análise comparativa com alguns países da Europa;
- ✓ Aferir se os inquiridos reconhecem que a certificação aumenta a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders*;
- ✓ Verificar se a certificação CIA é um requisito exigido nas ofertas de emprego em auditoria interna, quer em Portugal, quer em outros países da Europa;

- ✓ Aferir se os inquiridos consideram que a certificação inclui benefícios como aumento da remuneração, aumento do grau de confiança e aumento da competência;
- ✓ Compreender o grau de importância da certificação na evolução da carreira de auditor interno;
- ✓ Determinar os motivos que justificam a intenção ou não dos auditores internos obterem a certificação;
- ✓ Determinar os motivos que fundamentam a decisão dos auditores certificados não manterem a certificação ativa.

4.2. Metodologia

Para a descrição da metodologia utilizada, foi seguida a orientação de Azevedo (2009:21), que indica que este capítulo «destina-se a dar informação sobre os instrumentos utilizados e a relatar a maneira como os dados foram coligidos».

Essa descrição foi repartida e é explicada em cada um dos seguintes pontos.

4.2.1. População alvo

Para ser possível cumprir os objetivos deste trabalho, foi necessário obter a opinião de auditores internos, pelo que foi considerada como população: os auditores internos que trabalham em Portugal, independentemente do setor ou ramo de atividade da organização para a qual trabalham.

4.2.2. Justificação e descrição dos instrumentos utilizados

Para a análise prática, foram tidas as orientações de De Ketele e Rogiers (1999:205).

Podemos destacar seis grandes fases de trabalho em toda a investigação.

1. A definição da problemática de partida;
2. A definição de uma hipótese condutora da investigação, ou de objetivos que devem permitir a tomada de decisão;
3. A elaboração de um utensílio de recolha de dados pertinente, válido e fiável;

4. A constituição de uma base de dados e sua validação, ou seja, a verificação da sua pertinência, a sua validade e a sua fiabilidade;
5. A preparação de um procedimento para o tratamento da informação e a sua justificação em termos de pertinência, de validade e de fiabilidade;
6. A formulação das conclusões e a sua comunicação de modo pertinente, válido e fiável.

As duas primeiras fases já foram abordadas, passando agora às seguintes.

As ferramentas utilizadas para a recolha de dados foram as seguintes:

- observação na rede social profissional “*linkedin*”;
- inquérito por questionário.

Foi tida em conta a orientação de Pereira (2006:227) de que «[c]ada questão no inquérito deve contribuir para o objetivo pretendido ou servir qualquer propósito específico».

Foram elaborados dois questionários.

O primeiro questionário é constituído por 32 perguntas (Apêndice A), sendo que:

- **da primeira à oitava pergunta** – pretendeu-se obter dados do inquirido, para o poder caracterizar enquanto profissional de auditoria em diferentes extratos. Para tal obteve-se informações como: género, formação académica, experiência profissional, se desempenha ou não funções de auditor interno e a sua categoria profissional.

- **da nova à décima sexta** – teve-se como objetivo recolher dados da organização onde o inquirido trabalha, por forma a aferir sobre o setor de atividade e volume de negócios mais representativo na amostra e, assim, poder inferir sobre o setor e dimensão das organizações que empregarão mais auditores internos em Portugal. Para além disso, pretendeu-se obter dados para caracterizar a função de auditoria onde o inquirido trabalha, nomeadamente a dimensão da função e a sua composição em termos de auditores certificados versus não certificados e relaciona-los com os dados da organização.

- **da décima sétima à vigésima segunda** – teve-se como objetivo obter informação para dividir a amostra em dois grandes segmentos: 1º auditores certificados, 2º auditores não certificados. Refira-se que esta segmentação assumirá grande importância na análise da opinião sobre a relevância da certificação, tendo em conta que no 1º segmento a opinião dos auditores estará comprovada com a experiência prática do que é a certificação, o

processo de obtenção da mesma, os eventuais benefícios obtidos, a comparação do antes/pós certificação, etc. A opinião do 2º segmento assume também extrema importância para captar a opinião sobre as expectativas do inquirido, quer teóricas quer corroboradas pela experiência da prática de trabalhar com auditores certificados. Pretendeu-se também identificar se, num curto/médio prazo, haverá ou não mais auditores certificados em Portugal e aferir das expectativas dos potenciais candidatos, bem como entender os motivos que sustentam a opinião dos profissionais de auditoria sem pretensão de vir a deter a certificação CIA. Para além disso uma das perguntas teve como objetivo aferir se a obtenção da certificação teve o impulso da entidade patronal do auditor, para, desta forma, poder inferir se as organizações estarão sensíveis para o tema da certificação CIA.

- **da vigésima terceira à vigésima nova** – pretendeu-se recolher informação que permita aferir da opinião sobre os benefícios que os profissionais de auditoria atribuem/reconhecem na certificação CIA.

- **trigésima e trigésima primeira pergunta** – com estas duas questões pretendeu-se identificar um subconjunto de profissionais, que embora tenham obtido a certificação, já não a mantêm ativa, bem como aferir dos motivos que levaram estes inquiridos a, depois de tanto esforço e dedicação para obter a certificação, não preservarem a sua manutenção.

- **trigésima segunda (última pergunta do questionário)** – nesta pergunta teve-se como objetivo identificar se, independentemente de um auditor ser ou não detentor da certificação CIA, já frequentou ações de formação sobre conceitos considerados básicos para desempenhar as funções de auditor interno.

Este inquérito esteve disponível *online* em <http://goo.gl/forms/BMx8F3LeIDbb1J32>, durante o período compreendido entre 20 julho e 8 de setembro de 2016.

O outro questionário é constituído por apenas uma pergunta que teve como objetivo identificar o número de *Certified Internal Auditors* que existem em Portugal, bem como efetuar uma análise comparativa com outros países da Europa.

Por forma a aferir se a designação CIA é um requisito obrigatório na admissão de auditores internos, monitorizou-se ainda na rede social profissional “*linkedin*”, entre os dias 25 e 26 de outubro de 2016, ofertas de emprego em auditoria interna, em vários países da Europa.

Selecionaram-se 37 ofertas de emprego para análise (amostragem por cluster⁴). Os países representados na amostra são: Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Portugal e Suíça.

Posteriormente, todos os dados foram extraídos para uma folha de cálculo e a base de dados foi tratada com a ferramenta Microsoft *Excel*, fazendo uma breve revisão aos dados obtidos.

Para a análise das variáveis, respetivas frequências e relações entre estas, foi utilizada a ferramenta SPSS, uma vez que já foi anteriormente utilizada noutros trabalhos académicos, facilitando a sua utilização, e por ser «o programa de eleição dos cientistas das ciências sociais» (Marôco, 2011:65).

Com a utilização destas ferramentas foi possível aferir das conclusões que são apresentadas ao longo dos próximos pontos.

4.2.3. Amostra

Segundo Fernandes (1999:6) para planear uma amostra com o objetivo de realizar um inquérito, devemos passar pelas seguintes etapas:

1. Definição da população (definida no ponto 4.2.1).
2. Especificação das variáveis a medir (preparadas nos questionários).
3. Planeamento estatístico da amostra (tamanho e tipo de amostragem).
4. Reconhecimento de certos detalhes (treino dos inquiridores, escolha da altura adequada).

Assim, a amostra definida para o primeiro inquérito foi os associados do IPAI, tendo o inquérito sido divulgado aos associados via *email*. Em agosto de 2016 o IPAI tinha cerca de 1300 associados.

Na tentativa de obter o maior número de respostas possível, este inquérito foi também enviado diretamente a colegas auditores, para que respondessem e divulgassem a outros contatos que exercem a função de auditor interno.

⁴*Gleim: 140: Block (cluster sampling) randomly selects groups of items as the sampling units rather individual items.*

Após o término da data limite para o preenchimento do inquérito, foram obtidas um total de 64 respostas.

Com o inquérito dirigido aos associados do IPAI pretendia-se obter um leque de respostas o mais representativo possível, tornando possível generalizar as conclusões face ao universo, mas como provavelmente o conhecimento da existência do inquérito não chegou a todos os indivíduos da amostra, não é possível quantificar, com exatidão, o número de auditores possíveis de contactar, o que não permite definir, em número, o universo.

Perante esta condicionante, não será possível generalizar, com um grau de certeza confortável, que os resultados obtidos refletem a realidade em Portugal.

O segundo inquérito foi dirigido, *via email*, a dez representantes do IIA Global na Europa, no final de julho de 2016 e obtiveram-se resposta de sete.

Os IIA's seleccionados (amostra direccionada) foram os seguintes: IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna (Portugal); DIIR – Deutsches Institut für Interne Revision e.V.(Alemanha); The Institute of Internal Auditors – Denmark; The Institute of Internal Auditors – Sweden; Instituto de Auditores Internos de Espanha; Te Institute of Internal Auditors – Belgium e Institute of Internal Auditors – Luxembourg; Instituto de Auditores Internos da Grécia; Institut français de l'audit et du controle internes – França; Associazione Italiana Internal Auditors – Itália e Chartered Institute of Internal Auditors – Inglaterra e Irlanda.

4.3. Análise e tratamento dos dados

Nos pontos 4.3.1. a 4.3.8. são apresentados os resultados obtidos através de dois tipos de análise: uma análise simples às frequências dos resultados obtidos em cada questão; e uma abordagem mais complexa e profunda onde, utilizando o cruzamento de variáveis, se pretendem expor as conclusões de maior importância sobre a relação entre elas.

Posteriormente é também efetuada uma breve reflexão sobre as limitações e dificuldades encontradas (ponto 4.3.9).

4.3.1. Caraterização da amostra – dados do inquirido

Para caracterizar o inquirido foram formuladas oito questões, cujos resultados se apresentam de seguida.

Como se pode observar pela Figura 4.1 os inquiridos estão equitativamente distribuídos, 50% género masculino e 50% género feminino.

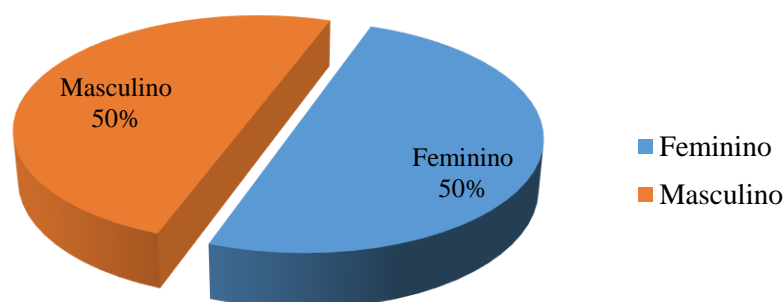


Figura 4.1 Distribuição por género

Conforme observado na Figura 4.2 a maioria dos inquiridos têm grau académico de licenciatura (45%). No entanto, grande parte dos inquiridos já possui uma pós-graduação (44%). Do lado oposto estão os inquiridos com bacharelato ou inferior, uma vez que apenas 5% dos inquiridos só possui o grau de bacharelato ou inferior.

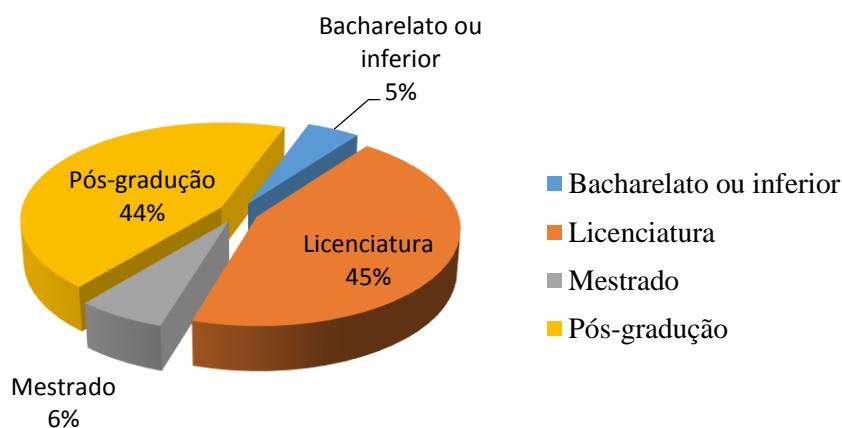


Figura 4.2 Distribuição por grau académico

Cruzando o género com o grau académico (Figura 4.1 e Figura 4.2), pode-se concluir que o inquirido masculino é o mais relevante no grau académico de licenciatura e pós-graduação. Por outro lado, as senhoras correspondem ao universo de inquiridos que possuem o grau académico de mestre.

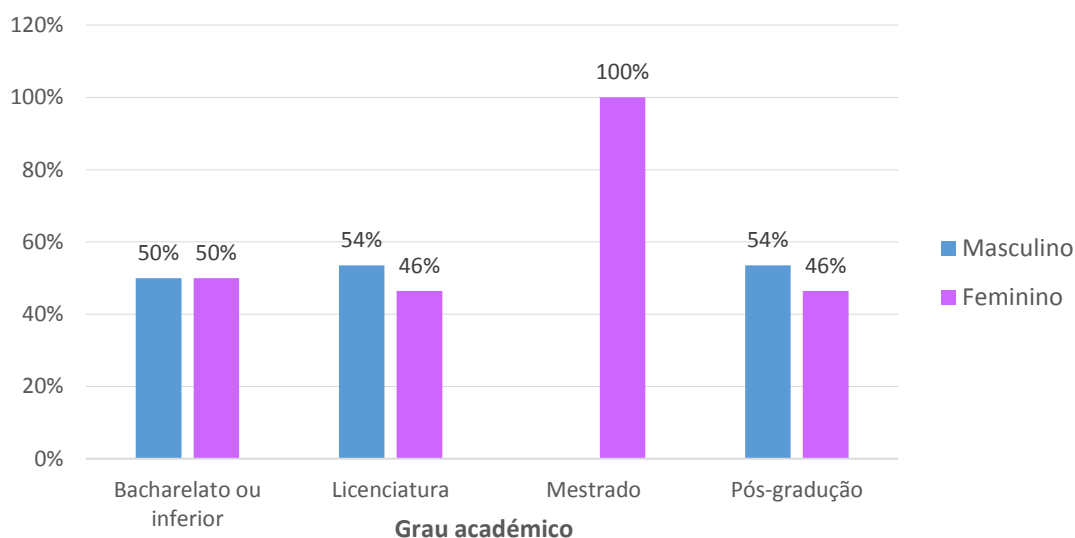


Figura 4.3 Relação entre o grau académico e o género

A Figura 4.4 mostra que a maioria dos inquiridos têm formação na área financeira (Gestão, Economia, Contabilidade e Auditoria).

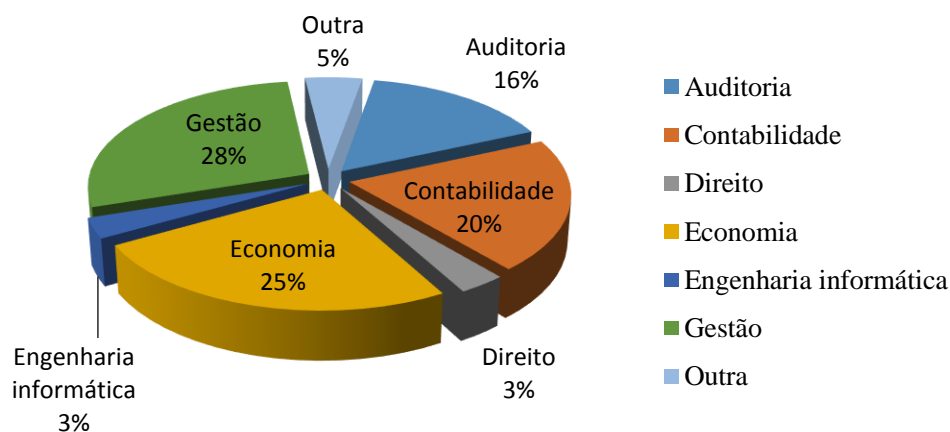


Figura 4.4 Distribuição por área de formação

Conforme se pode apurar pela Figura 4.5, 78⁵% dos inquiridos têm mais de 10 anos de experiência profissional, dos quais 30%, inclusive, mais de 20 anos de experiência. Se considerarmos que esta profissão exige um elevado nível de conhecimento do negócio da organização, por forma a entender os riscos que ela enfrenta, os controlos necessários para mitigar esses riscos e monitorização dos mesmos, é natural que a maioria dos inquiridos tenha mais de 10 anos de experiência profissional.

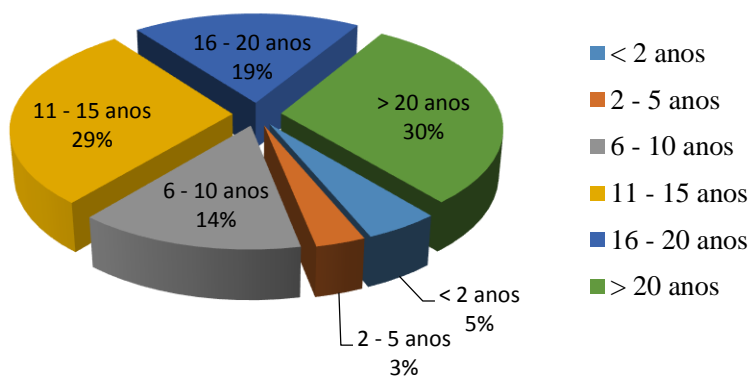


Figura 4.5 Distribuição por número de anos de experiência profissional

Embora a maioria dos inquiridos tenha mais de 10 anos de experiência profissional (Figura 4.5), o mesmo não se verifica em relação ao número de anos de experiência na função de auditoria interna, uma vez que apenas 43% dos inquiridos têm mais de 10 anos de antiguidade na função (Figura 4.6). Os auditores com menos de 10 anos de experiência na função representam a maioria, uma vez que correspondem a 57% dos inquiridos.

⁵ 30% + 29% + 19%

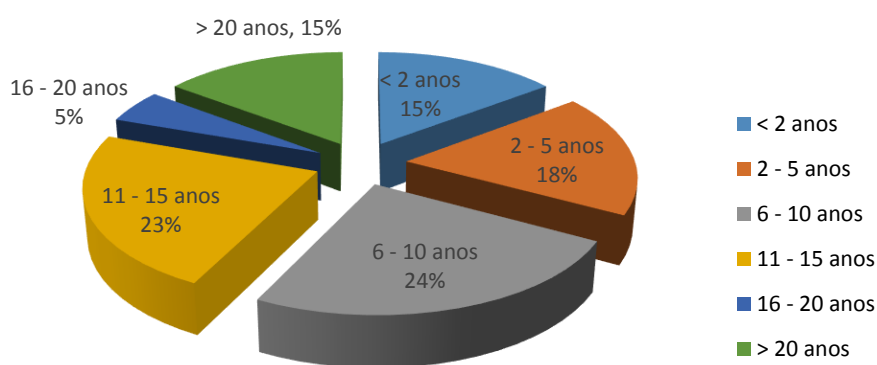


Figura 4.6 Distribuição por nº de anos de experiência como auditor interno

Se relacionarmos os resultados da Figura 4.1 com a Figura 4.6 podemos concluir que o género masculino tem mais anos de antiguidade na função de auditoria interna do que o género feminino. No entanto o número de mulheres a ingressar na carreira de auditor tem vindo a aumentar, daí os inquiridos estarem equitativamente distribuídos. Se considerarmos que nos últimos anos o número de mulheres a ingressar em muitas profissões aumentou substancialmente face ao número de homens, a profissão de auditor interno não é exceção e segue essa tendência.

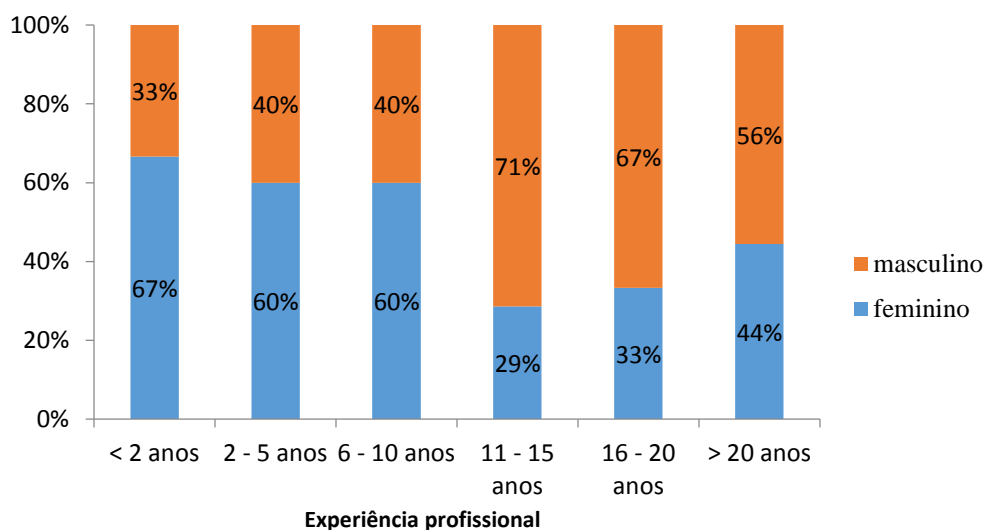


Figura 4.7 Relação entre o género e o número de anos de experiência em auditoria interna

Analisando a Figura 4.8 é possível constatar que os auditores que têm até cinco anos de experiência profissional têm igualmente até cinco anos de experiência como auditor interno, o que significa que estes auditores iniciaram a sua carreira profissional como auditor interno. Na faixa com mais de cinco anos de experiência profissional, existe uma percentagem elevada de auditores que já tinham experiência quando ingressaram na carreira de auditor.

Aquela tendência poderá estar suportada na representatividade que a função de auditoria tem nas organizações de maior dimensão existentes em Portugal, uma vez que, muitas vezes, essas organizações recorrem a recrutamento interno, em virtude de os colaboradores recrutados internamente conhecerem muito bem o negócio, os processos, os riscos e os controlos implementados.

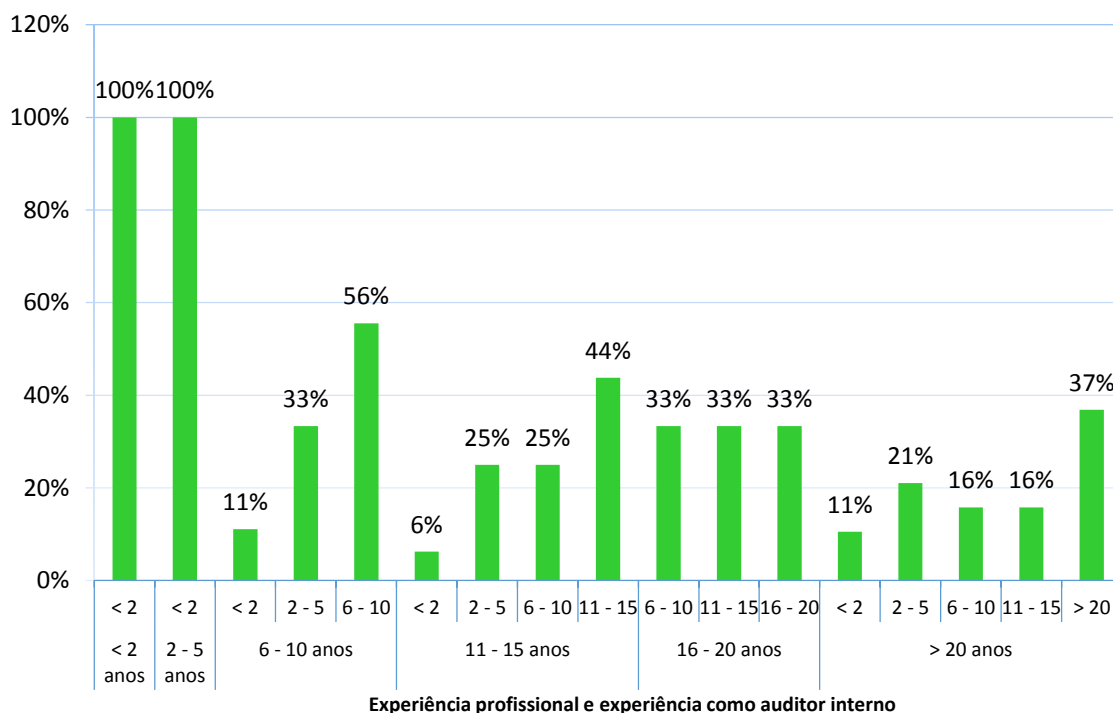


Figura 4.8 Relação entre a experiência profissional e a experiência como auditor interno

4.3.2. Caracterização da amostra – dados da organização e da função de auditoria

Para caracterizar a organização e a função de auditoria onde o inquirido trabalha foram formuladas oito questões, cujos resultados se apresentam e analisam de seguida.

A maioria dos inquiridos trabalha em organizações do setor privado, representando este setor 62% (Figura 4.9) da amostra. A categoria de misto refere-se a organizações com capitais públicos e privados e representam apenas 9%. Abaixo expressividade deste setor poderá ser justificada pelas privatizações que ocorreram nos últimos anos em Portugal.

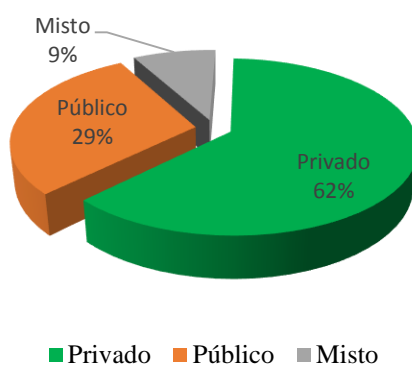


Figura 4.9 Distribuição dos inquiridos por setor de atividade onde trabalham

Analisando a Figura 4.10 verifica-se que a maioria das organizações onde os inquiridos trabalham apresenta um volume de negócios superior a 50 milhões de euros. Esta representatividade evidencia que, maioritariamente, são as grandes organizações que dispõem de uma função de auditoria e que empregam o maior número de auditores internos em Portugal.

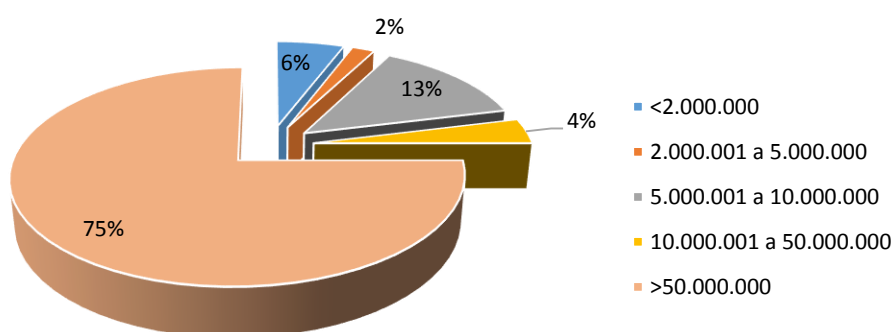


Figura 4.10 Distribuição por volume de negócios da organização

Conforme evidenciado na Figura 4.11, a Banca, seguros e serviços financeiros corresponde ao ramo de atividade mais representativo na amostra. O peso deste ramo poderá ser explicado, nomeadamente pelo fato das instituições de crédito e sociedades financeiras com mais de 30 colaboradores (excluindo administradores) e proveitos operacionais no último exercício económico superiores € 20.000.000, serem obrigadas a ter uma função de auditoria, interna ou subcontratada para efetuar avaliações autónomas no processo de monitorização do sistema de controlo interno (números, 7, 8 e 9 do Aviso nº5/2008 do Banco de Portugal). Também, após a crise financeira 2008/2009, a regulamentação da atividade bancária passou a ser mais exigente, desempenhando a função de auditoria um papel determinante nas avaliações autónomas da gestão de risco.

Refira-se por exemplo que o regulamento nº 575/2013 do Parlamento do Conselho, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, refere no seu Artigo 191º “A unidade responsável pela auditoria interna ou uma entidade de auditoria independente com características análogas examina, pelo menos anualmente, os sistemas de notação da instituição e respetivo funcionamento, incluindo as operações da respetiva função de crédito e as estimativas de PD, LGD, EL e fatores de conversão. A observância de todos os requisitos aplicáveis é igualmente verificada”.

Face ao exposto, é natural que a Banca seja o ramo de atividade com mais auditores internos.

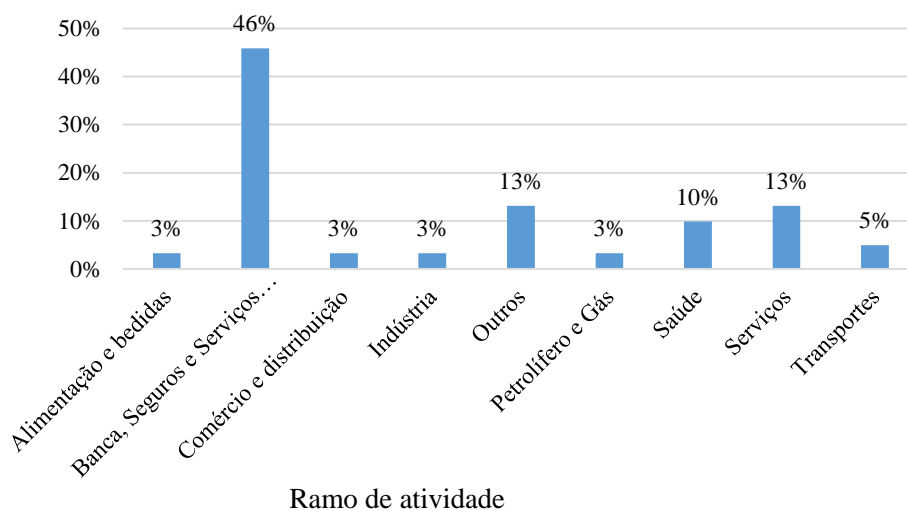


Figura 4.11 Distribuição por ramo de atividade da organização

Analisando a Figura 4.12, verifica-se que a amostra é composta por inquiridos de todas as categorias profissionais, desde auditor júnior, auditor sénior, auditor coordenador, diretor de auditoria e responsável da função de auditoria interna (*Chief Audit Executive-CAE*). A categoria profissional de auditor sénior é no entanto a mais representativa.

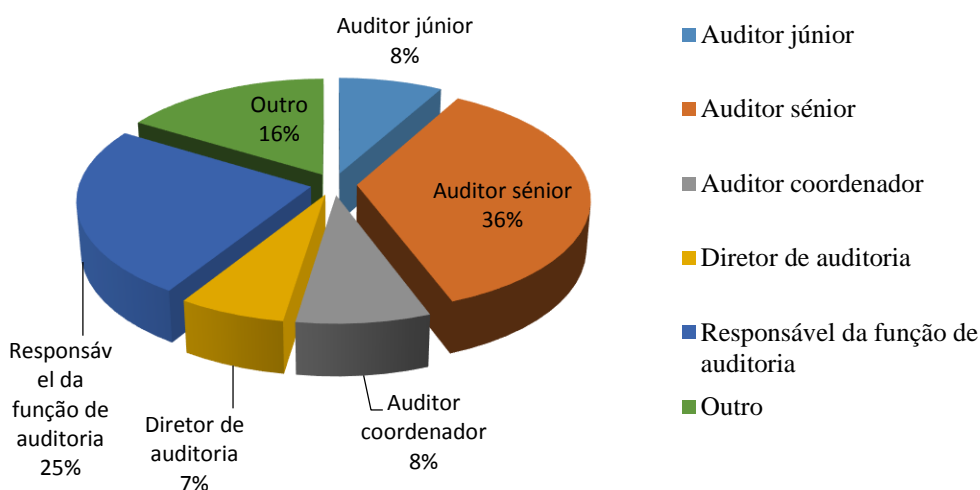


Figura 4.12 Distribuição dos inquiridos por categoria profissional

Do universo de inquiridos, 92% (Figura 4.13) afirma que existe uma função de auditoria na organização onde trabalha.

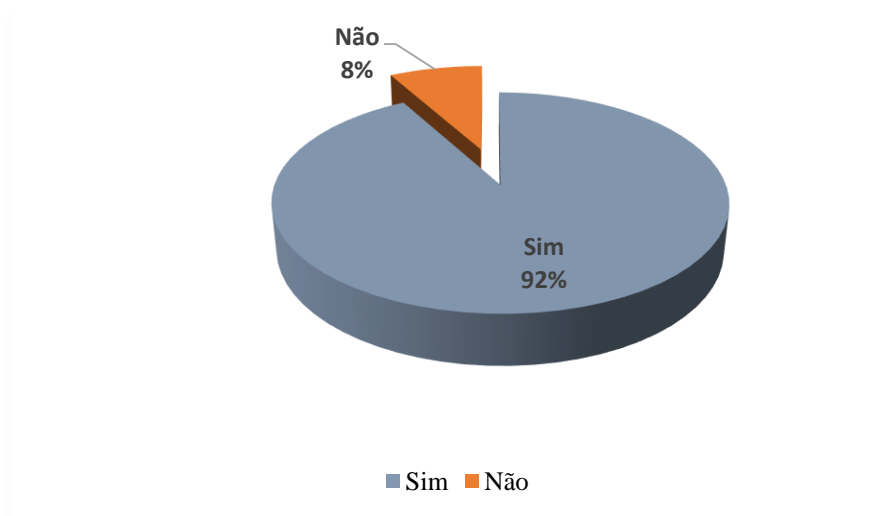


Figura 4.13 Existência de uma função de auditoria interna na organização

Conforme apresentado na Figura 4.14, a maioria dos inquiridos (51%) trabalha em organizações que têm uma função de auditoria relativamente reduzida, considerando que é constituída, no máximo, por 10 auditores.

No sentido inverso, verifica-se que apenas 9% dos inquiridos trabalha em organizações com uma função de auditoria de média/grande dimensão (emprega entre 31 e 70 auditores), o que é natural, considerando que em Portugal existem poucas organizações de grande dimensão.

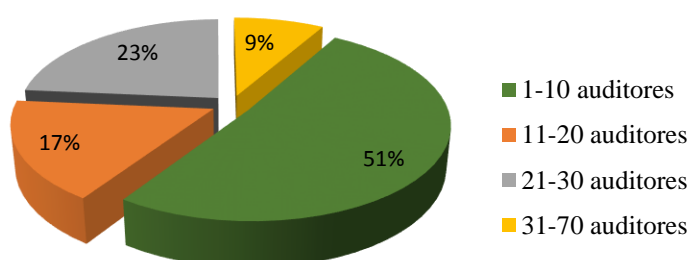


Figura 4.14 Dimensão da função de auditoria

A análise da Figura 4.15 permite-nos aferir que a maioria dos inquiridos (cerca de 83%) trabalha em organizações que não têm auditores com a certificação CIA. Face ao reduzido número de auditores certificados que existem em Portugal, é expectável que a maioria das funções de auditoria sigam aquela tendência, ou seja, não terem na sua estrutura auditores com a certificação CIA.

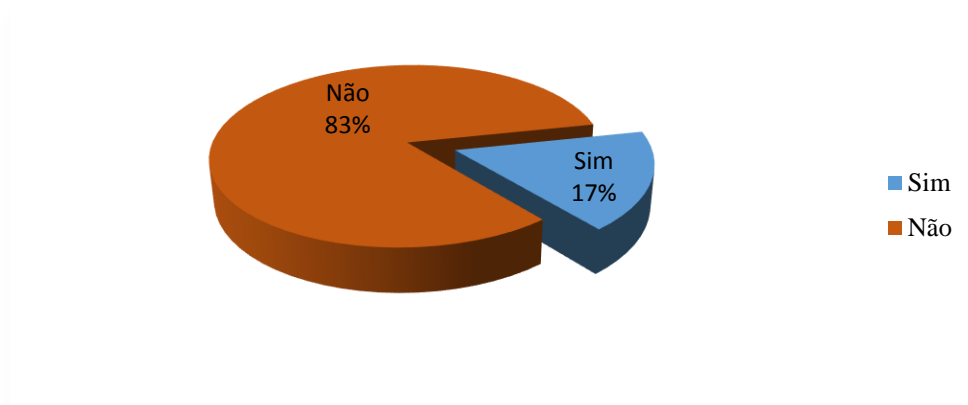


Figura 4.15 Função de auditoria com auditores detentores da certificação CIA

Conforme apresentado na Figura 4.16 a função de auditoria que emprega entre 31 e 70 auditores é a que detém mais auditores com a certificação CIA, o que evidencia que existe uma relação direta entre a dimensão de uma função de auditoria e o número de auditores certificados. Verifica-se assim uma concentração dos auditores com a certificação CIA nas organizações que empregam mais auditores internos.

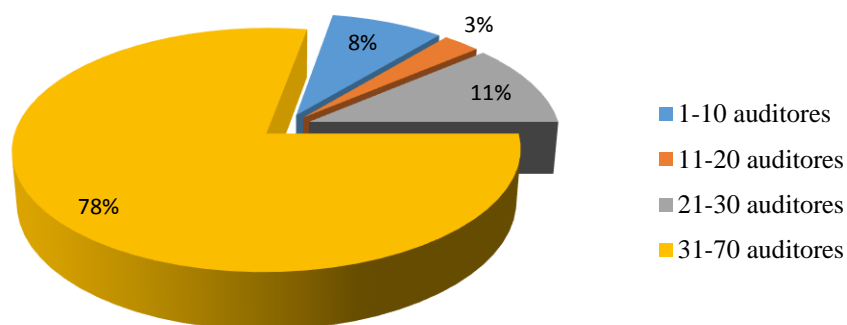


Figura 4.16 Dimensão da função de auditoria que é composta por mais auditores certificados

A larga maioria dos auditores certificados trabalha na Banca, Seguros e Serviços Financeiros (cerca de 92% - Figura 4.17).

Conforme foi apresentado na Figura 4.10 e Figura 4.11 a maioria dos inquiridos trabalha no setor da banca, seguros e serviços financeiros, pelo é natural que sejam essas organizações que têm mais os auditores certificados.

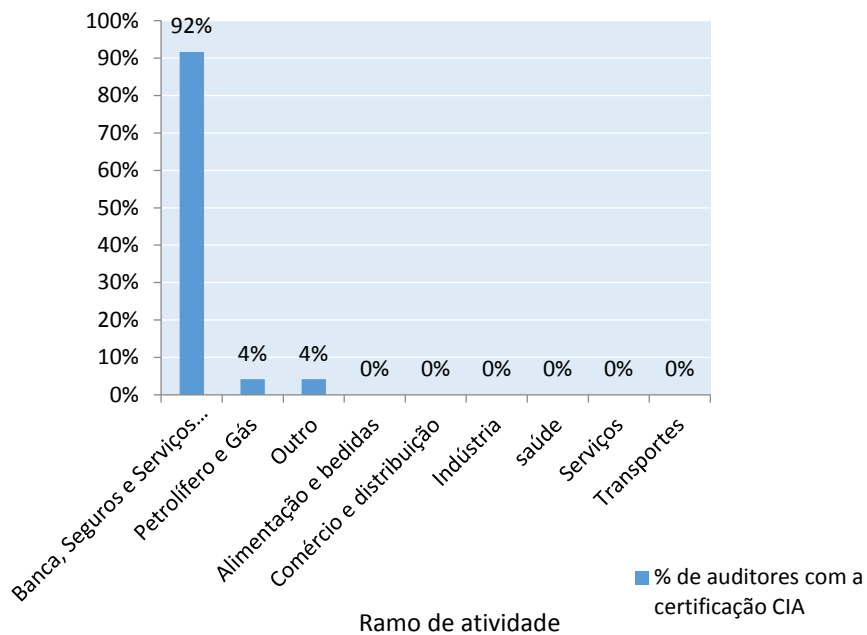


Figura 4.17 Distribuição dos auditores certificados por ramo de atividade

4.3.3. Caracterização da Amostra – identificação dos auditores certificados/em processo de certificação versus não certificados

Para identificar os auditores certificados/ em processo de certificação, bem como os que têm intenção de se candidatar à obtenção da certificação no curto/médio prazo (2 anos), foram formuladas cinco questões, cujos resultados se apresentam de seguida.

Conforme apresentado na Figura 4.18, apenas 14% da amostra é constituída por auditores detentores da certificação CIA.

De referir que em 2015 foi realizado pelo IIA Research Foundation um estudo global sobre a profissão auditoria interna (CBOK-The Global Internal Audit Common Body ok Knowledge) onde, 27% dos inquiridos da Europa eram detentores da certificação CIA. Assim, a amostra de auditores certificados no presente estudo encontra-se muito abaixo do referido estudo.

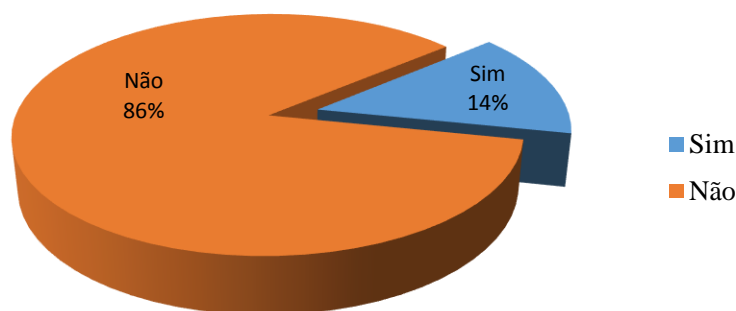


Figura 4.18 Distribuição dos auditores com/ sem certificação CIA

Dos 14% de auditores com certificação CIA (Figura 4.18), 50% são responsáveis da função de auditoria, 25% têm outra categoria profissional (não designada pelo inquirido) e os outros 25% são auditores coordenadores (Figura 4.19).

Face aos dados recolhidos, conclui-se que pelos menos 75% dos auditores detentores da certificação CIA desempenham funções de coordenação.

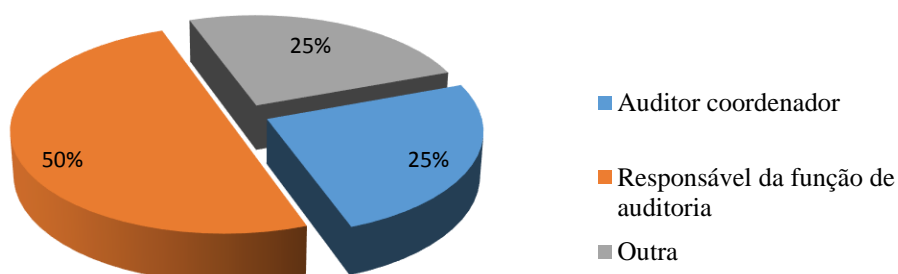


Figura 4.19 Distribuição dos auditores certificados por categoria profissional

Conforme se pode constatar na Figura 4.20, apenas 20% dos inquiridos têm intenção de se candidatar à obtenção da certificação nos próximos 2 anos, 41% ainda não sabe e 39% afirma que não têm qualquer intenção de se candidatar à obtenção da certificação.

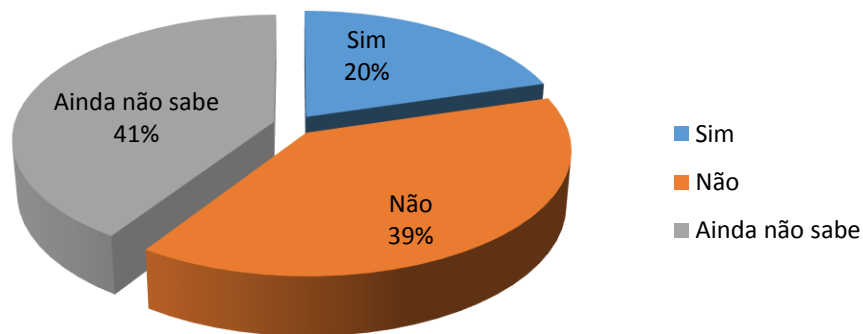


Figura 4.20 Intenção de se candidatar à obtenção da certificação nos próximos 2 anos

Dos auditores que manifestaram intenção de se candidatar à obtenção da certificação nos próximos dois anos (Figura 4.21), 50% são auditores sêniores, 40% desempenham funções de coordenação (20% responsáveis da função de auditoria e 20% diretores de auditoria) e existe ainda 10% dos inquiridos que desenham outra função (não especificada pelo inquirido).

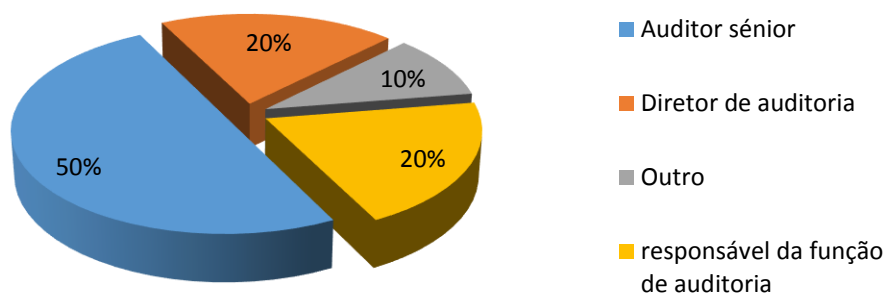


Figura 4.21 Distribuição por categoria profissional dos auditores que têm intenção de se candidatar à obtenção da certificação nos próximos 2 anos

Analisando a Figura 4.22 verifica-se que apenas 16% dos inquiridos afirma existirem auditores em processo de certificação na organização onde trabalham.

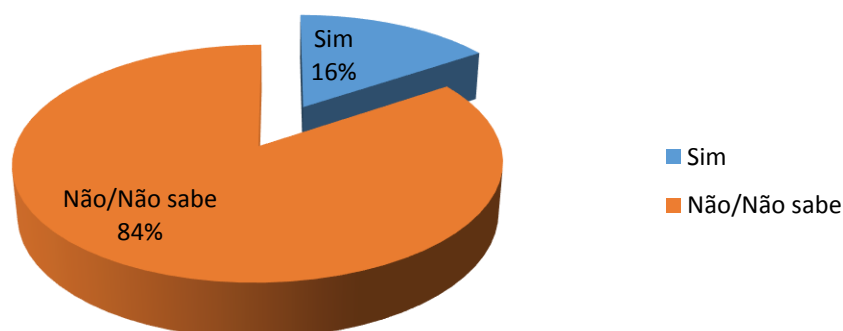


Figura 4.22 Distribuição dos inquiridos que responderam se existem ou não auditores em processo de certificação na organização onde trabalham

4.3.4. Iniciativa para obter a certificação

Formulou-se uma questão para identificar se a obtenção da certificação teve o impulso da entidade patronal do auditor, para, desta forma, poder inferir se as organizações estarão sensíveis para o tema da certificação CIA. Apresenta-se de seguida o resultado.

Os resultados apresentados na Figura 4.23 permitem-nos aferir que a larga maioria dos inquiridos (67%) obteve a certificação CIA por iniciativa própria, o que permite depreender que esta certificação ainda será pouco relevante nas organizações, uma vez que existem poucas organizações a proporem aos seus auditores a obtenção da certificação.

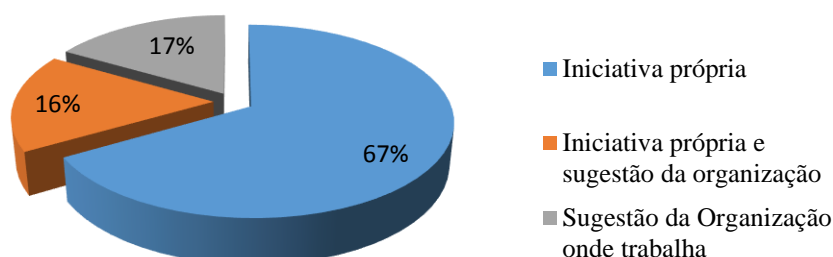


Figura 4.23 Iniciativa para obtenção da certificação CIA

4.3.5. Opinião dos inquiridos sobre a relevância da certificação

Para aferir da opinião sobre a relevância que atribuem à certificação CIA, tema central da presente dissertação, formularam-se sete perguntas, cujos resultados se apresentam de seguida.

A análise da Figura 4.24 permite-nos aferir que 39% dos inquiridos considera que a certificação CIA deve ser obrigatória para o exercício da função de auditor interno, 11% não têm opinião formulada e cerca de metade dos inquiridos (50%) é da opinião que a certificação CIA não deve ser obrigatória para o exercício da função de auditor interno.

Se analisarmos a opinião por categoria profissional (Figura 4.25), verifica-se que à medida que aumenta a categoria profissional do auditor também aumenta a opinião de que a certificação CIA não deve ser considerada um requisito obrigatório para o exercício da profissão.

Face ao exposto, conclui-se que as variáveis experiência como auditor interno e categoria profissional têm uma correlação direta com a opinião de que a certificação CIA não deve ser um requisito obrigatório para a profissão de auditor interno.

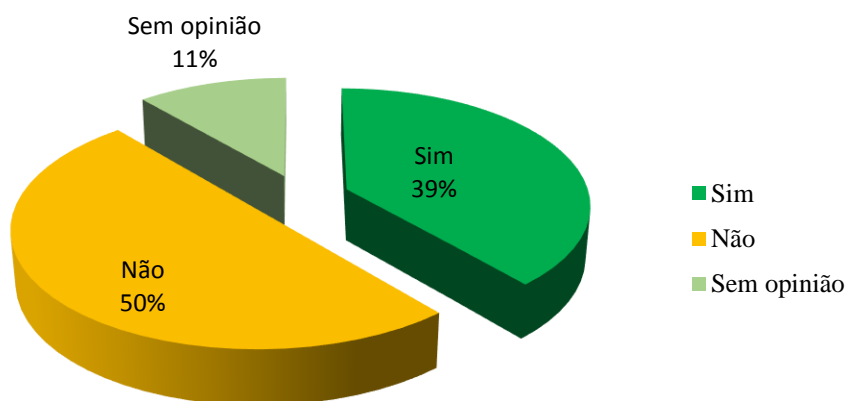


Figura 4.24 Distribuição por opinião sobre a obrigatoriedade da certificação CIA

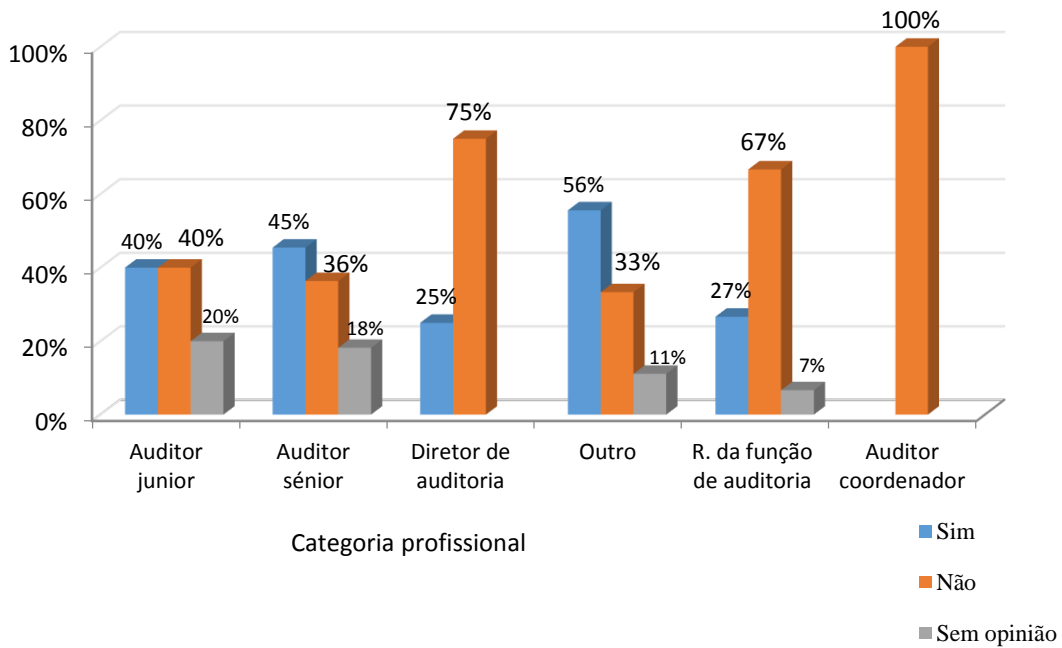


Figura 4.25 Relação entre a opinião do inquirido e a sua categoria profissional

Se relacionarmos a opinião dos inquiridos (Figura 4.24) com o número de anos de experiência como auditor interno (Figura 4.26), verifica-se que o inquirido com mais anos de experiência na profissão é da opinião que a certificação não deve ser um requisito obrigatório para desempenhar funções de auditor interno.

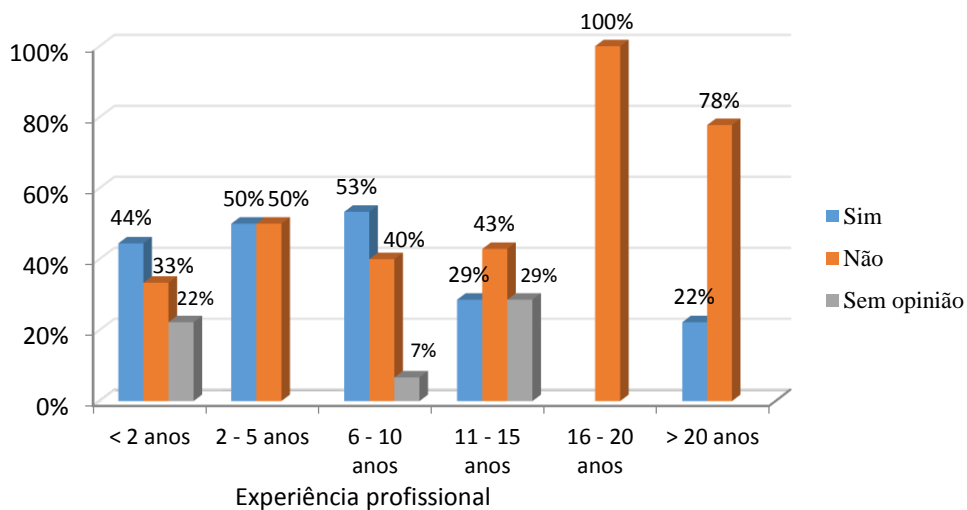


Figura 4.26 Relação entre a opinião do inquirido e o nº de anos de experiência profissional como auditor interno

Embora uma grande parte dos inquiridos tenha afirmado que a certificação não deve ser um requisito obrigatório para exercer as funções de auditor interno (Figura 4.24), a larga maioria (87% dos inquiridos) reconhece que a certificação CIA aumenta a credibilidade do auditor e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders* (Figura 4.27).

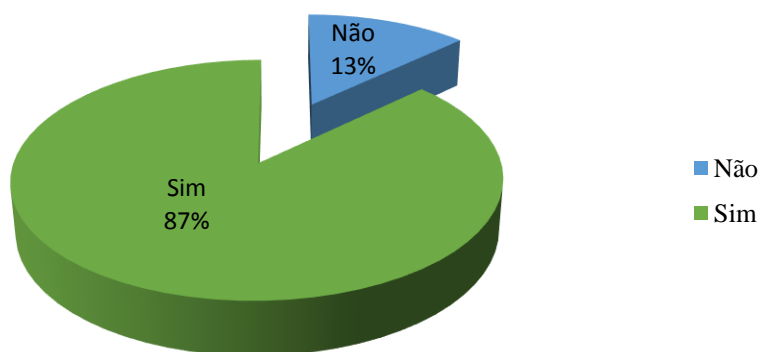


Figura 4.27 A certificação CIA aumenta ou não a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders*?

Ao relacionar a categoria profissional do inquirido (Figura 4.28) e o número de anos de experiência profissional como auditor interno (Figura 4.29) com a opinião sobre se a certificação CIA aumenta ou não a credibilidade do auditor e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders* (Figura 4.27), também se verifica que, independentemente da categoria profissional e da antiguidade na função, a larga maioria é da opinião de que a certificação aumenta a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders*.

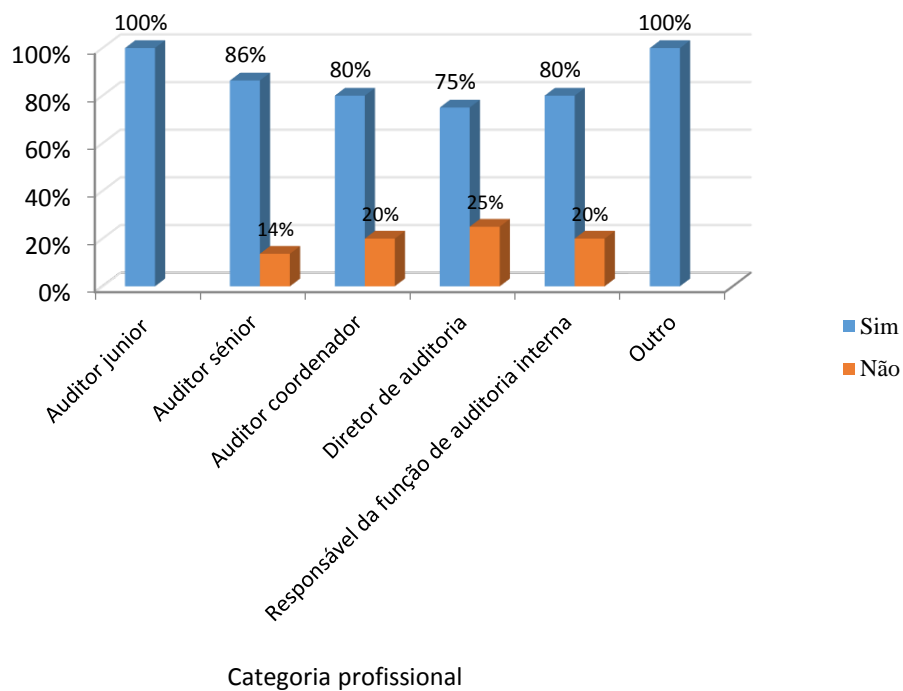


Figura 4.28 Relação entre a opinião do inquirido sobre se a certificação aumenta ou não a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders* e a sua categoria profissional

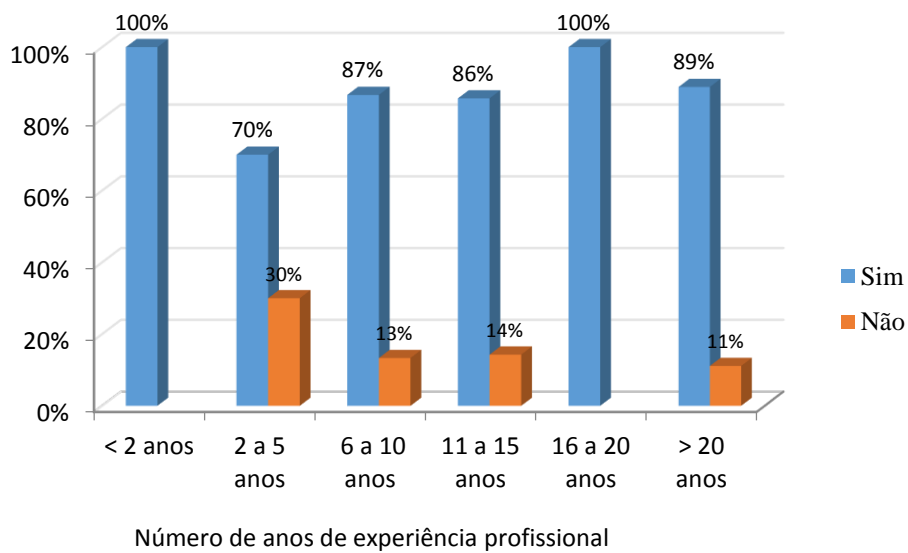


Figura 4.29 Relação entre a opinião do inquirido sobre se a certificação aumenta ou não a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders* e o n.º de anos de experiência profissional

Já no que diz respeito aos benefícios remuneratórios da certificação, a opinião dos inquiridos fica no sentido oposto em relação à opinião sobre a credibilidade. As Figura 4.30 e Figura 4.31 evidenciam que a maioria dos inquiridos (independentemente de serem ou não auditores certificados) são da opinião que a certificação CIA não traz quaisquer benefícios ao nível do aumento da remuneração. Porém, é curioso que em termos percentuais os auditores certificados são mais céticos sobre os benefícios remuneratórios do que os não certificados.

De referir que segundo um estudo realizado pelo IIA (IIA's 2012 *Internal Audit Compensation Study*), nos EUA o salário médio dos auditores com a certificação CIA é 40% mais elevado, face aos que não possuem a certificação.

Em relação aos benefícios sobre o aumento do grau de confiança e competência, a larga maioria é da opinião que certificação aumenta o grau de confiança do auditor bem como a sua competência. Destaca-se, no entanto que os auditores certificados acreditam mais no aumento do grau de confiança e da competência do que os não certificados.

Face ao exposto, é possível concluir que os auditores internos reconhecem os benefícios qualitativos da certificação, mas não reconhecem que esses benefícios se repercutam em termos quantitativos, ou seja, no aumento da sua remuneração.

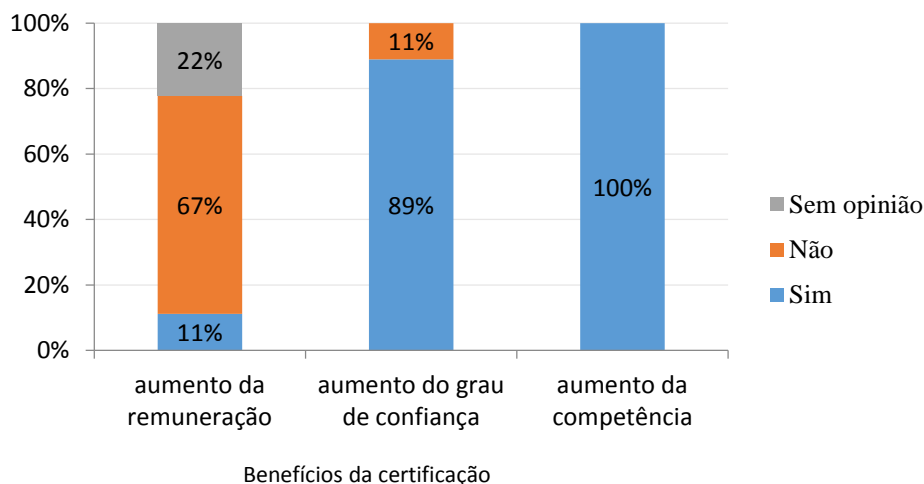


Figura 4.30 Auditor CIA - Reconhecimento dos benefícios da certificação

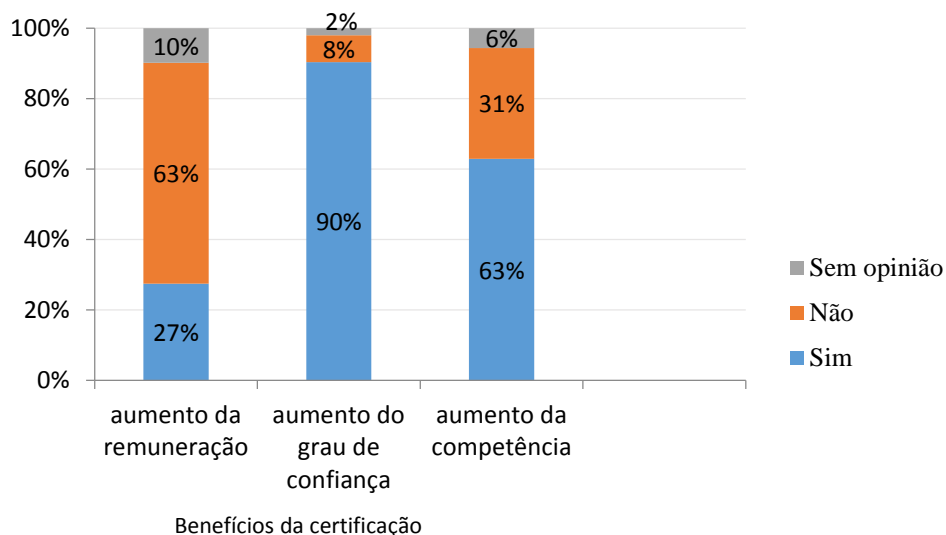


Figura 4.31 - Auditor sem a certificação CIA - reconhecimento dos benefícios da certificação

Conforme se pode verificar pelas Figura 4.32, Figura 4.33 e Figura 4.34, não existem *outliers* na distribuição da opinião por categoria profissional, ou seja, independentemente da categoria profissional, a larga maioria dos inquiridos não reconhece quaisquer benefícios da certificação CIA em termos remuneratórios, mas reconhece benefícios no grau de confiança e na competência.

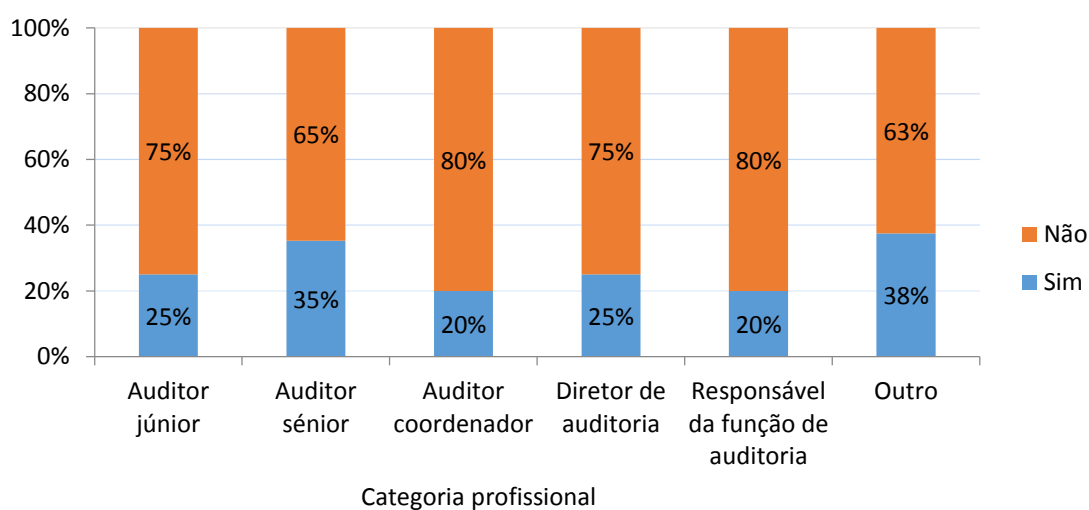


Figura 4.32 Aumento da remuneração - distribuição da opinião por categoria profissional

Embora a maioria dos inquiridos reconheça os benefícios da certificação ao nível do grau de confiança, a Figura 4.33 mostra-nos que existe ainda uma pequena percentagem de auditores séniores, auditores coordenadores e diretores de auditoria que não acreditam nesse benefício.

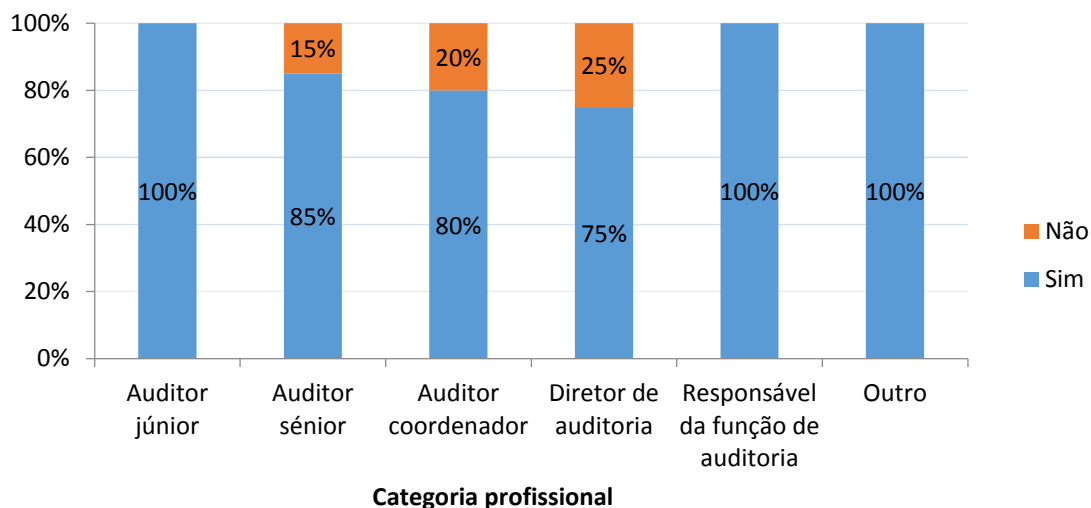


Figura 4.33 Aumento do grau de confiança - distribuição da opinião por categoria profissional

A Figura 4.34 também nos mostra que embora a maioria dos inquiridos reconhece os benefícios da certificação ao nível da competência, existem alguns inquiridos que não acreditam que a obtenção da certificação aumenta a competência do auditor.

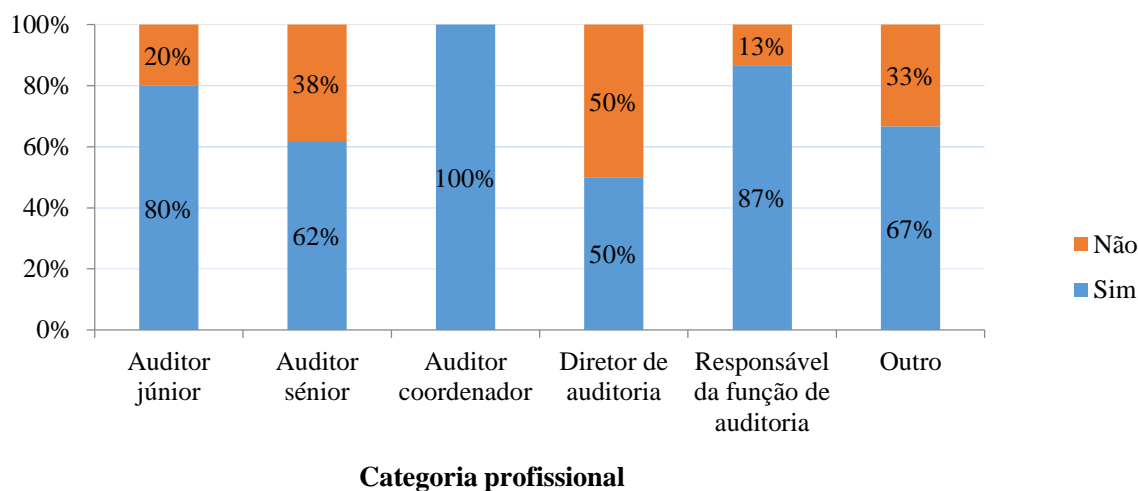


Figura 4.34 Aumento da competência - distribuição da opinião por categoria profissional

À semelhança do que foi verificado sobre os benefícios da certificação em relação à competência/grau de confiança, também no que toca à classificação da relevância (Figura 4.35), numa escala de muito relevante até irrelevante e considerando ainda os inquiridos sem opinião, se verifica que a maioria dos inquiridos (cerca de 73%) classifica a certificação entre muito relevante e relevante. No sentido inverso verifica-se que apenas 5% dos inquiridos classifica a certificação como pouco relevante. Destaca-se ainda que 11% dos inquiridos não têm qualquer opinião sobre a relevância da certificação CIA.

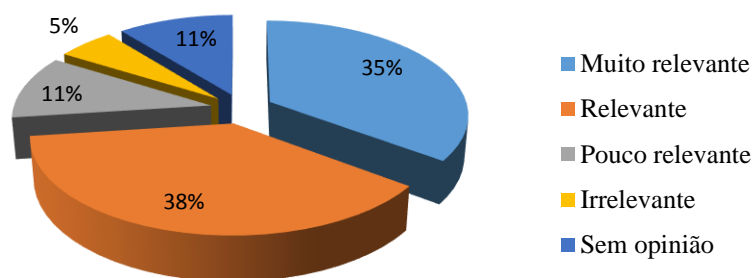


Figura 4.35 Classificação da relevância da certificação CIA na evolução da carreira profissional de auditor interno

Relacionando a relevância atribuída à certificação com a categoria profissional do auditor, verifica-se que em todas as categorias profissionais a maioria dos inquiridos considera a certificação relevante ou mesmo muito relevante.

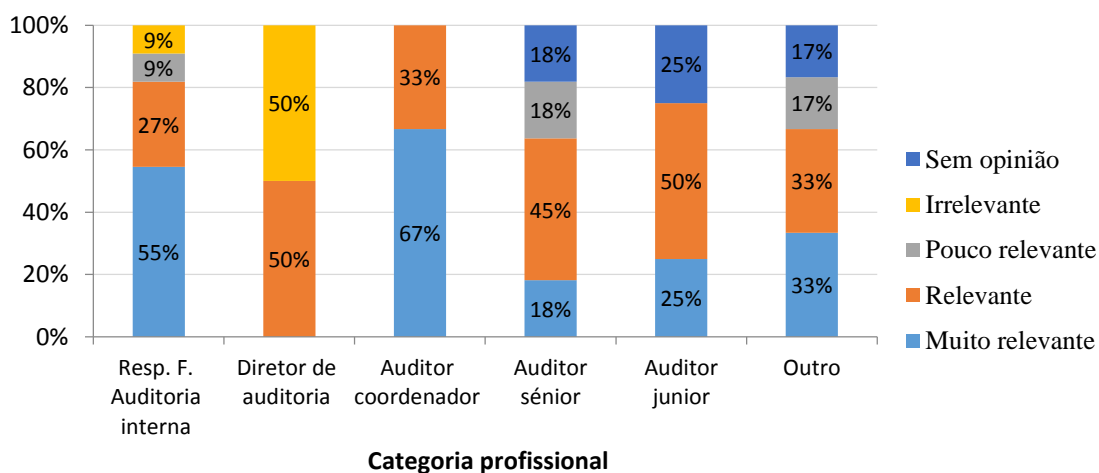


Figura 4.36 Relação entre a relevância atribuída à certificação CIA e a categoria profissional do auditor

Analisando a Figura 4.37 constata-se que grande parte dos inquiridos não têm qualquer opinião formulada sobre se os conhecimentos adquiridos na certificação podem melhorar as metodologias de trabalho empregues pelo auditor, o que é natural uma vez que universo de inquiridos detentores da certificação CIA é muito reduzido (Figura 4.18).

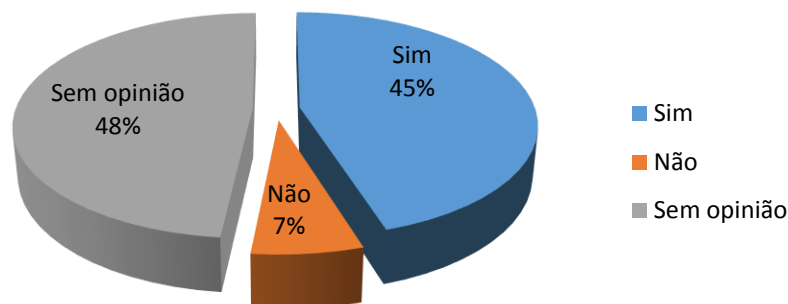


Figura 4.37 Os conhecimentos adquiridos na certificação podem melhorar a metodologia de trabalho?

Uma questão colocada aos inquiridos teve por objetivo aferir se a certificação foi determinante na obtenção do emprego.

Conforme se pode verificar na Figura 4.38, uma percentagem muito pequena de inquiridos (3%) afirma que a detenção da certificação foi determinante na obtenção do emprego, o que nos permite aferir que a certificação CIA não é um requisito imperativo na contratação de auditores internos em Portugal.

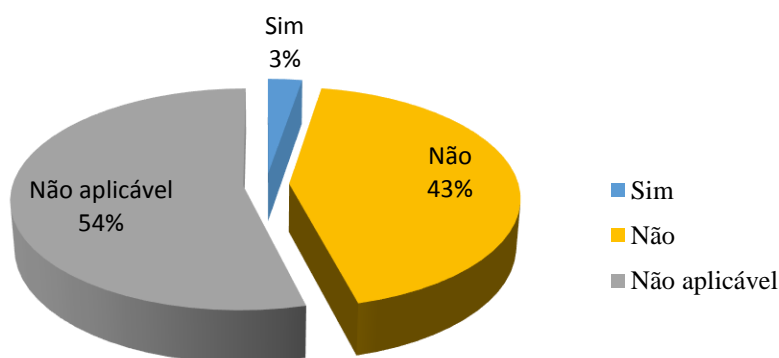


Figura 4.38 A certificação CIA foi determinante na obtenção do emprego?

4.3.5.1 A manutenção da certificação

No presente ponto apresenta-se os resultados de duas questões que tiveram como objetivo aferir se existem auditores que obtiveram a certificação, mas não a mantêm ativa e identificar o motivo que fundamenta a decisão de não continuar com a certificação ativa.

Cerca de 63% dos inquiridos afirma que não mantém a certificação ativa (Figura 4.39) e apenas 37% mantém a certificação ativa.

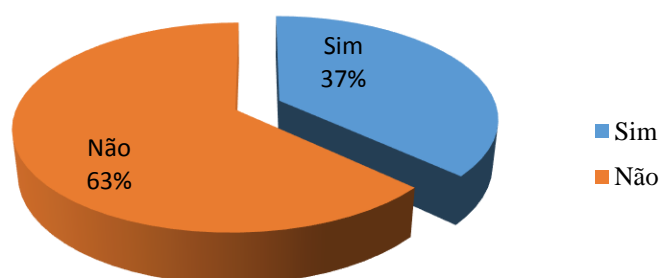


Figura 4.39 Auditores com/sem certificação ativa

A análise da Figura 4.40 permite-nos aferir que os inquiridos sem a certificação ativa estão distribuídos pelas várias categorias profissionais, existindo no entanto maior concentração nos responsáveis da função de auditoria interna e nos auditores séniores.

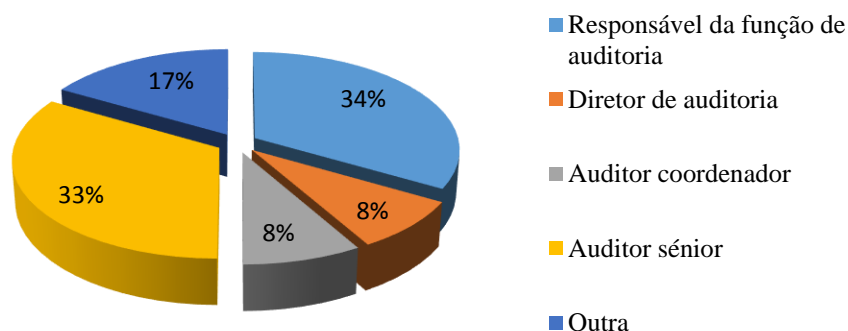


Figura 4.40 Categoria profissional dos auditores que não mantêm a certificação ativa

Os motivos apresentados pelos inquiridos para não manter a certificação ativa foram essencialmente os seguintes:

- Custos de formação - *Continuing Professional Education (CPE)*;
- Não é valorizado na empresa, sendo os custos de formação por conta do auditor;
- A certificação obriga a respeitar todas as normas, o que não é possível em muitas organizações;
- Não dedutibilidade das despesas de formação para efeitos de IRS;
- Falta de reconhecimento em Portugal;
- Falta de tempo.

4.3.6. Auditores não certificados – formação sobre temas de auditoria interna

Por forma a aferir se, independentemente de um auditor ser ou não detentor da certificação CIA, já frequentou ações de formação sobre conceitos considerados básicos para desempenhar as funções de auditor interno, foi colocada uma questão para aferir se todos os inquiridos já frequentaram ações de formação sobre alguns desses conceitos.

A análise da Figura 4.41 permite-nos aferir que existe uma percentagem muito elevada de inquiridos que nunca frequentaram ações de formação sobre conceitos considerados “chave” para o desempenho das funções de auditor interno, como:

- Orientações obrigatórias do IPPF (definição de auditoria interna, código de ética e normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna) – 50% dos inquiridos.
- Orientações fortemente recomendadas (tomadas de posição, práticas recomendadas e guias práticos) – 55% dos inquiridos.
- Independência e objetividade – 44% dos inquiridos.
- Proficiência e cuidado profissional do auditor – 49% dos inquiridos.
- Programa de garantia da qualidade e aperfeiçoamento – 89% dos inquiridos.

- *Governance*, risco e controlo – 75% dos inquiridos.
- Amostragem em auditoria – 71% dos inquiridos.
- Fraude – 59%

Face ao exposto podemos inferir que, efetivamente, os profissionais de auditoria com a certificação CIA serão auditores com mais formação face aos auditores não certificados na medida que, para além de terem obtido um leque abrangente de conhecimentos na certificação, também são obrigados a efetuar anualmente horas de formação (CPE).

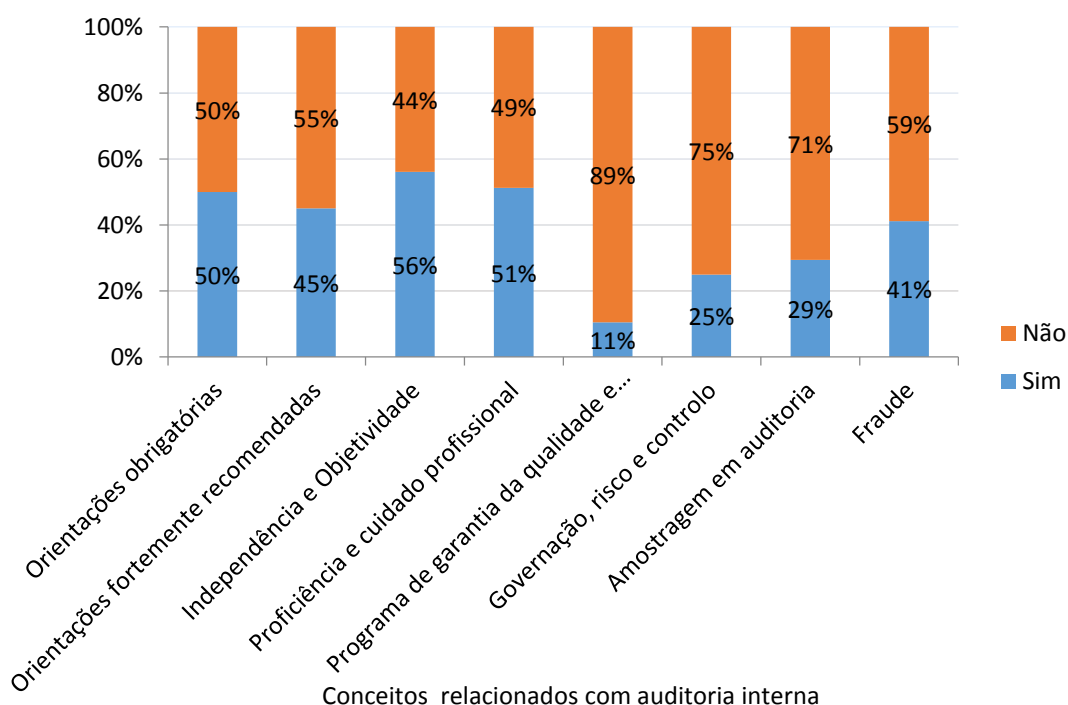


Figura 4.41 Ações de formação frequentadas pelos inquiridos

4.3.7. Níveis de certificação existentes em Portugal e uma breve comparação com alguns países da Europa

Para aferir do número de auditores com a certificação CIA, foram questionados vários representantes do IIA na Europa, incluindo Portugal.

Numa amostra de sete países da Europa (Dinamarca, Noruega, Portugal, Luxemburgo, Bélgica, Espanha e Alemanha), constata-se que Portugal é o terceiro país onde existem menos auditores com certificação CIA (Tabela 4.1). No entanto, se compararmos o número de auditores certificados com a dimensão do país, concluímos que Portugal é o país com menos auditores certificados.

Tabela 4.1 Número de auditores com a certificação CIA em alguns países da Europa

País	Nº de auditores certificados (CIA's)	Nº de habitantes* (milhões)	Nº de associados do IIA local	Nº de auditores certificados vs Nº de associados
Dinamarca	51	5,66	600	9%
Noruega	72	5,08	n/d	-
Portugal	93	10,37	1.321	7%
Luxemburgo	110	0,56	n/d	-
Bélgica	248	11,2	n/d	-
Espanha	600	46,45	n/d	-
Alemanha	1.195	81,12	n/d	-

*Fonte: https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living_pt

Para além da certificação CIA, aferiu-se ainda do nº de auditores que existiam em Portugal com as seguintes certificações:

- Certification in Control Self-Assessment (CCSA);
- Certification in Risk Management Assurance (CRMA);
- Certified Government Auditing Self-Assessment (CGAP);
- Certified Financial Services Auditor (CFSA).

De acordo com informação disponibilizada pelo IIA, em junho de 2016 existiam em Portugal 40 CCSA, 38 CRMA, 3 CGAP e 2 CFSA.

4.3.8. Análise de ofertas de emprego em AI

Por forma a aferir se a designação CIA é um requisito obrigatório na admissão de auditores internos, monitorizou-se, na rede social profissional “*linkedin*”, entre os dias 25 e 26 de outubro de 2016 ofertas de emprego em auditoria interna, em vários países da Europa. Selecionou-se 37 ofertas de emprego para análise. Os países representados na amostra são: Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Portugal e Suíça.

Inglaterra e Espanha, foram os países onde se identificaram mais ofertas de emprego em auditoria interna. Por esse motivo foram os países mais representados no estudo (Figura 4.42).

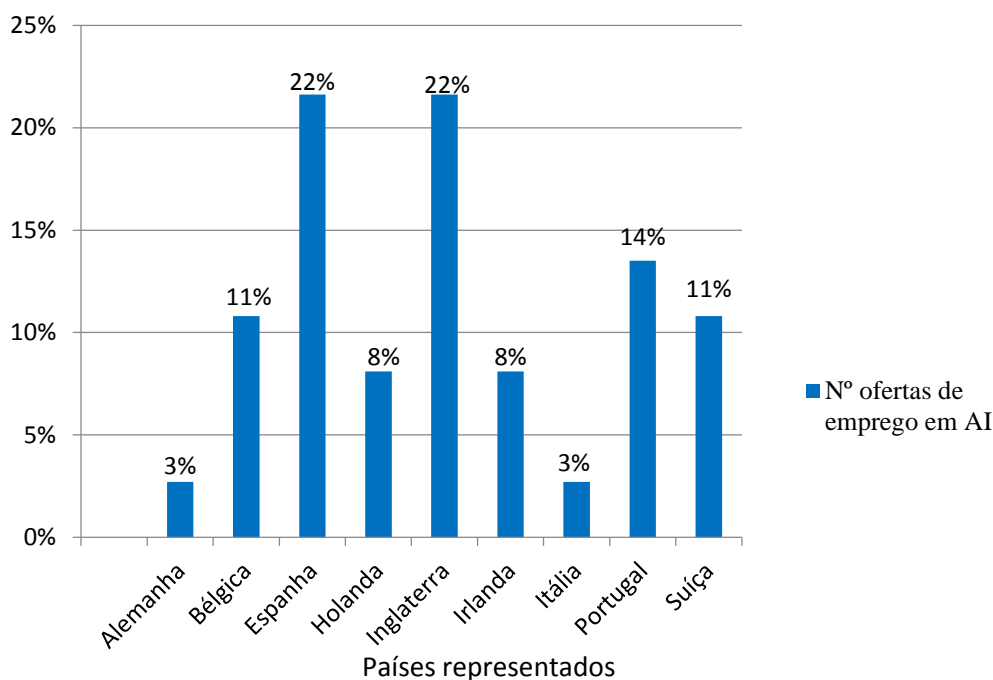


Figura 4.42 Distribuição das ofertas de emprego por país

Da análise aos requisitos de admissão verifica-se que apenas um país (Suíça) faz referência à certificação CIA enquanto requisito obrigatório. No entanto em alguns países valoriza-se a certificação (requisito preferencial). Ao relacionarmos a dimensão da amostra com as ofertas de emprego, concluímos que Inglaterra é o país onde mais se valoriza certificação CIA.

As ofertas de emprego em países como Portugal, Bélgica, Irlanda, Itália não mencionam qualquer condição quanto a certificações internacionais que o candidato deve deter (Figura 4.43).

Refira-se que na análise das respostas à questão “A certificação CIA foi determinante na obtenção de emprego?”(Figura 4.38) também se constatou que a certificação CIA não foi determinante na obtenção de emprego.

Inferre-se assim que a certificação CIA não é um requisito determinante para admissão de auditores internos em Portugal, no entanto poderá ser noutros países da Europa, designadamente Inglaterra, Espanha, Suíça e Holanda.

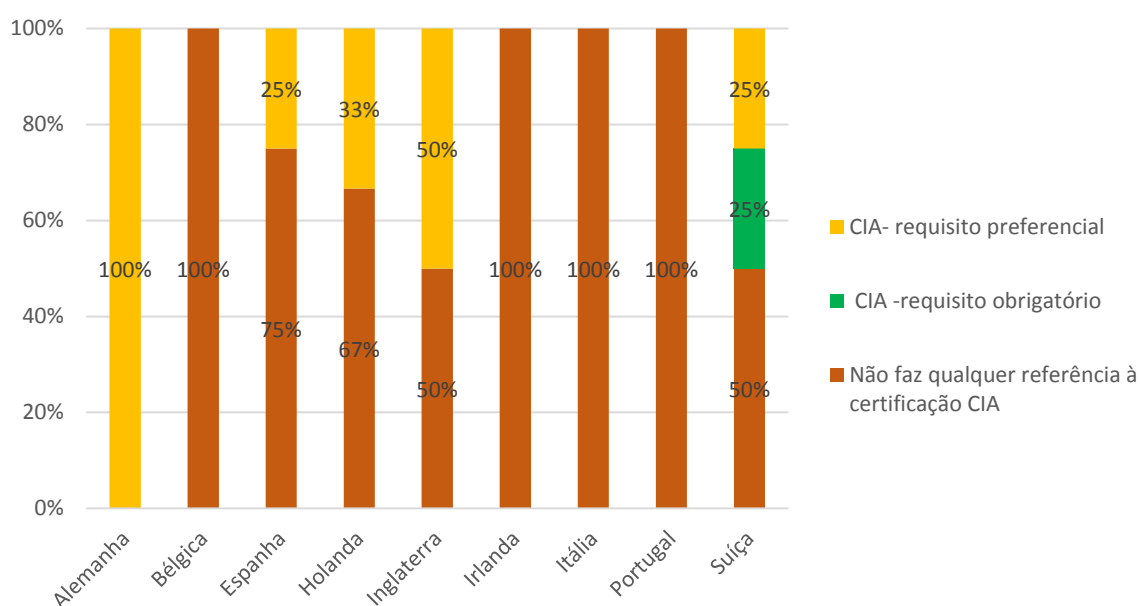


Figura 4.43 Relação entre as ofertas de emprego em AI e a certificação CIA

4.3.9. Limitações e dificuldades do estudo

Conforme referido no ponto 4.2.3, devido a dificuldades em identificar o universo de profissionais de auditoria a exercer funções em Portugal, trabalhou-se com amostragem direcionado (associados do IPAI e colegas de trabalho), o que inviabiliza a possibilidade inferir para o universo, com grau de confiança razoável, dos resultados obtidos.

Por outro lado, embora o questionário tenha sido dirigido a cerca de 1.300 profissionais de auditoria, sentiu-se alguma relutância na obtenção de respostas, seja por falta de tempo dos

inquiridos, seja por falta de sensibilidade para a pertinência que os estudos têm no desenvolvimento da profissão de auditor interno em Portugal e apenas se obteve 64 respostas, ficando-se assim mais uma vez exposto ao risco intrínseco da amostragem não aleatória.

No segundo questionário também se sentiu algumas dificuldades na obtenção de respostas por parte de alguns Institutos de Auditores Internos.

5. CONCLUSÃO

- **Conclusões gerais**

A Certificação CIA - *Certified Internal Auditor* é uma certificação profissional internacionalmente aceita para os auditores internos.

Com a realização da presente dissertação espera-se inferir dos benefícios que certificação pode adicionar aos profissionais de auditoria interna, quer na obtenção de emprego e em termos remuneratórios, quer ao nível do conhecimento, técnicas e outras competências adquiridas.

Pretende-se ainda reunir informação para ajudar potenciais candidatos a decidir pela obtenção, ou não, da certificação.

Para tal efetuou-se um enquadramento do que é a certificação CIA, o IIA, o IPAI e um breve resumo sobre o processo de obtenção da certificação, incluindo os conhecimentos que são testados em cada uma das partes do exame CIA.

Posteriormente fez-se uma revisão da literatura sobre alguns conceitos básicos de auditoria interna e que qualquer profissional de auditoria ou candidato a CIA deve entender. Neste sentido deu-se ênfase aos seguintes temas:

- ⇒ IPPF, incluindo as alterações ocorridas em 2015.
- ⇒ Estatuto da função de auditoria interna e o que deve constar do mesmo.
- ⇒ Independência e objetividade, quer ao nível da função quer ao nível dos profissionais de auditoria.
- ⇒ Proficiência e cuidado profissional, onde se identificou os temas onde o auditor deve ter um elevado nível de conhecimento (*proficiency*) e aqueles em que apenas lhe é exigido conhecimento, entendimento e compreensão razoável.
- ⇒ As competências necessárias que os profissionais de auditoria (*CAE, manager e staff*) devem deter.

Em alguns temas exemplificou-se com questões o nível de conhecimento que é exigido aos auditores internos para passarem com sucesso a parte I do exame CIA.

Por fim, para aferir da relevância atribuída à certificação, efetuou-se o levantamento da seguinte informação:

1. Importância que os auditores atribuem à certificação CIA, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos.
2. Número de auditores com a designação CIA (no estado ativo) que existem em Portugal e uma análise de *benchmarking* com alguns países da Europa.
3. Relevância que as organizações atribuem à certificação quando recrutam auditores internos.

As pesquisas e estudos realizados permitiram alcançar os objetivos propostos, passando a evidenciar as principais conclusões.

Existem em Portugal 93 profissionais de auditoria com a certificação CIA, sendo, no entanto, dos países da Europa onde existem menos auditores com a certificação CIA.

Na generalidade os inquiridos são da opinião que a certificação não deve ser um requisito obrigatório para ingressar na carreira de auditor interno (Figura 4.24), encontrando-se essa opinião mais concentrada nos inquiridos com mais anos de experiência e categoria profissional mais elevada (diretor de auditoria e responsável da função de auditoria).

No que respeita aos benefícios da certificação, a opinião dos inquiridos é unânime, quer quanto aos benefícios quantitativos, quer qualitativos. Independentemente de ser ou não auditor certificado, a maioria reconhece que a certificação aumenta a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos *stakeholders* (Figura 4.27), o grau de confiança e competência do auditor interno. Também numa escala de muito relevante até irrelevante, grande parte dos inquiridos classifica a certificação entre muito relevante e relevante.

Em termos de benefícios remuneratórios a opinião é oposta à dos benefícios qualitativos, uma vez que a maioria dos inquiridos é da opinião que a certificação não traz quaisquer benefícios no aumento da remuneração (Figura 4.29).

Constatou-se que alguns inquiridos embora tenham obtido a certificação não a mantêm ativa, fundamentalmente pelos custos do *continuing professional education*, pela falta de reconhecimento que a certificação tem em Portugal e por não ser valorizada na organização onde o inquirido trabalha.

Por fim, inferiu-se que a certificação CIA não é um requisito que organizações com atividade em Portugal elejam como prioritário quando recrutam auditores internos, na medida em que as ofertas de emprego em Portugal não fazem qualquer referência nas condições de admissão à certificação CIA. No entanto, constatou-se que noutros países da Europa, uma das condições preferenciais na admissão de auditores internos é a certificação CIA, e/ou outras, como por exemplo CISA.

- **Sugestão para investigação futura**

Considerando que para exercer funções de auditor interno não é necessário deter qualquer certificação, nem inscrição em qualquer ordem profissional, ao contrário do que acontece por exemplo com a profissão de contabilista certificado e revisor oficial de contas, seria pertinente realizar o seguinte estudo: “O caminho a percorrer para que o exercício da função de auditor interno obrigue a deter uma certificação, ou, pelo menos, a frequentar um mínimo de horas de formação anual em temas de auditoria interna, lecionada por entidades credenciadas para o efeito”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENS, Alvin A., ELDER, Randal J., BEASLEY, Mark S. - **Auditing and Assurance Services: an integrated approach**. 15th Edition, Pearson Education, Inc., 2013, ISBN 978-0-13-312563-4
- Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 25 de Junho, [em linha] [Consult. 10 SET. 2016]. Disponível em: <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2008a.pdf>
- AZEVEDO, Mário – Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares: Sugestões para Estruturação da Escrita. 7ª ed. Lisboa: Universidade Católica, 2009. ISBN 978-972-54-0247-4.
- BAPTISTA DA COSTA, Carlos – **Auditoria Financeira – Teoria & Prática**. 9ª ed. Lisboa: Rei dos Livros, 2010. 92-95 pp. ISBN 978-989-8305-11-4
- CARVALHO, J. Eduardo – **Metodologia do Trabalho Científico: «Saber-Fazer» da Investigação para Dissertações e Teses**. 2ª ed. Lisboa: Escolar Editora, 2009. ISBN 978-972-592-244-6
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission-**Enterprise Risk Management - Integrated Framework**: Jersey City, NJ: AICPA, 2004
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission -**Internal Control - Integrated Framework**: Jersey City, NJ: AICPA, 1994
- DE KETELE, Jean-Marie; ROEGIERS, Xavier – **Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. ISBN 972-771-074-3
- D'OLIVEIRA, Teresa – **Teses e Dissertações: recomendações para a elaboração e estrutura de trabalhos científicos**. Editora RH, 1.ª Edição, Lisboa, 2002. ISBN 972-98823-2-0
- ESTRELA, Edite; SOARES, Maria Almira; LEITÃO, Maria José – **Saber Escrever uma Tese e Outros Textos: um Guia Completo para Apresentar Correctamente os seus Trabalhos e Outros Documentos**. 7ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2009. ISBN 978-972-20-3173-8
- FERNANDES, Edite Manuela – **Estatística Aplicada**, Universidade do Minho, Braga, 1999.
- FORTIN, Marie. **O Processo de Investigação da Concepção à Realização**, 5.ª ed. Loures, Lusociência, 2009
- GLEIM, Irvin N. – **Internal Audit Basis** – Cia Review: Parte 1, 2016. ISBN: 978-1-58194-608-6
- GLEIM, Irvin N. – **Internal Audit Practice** – Cia Review: Parte 2, 2016. ISBN: 978-1-58194-609-3
- GLEIM, Irvin N. – **Internal Audit Knowledge Elements** – Cia Review: Parte 3, 2016. ISBN: 978-1-58194-626-0
- GLEIM, Irvin N. – **How to Pass the CIA EXAM: A System for success**, Gleim Publications, [Em linha] (2013). [Consult. 20 abr. 2016]. Disponível

em:<http://www.gleim.cn/uploadfile/2014/cia%20system%20for%20success.pdf>

- JUND, S. (2001). **Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos**: teoria e 500 questões. Rio de Janeiro: Impetus
- MAGALHÃES, António de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina; MÜLLER, Aderbal Nicolas – **Auditoria das Organizações: Metodologias Alternativas ao Planejamento e à Operacionalização dos Métodos e das Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2001. ISBN 85-224-2755-0
- MARÔCO, João – **Análise Estatística: com o SPSS Statistics**. 5ª ed. Pero Pinheiro: ReportNumber, 2011. ISBN 978-989-96763-2-9
- MOELLER, Robert R. – **Brink's Modern Internal Auditing: a Common Body of Knowledge**. 7ª ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2009. ISBN 978-0-470-29303-4
- MORAIS, Georgina; MARTINS, Isabel – **Auditoria Interna: função e processo**. 3ª ed. Lisboa: Áreas, 2007. ISBN 9789898058119
- MORAIS, Georgina e MARTINS, Isabel. **Auditoria Interna – Função e Processo**. 4ª ed: Áreas Editora: 2013. ISBN: 9789898058812
- PEREIRA, Alexandre – **SPSS: Guia Prático de Utilização – Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia**. 6ª ed. Lisboa: Sílabo, 2006. ISBN 972-618-425-8
- PICKETT, K. H. Spencer – **The Internal Auditing Handbook**. 2ª ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007. ISBN 0-470-84863-4
- PICKETT, K. H. Spencer – **Auditing the Risk Management Process**, New Jersey: John Wiley & Sons, 2005. ISBN 0-471-69053-8
- PINHEIRO, Joaquim Leite – **Auditoria Interna: Auditoria Operacional - Manual Prático para Auditores Internos**. 2ª ed. Lisboa: Rei dos Livros, 2010. ISBN 978-989-8305-07-7
- PINHEIRO, Joaquim Leite - **Auditoria Interna: Manual Prático para Auditores Internos**. 3ª ed. Rei dos Livros, 2014. ISBN: 9789898305749
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van– **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998. ISBN 972-662-275-1
- RAMAMOORTI, Sri; SALAMASICK, Mark; RIDDLE, Cris – **Auditoría Interna: Servicios de Aseguramiento y Consultoría**. Florida: IARF, 2009. 11-28 pp. ISBN 978-0-89413-644-3
- REGULAMENTO (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, 26 de junho de 2013, [em linha] [Consult. 12 set. 2016]. Disponível em URL:<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/RegUE575ano2013.pdf>
- RIDLEY, Anthony, et al.:(1999); “Where we’re going”; Internal Auditor: Outubro 1999
- SAWYER, Lawrence B.; DITTENHOFER, Mortimer A.; SCHEINER, James H. – Sawyer’s Internal Auditing – **The Practice of Modern Internal Auditing**. 5ª ed. Florida: IIA, 2003. ISBN 0-89413-509-0

- SAWYER'S – **Guide for Internal Auditors**. 6^a.ed, The Institute of Internal Auditors Research Foundation, 2012. ISBN: 978-0-89413-721-1
- The IIA Research Foundation (Common Body of Knowledge) – **Aprendizado contínuo para auditores internos** – Níveis de certificação e treinamento [Em linha]. (2015) [Consult. 15 set. 2016]. Disponível em <https://global.theiia.org/translations/PublicDocuments/Lifelong-Learning-for-Internal-Auditors-Portuguese.pdf>
- The IIA Research Foundation (Common Body of Knowledge) – **Pulso Global da Auditoria Interna** [Em linha] (2015). [Consult. 29 set. 2016]. Disponível em <https://global.theiia.org/translations/PublicDocuments/2015-Global-Pulse-of-Internal-Audit-Report-Portuguese.pdf>
- The IIA North América - The Internal Audit Compensation Study -[Em linha] (2015). [Consult. 29 set. 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/services/Pages/Compensation-Study.aspx>
- The IIA - **2014 Annual Report: Agents of Change** [Em linha]. (2014). [Consult. 29 set. 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/about-us/Public%20Documents/IIA-2014-Annual-Report.pdf>
- The IIA – **2015 Annual Report: Internal Audit Rising** [Em linha]. (2015). [Consult. 29 SET. 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/about-us/Public%20Documents/2015-Annual-Report.pdf>
- The IIA Global – **The IIA's Global Internal Audit Competency Framework** [Em linha]. (2013). [Consult. 02 set. 2016]. Disponível em <https://na.theiia.org/about-us/Public%20Documents/The%20IIA%20Global%20Internal%20Audit%20Competency%20Framework.pdf>
- The IIA Global – **Certification Candidate Management system, Candidate user guide** [Em linha]. (outubro 2014). [Consult. 04 jul. 2016]. Disponível em <https://na.theiia.org/certification/Public%20Documents/CCMS-Candidate-User-Guide.pdf>
- The IIA Global – **Certification Candidate Handbook** [Em linha]. (dezembro 2014). [Consult. 05 jul. 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/certification/Public%20Documents/Certification%20Candidate%20Handbook.PDF>
- The IIA Global Certifications Department - **ADMINISTRATIVE DIRECTIVE NUMBER 4** [Em linha]. (julho 2014) [Consult. 22 set. 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/certification/Public%20Documents/Administrative-Directive-No-4.pdf>
- The IIA Global – Definition of Internal Auditing – Portuguese Translation [Em linha]. [Consult. 1 agost. 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/standards-guidance/mandatory-guidance/Pages/Definition-of-Internal-Auditing.aspx>
- The IIA Global – Mission of Internal Audit – Portuguese Translation [Em linha]. [Consult. 1 agosto 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/standards-guidance/Pages/Mission-of-Internal-Audit.aspx>

The IIA Global – Core Principles for the Professional Practice of Internal Auditing [Em linha]. [Consult. 1 agosto 2016]. Disponível em: <https://na.theiia.org/standards-guidance/mandatory-guidance/Pages/Core-Principles-for-the-Professional-Practice-of-Internal-Auditing.aspx>

The IIA Global, The Institute of Internal Auditors – Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna, 2009

THE IIA - IPPF – International Professional Practices Framework (2012)

THOMAS, Archie R. – Essentials: **An Internal Audit Operations Manual**. Florida: IIA, 2008. TOC-207-TOC-208 pp. ISBN 978-0-89413-616-0

Apêndice A – Inquérito por questionário

A relevância da certificação CIA (Certified Internal Auditor)

O presente questionário foi elaborado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Auditoria, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), sob a orientação da Prof. Esp. Mestre Ana Pires, cujo tema é "A relevância da certificação CIA (Certified Internal Auditor) em Portugal".

O principal objetivo deste questionário é aferir sobre a relevância da certificação CIA em Portugal e efetuar uma análise comparativa com alguns países na Europa.

O preenchimento deste questionário não demorará mais do que 5 minutos. É garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados facultados, cuja finalidade será exclusivamente a investigação académica.

Caraterização da pessoa que responde

Nome do inquirido (facultativo)

1. Qual o seu género?

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

2. Quais as suas habilitações académicas?

Marcar apenas uma oval.

- Bacharelato ou inferior
 Licenciatura
 Pós-graduação
 Mestrado
 Doutoramento

3. Qual a sua área de formação?

Marcar apenas uma oval.

- Auditoria
 Contabilidade
 Economia
 Gestão
 Engenharia Informática
 Matemática
 Direito
 Outra

4. Se indicou outra na pergunta anterior, pode indicar a sua área de formação?

5. Quantos anos tem de experiência profissional?*Marcar apenas uma oval.*

- < 2 anos
 2-5 anos
 6- 10 anos
 11 -15 anos
 16 - 20 anos
 > 20 anos

6. Quantos anos tem de experiência profissional como auditor interno?*Marcar apenas uma oval.*

- < 2 anos
 2 - 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 15 anos
 16 a 20 anos
 > 20 anos

7. Exerce funções de auditor interno na Organização onde trabalha?*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

8. Qual a sua categoria profissional?*Marcar apenas uma oval.*

- Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)
 Diretor de auditoria (Diretor of Auditing)
 Auditor coordenador (Internal audit manager)
 Auditor sénior (Senior internal auditor)
 Auditor Junior (Junior Internal auditor)
 Outro

Caraterização da Organização onde trabalha**9. Identificação da Organização onde trabalha (facultativo)**

.....

.....

.....

.....

10. Capital

Marcar apenas uma oval.

- Público
 Privado
 Misto

11. Volume de Negócios (Euros)

Marcar apenas uma oval.

- <2.000.000
 2.000.001 a 5.000.000
 5.000.001 a 10.000.000
 10.000.001 a 50.000.000
 >50.000.000

12. Setor de atividade

Marcar apenas uma oval.

- Alimentação e bebidas
 Banca, Seguros e Serviços Financeiros
 Comércio e distribuição
 Construção e produção de materiais de construção
 Indústria
 Petrolífero e Gás
 Saúde
 Serviços
 Telecomunicações e Média
 Transportes
 Outros

Caraterização da Função de Auditoria da Organização onde trabalha**13. Existe uma função de auditoria na organização onde trabalha?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

14. Por quantos auditores é constituída a função de auditoria?

.....

15. Quantos auditores possuem a certificação?

.....

16. Quantos auditores estão em processo de obtenção da certificação?

.....

Recomeçar este formulário.

Certificação CIA (Certified Internal Auditor)

17. É detentor da certificação CIA?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

18. Está em processo de certificação?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19. A obtenção da certificação/candidatura à obtenção da certificação foi por

Marcar apenas uma oval.

- Iniciativa própria
- Sugestão da Organização onde trabalha
- Iniciativa própria e sugestão da Organização onde Trabalha

20. Tem intenção de se candidatar à obtenção da certificação nos próximos 2 anos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Ainda não sabe

21. Se respondeu sim na pergunta anterior, pode indicar 3 razões que fundamentam essa intenção?

.....
.....
.....
.....

22. Se não tem intenção de se candidatar à obtenção da certificação pode indicar o que concorre para essa decisão?

.....
.....
.....
.....

23. **Considera que a certificação aumenta a credibilidade do auditor interno e da função de auditoria perante os diversos stakeholders?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Sem opinião

24. **Considera que a certificação inclui benefícios como**

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não	Sem opinião
Aumento da remuneração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do grau de confiança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da competência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25. **Considera que a certificação deveria ser obrigatória para o exercício da função de auditor interno?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Sem opinião

26. **Considera que os conhecimentos adquiridos na certificação melhoraram/podem melhorar a sua metodologia de trabalho?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Sem opinião

27. **A certificação CIA foi determinante na obtenção de emprego?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não aplicável

28. **Como classifica a certificação CIA na evolução da carreira profissional de auditor interno?**

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante
 Sem opinião

29. **Se é auditor certificado, já obteve benefícios por deter a certificação?***Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Sem opinião

30. **Cumpe anualmente com os requisitos obrigatórios de formação profissional contínua (Continuing Professional Education)?***Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

31. **Se não mantém a certificação ativa, pode indicar 3 motivos pelo qual não mantém a certificação ativa**

.....

.....

.....

.....

Auditor não certificado - Acções de formação32. **Já frequentou acções de formação sobre os seguintes temas:***Marcar apenas uma oval por linha.*

	Sim	Não
International Professional Practices Framework (IPPF): Orientações obrigatórias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
International Professional Practices Framework (IPPF): Orientações fortemente recomendadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Independência e Objetividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proficiência e cuidado profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa de garantia da qualidade e aperfeiçoamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governança, risco e controlo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Amostragem em auditoria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fraude	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Muito obrigada pela sua colaboração.

Qualquer dúvida, pode contactar:
 Aida Araújo
 Telemóvel: 93 842 34 06
 Email: aidacaneia@hotmail.com

Com tecnologia

**Apêndice B – Respostas dos representantes do IIA Global na Europa
(informação com o nº de auditores detentores da certificação CIA)**

Dear,

We have in Belgium 248 CIA certified professionals.

Kind regards,

Sylvie Piette

The Institute of Internal Auditors Belgium

Rue Royale 109-111, bte 5

Koningsstraat 109-111 bus 5

<https://outlook.live.com/owa/projection.aspx>

Date: Mon, 4 Jul 2016 15:15:30 +0200

Hello,

IIA Luxembourg has 110 certified internal auditors.

IIA Luxembourg

Hello Aida,

Nowadays, there are more than 600 CIAs in Spain.

Should I be of any further assistance, do not hesitate to contact us.

Regards,

Fátima Roldán

Instituto de Auditores Internos de España

Tel: +34 91 593 23 45

www.auditoresinternos.es

Síguenos en: [Twitter](#) · [Facebook](#) · [LinkedIn](#) · [Youtube](#)

Date: Fri, 1 Jul 2016 10:51:05 +0000

Hi,

Norway has 160 CIA in total. Active CIA today are 72.

Regards

Svein Stabekk

The Institute of Internal Auditors - Norway

P.O.Box 1417 Vika

No- 0115 Oslo

Phone: + 47 932 37 912

E-mail: svein.stabekk@iia.no

Homepage: www.iia.no

Date: Wed, 29 Jun 2016 07:09:21 +0000

Hi Aida,

The Danish chapter of the IIA has approximately 600 members of which 51 holds the designation Certified Internal Auditor.

Kind regards | Venlig hilsen

Neil Jensen

Regional Chief Auditor

RSA Scandinavia



Codan Forsikring | Gammel Kongevej 60 | 1790 Copenhagen V | Denmark

Direct +45 33 55 34 59

Mobile +45 40 426 426

E-mail njz@codan.dk

Web www.codan.dk

Date: Wed, 29 Jun 2016 07:23:21 +0000

Dear Aida,

in Germany 1,195 auditors have a CIA certification (as of 04/06/2016). In total more than 2,100 have passed the CIA exam, but many of them are meanwhile inactive.

Kind regards

Michael Bünis, CIA, CRMA

Grundsatzabteilung

Telefon: +49 (0) 69 / 713769-10

Mobil: +49 (0) 15152847576

m.buenis@diir.de

<http://www.diir.de>

DIIR - Deutsches Institut für Interne Revision e.V.

Theodor-Heuss-Allee 108

60486 Frankfurt

Apêndice C - Quadro com respostas ao Questionário

		Número da pergunta																							
	Carimbo de data/hora	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
Número da resposta	1	20-07-2016 21:35		Bacharelato ou inferior	Economia		6- 10 anos	2 - 5 anos	Sim			10.000.001 a 50.000.000	Alimentação e bebidas	Sim				Não				Sim			
	2	21-07-2016 16:58	Feminino	Pós-graduação	Contabilidade		11 -15 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Público	2.000.001 a 5.000.000	Outros (identificação)	Não			Não	Não			Ainda não sabe			
	3	21-07-2016 17:28	Feminino	Licenciatura	Contabilidade		> 20 anos	> 20 anos	Sim	Auditor coordenador (Internal audit manager)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	70	12	5	Sim	Não	Sugestão da Organização onde trabalha	Sim			
	4	22-07-2016 10:51	Masculino	Pós-graduação	Auditoria		> 20 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor coordenador (Internal audit manager)		Privado	>50.000.000	Comércio e distribuição	Sim	5	0	0	Não	Não			Não		
	5	22-07-2016 15:54	Masculino	Licenciatura	Outro		11 -15 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)					Sim				Não	Não			Ainda não sabe		
	6	22-07-2016 17:04	Masculino	Licenciatura	Outro		16 - 20 anos	16 a 20 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	7	1	nenhum	Sim	Não	Iniciativa própria	Não			
	7	22-07-2016 19:36	Masculino	Licenciatura	Auditoria		> 20 anos	< 2 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	>50.000.000	Saúde	Sim				Não	Não			Não		
	8	22-07-2016 20:13	Feminino	Licenciatura	Economia		> 20 anos	< 2 anos		Outra		Privado		Comércio e distribuição	Não				Não	Não			Sim		
	9	22-07-2016 21:10	Feminino	Pós-graduação	Auditoria		11 -15 anos	11 a 15 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	>50.000.000	Indústria	Sim	nao sei (Based em US)	nao sei (Based in US)	nao sei (Based em US)	Sim	Não	Iniciativa própria	Não			
	10	22-07-2016 21:18	Masculino	Pós-graduação	Outro		11 -15 anos	2 - 5 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	>50.000.000	Saúde	Sim	2	0	0	Não	Não			Não		
	11	22-07-2016 21:22	Masculino	Licenciatura	Outro		> 20 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Misto	>50.000.000	Transportes	Sim	12			Não	Não	Iniciativa própria e sugestão da Organização onde trabalha	Ainda não sabe			
	12	22-07-2016 22:40	Masculino	Pós-graduação	Contabilidade		> 20 anos	> 20 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	32	4	4	Sim	Não	Iniciativa própria	Sim			
	13	22-07-2016 23:18	Masculino	Pós-graduação	Auditoria		> 20 anos	> 20 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Privado	5.000.001 a 10.000.000	Serviços	Sim	3	0	0	Não	Não			Não		
	14	23-07-2016 01:40																							
	15	23-07-2016 01:50	Masculino	Pós-graduação	Economia		> 20 anos	11 a 15 anos	Não	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado		Outros (identificação)	Não	Como disse anteriormente, 6	0		Não	Não	Sugestão da Organização onde trabalha	Não			

		Número da pergunta																						
	Carimbo de data/hora	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
Número da resposta	16	23-07-2016 07:57	Feminino	Pós-graduação	Economia	11 -15 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor coordenador (Internal audit manager)		Misto	5.000.001 a 10.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	6	nenhum	nenhum	Não	Não			Ainda não sabe		
	17	23-07-2016 13:00	Feminino	Licenciatura	Contabilidade	11 -15 anos		Não	Outra		Privado	<2.000.000	Serviços	Não				Não	Não			Ainda não sabe		
	18	23-07-2016 17:41	Feminino	Pós-graduação	Contabilidade	16 - 20 anos	6 a 10 anos	Não	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Público	10.000.001 a 50.000.000	Outros (identificação)	Sim				Não	Não	Iniciativa própria	Sim			
	19	23-07-2016 22:40	Masculino	Licenciatura	Outro	16 - 20 anos	16 a 20 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	25	o	1	Não	Não			Não		
	20	24-07-2016 09:47	Feminino	Pós-graduação	Outro	11 -15 anos		Não	Outra				Serviços					Não	Não			Não		
	21	25-07-2016 08:47	Masculino	Licenciatura	Economia	11 -15 anos	2 - 5 anos	Não	Outra		Privado	>50.000.000	Outros (identificação)	Não	não aplicável	não aplicável	não aplicável	Sim	Não	Iniciativa própria	Não			
	22	25-07-2016 08:51	Feminino	Licenciatura	Outro	11 -15 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado		Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	20	0	0	Não	Não			Não		
	23	25-07-2016 08:53	Feminino	Pós-graduação	Contabilidade	< 2 anos	< 2 anos	Não	Outra		Público	>50.000.000	Outros (identificação)	Sim				Não	Não			Não		
	24	25-07-2016 09:03	Feminino	Licenciatura	Outro	6- 10 anos	6 a 10 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	>50.000.000	Saúde	Sim	1	0	0	Não	Não			Sim		
	25	25-07-2016 09:08	Masculino	Licenciatura	Outro	6- 10 anos	2 - 5 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Outros (identificação)	Sim	6	1	0	Não	Não			Sim		
	26	25-07-2016 09:28	Masculino	Pós-graduação	Outro	11 -15 anos	11 a 15 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Privado	5.000.001 a 10.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	1	0	0	Não	Não			Não		
	27	25-07-2016 09:41	Masculino	Licenciatura	Outro	11 -15 anos	11 a 15 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	5.000.001 a 10.000.000	Serviços	Sim	3	0	0	Não	Sim	Iniciativa própria		Ainda não sabe		
	28	25-07-2016 09:45	Masculino	Pós-graduação	Economia	> 20 anos	> 20 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	5.000.001 a 10.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	4	0	0	Não	Não			Ainda não sabe		
	29	25-07-2016 09:55	Feminino	Pós-graduação	Contabilidade	16 - 20 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Misto	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	16	1	0	Não	Não	Iniciativa própria	Não			
30	25-07-2016 10:30	Masculino	Pós-graduação	Economia	11 -15 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)	Metropolitano de Lisboa,	Público	>50.000.000	Transportes	Sim	5	0	0	Não	Não			Sim			
31	25-07-2016 10:47	Masculino	Pós-graduação	Auditoria	16 - 20 anos	11 a 15 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Privado	>50.000.000	Petrolífero e Gás	Sim	1	1	0	Sim	Não	Iniciativa própria	Não				

		Número da pergunta																						
	Carimbo de data/hora	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
Número da resposta	32	25-07-2016 11:01	Feminino	Pós-graduação	Contabilidade		> 20 anos	6 a 10 anos	Sim	Diretor de auditoria (Diretor of Auditing)		Público	>50.000.000	Saúde	Sim	1	0	0	Não	Não		Sim		
	33	25-07-2016 11:22	Feminino	Pós-graduação	Economia		11 -15 anos	2 - 5 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Público	>50.000.000	Saúde	Sim	3	0	0	Não	Não		Ainda não sabe		
	34	25-07-2016 11:51	Feminino	Pós-graduação	Outro		> 20 anos	2 - 5 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Privado	>50.000.000	Outros (identificação)	Sim	11	0	1	Não	Não		Não		
	35	25-07-2016 12:12	Masculino	Licenciatura	Economia		> 20 anos	2 - 5 anos	Sim	Outra	Centro Hospitalar (SNS)	Público	>50.000.000	Saúde	Sim	3	Um Inactivo	Nenhum.	Sim	Não	Iniciativa própria	Ainda não sabe		
	36	25-07-2016 12:43	Masculino	Licenciatura	Economia		6- 10 anos	< 2 anos	Sim	Auditor Junior (Junior Internal auditor)		Privado	>50.000.000	Indústria	Sim	2			Não	Não		Ainda não sabe		
	37	25-07-2016 18:37	Feminino	Pós-graduação	Contabilidade		2-5 anos	< 2 anos	Não	Outra		Misto	<2.000.000	Serviços	Sim				Não	Não		Ainda não sabe		
	38	25-07-2016 18:54	Masculino	Pós-graduação	Outro		16 - 20 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado		Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	22	0	0	Não	Não		Não		
	39	25-07-2016 18:55	Feminino	Licenciatura	Auditoria		6- 10 anos	> 20 anos	Sim	Diretor de auditoria (Diretor of Auditing)		Privado	5.000.001 a 10.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	22	0	0	Não	Não	Iniciativa própria	Sim		
	40	25-07-2016 19:16	Masculino	Licenciatura	Economia		> 20 anos	> 20 anos	Sim	Auditor coordenador (Internal audit manager)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	23	Desconheço que haja	Talvez 1 caso	Não	Não		Ainda não sabe		
	41	26-07-2016 08:04	Masculino	Bacharelato ou inferior	Outro		16 - 20 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	20	0		Não	Não		Ainda não sabe		
	42	26-07-2016 08:10	Masculino	Licenciatura	Outro		> 20 anos	> 20 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	22	0	1	Não	Não		Não		
	43	26-07-2016 08:33	Masculino	Pós-graduação	Auditoria		6- 10 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	22	1	0	Não	Não		Sim		
	44	26-07-2016 08:35	Masculino	Licenciatura	Economia		16 - 20 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado		Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim				Não	Não		Não		
	45	26-07-2016 08:44	Masculino	Licenciatura	Outro		11 -15 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)					Sim				Não	Não	Iniciativa própria e sugestão da Organização onde	Sim		
	46	26-07-2016 08:47	Masculino	Pós-graduação	Outro		2,5 anos	< 2 anos	Sim	Auditor Junior (Junior Internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	23	0	0	Não	Não		Ainda não sabe		
	47	26-07-2016 08:51	Feminino	Licenciatura	Direito		16 - 20 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	20	0	2	Não	Não		Não		
48	26-07-2016 09:17	Feminino	Licenciatura	Contabilidade		11 -15 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	20	0	0	Não	Não		Não			

		Número da pergunta																						
	Carimbo de data/hora	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
Número da resposta	49	26-07-2016 11:37	Masculino	Pós-graduação	Outro		11 -15 anos	11 a 15 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	23	0	0	Não	Não		Ainda não sabe		
	50	26-07-2016 17:09	Feminino	Licenciatura	Outro		16 - 20 anos	> 20 anos	Não			Misto	>50.000.000	Transportes	Sim	10			Sim	Não	Iniciativa própria	Não		
	51	26-07-2016 23:13	Feminino	Licenciatura	Auditoria		11 -15 anos	2 - 5 anos	Sim	Outra		Privado		Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim				Não	Não		Não		
	52	28-07-2016 08:26	Masculino	Pós-graduação	Gestão		6- 10 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor Junior (Junior Internal auditor)		Público	<2.000.000	Serviços	Sim	5	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ainda não sabe		
	53	28-07-2016 10:00	Feminino	Pós-graduação	Direito		> 20 anos	11 a 15 anos	Sim	Diretor de auditoria (Diretor of Auditing)		Público	>50.000.000	Serviços	Sim	18	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Não	Irrelevância prática	
	54	28-07-2016 18:46	Masculino	Pós-graduação	Contabilidade		> 20 anos	6 a 10 anos	Sim	Diretor de auditoria (Diretor of Auditing)		Privado	>50.000.000	Alimentação e bebidas	Sim	2	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Não		
	55	30-07-2016 14:50	Feminino	Licenciatura	Economia		6- 10 anos	6 a 10 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	25			Não	Não		Ainda não sabe		
	56	01-08-2016 08:59	Feminino	Bacharelato ou inferior	Contabilidade		> 20 anos	2 - 5 anos	Não	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Privado	>50.000.000	Petrolífero e Gás	Sim	3	nenhum	nenhum	Não	Não	Iniciativa própria	Não	preparação técnica	
	57	01-08-2016 10:10	Feminino	Licenciatura	Contabilidade		> 20 anos	> 20 anos	Sim	Auditor coordenador (Internal audit manager)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	70	12	4	Sim	Não	Sugestão da Organização onde trabalha	Não		
	58	02-08-2016 09:35	Feminino	Pós-graduação	Gestão		6- 10 anos	2 - 5 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	5.000.001 a 10.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	6	0	0	Não	Não		Ainda não sabe		
	59	02-08-2016 14:25	Feminino	Mestrado	Economia		> 20 anos	2 - 5 anos	Sim	Responsável da função de Auditoria interna (Chief Audit Executive)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	31	0	8	Não	Não	Iniciativa própria e sugestão da Organização onde	Sim		
	60	08-08-2016 15:36	Feminino	Mestrado	Auditoria		< 2 anos	< 2 anos	Sim	Auditor Junior (Junior Internal auditor)		Privado	>50.000.000	Serviços	Sim	10	0	1	Não	Não		Ainda não sabe		
	61	08-08-2016 19:58	Feminino	Mestrado	Economia		16 - 20 anos	6 a 10 anos	Sim	Outra		Privado		Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim				Não	Não		Ainda não sabe		
	62	11-08-2016 13:53	Feminino	Licenciatura	Economia		11 -15 anos	< 2 anos	Não	Outra	Administração pública			Outros (identificação)	Sim	7	0		Não	Não		Ainda não sabe		
63	16-08-2016 08:13	Feminino	Mestrado	Auditoria		16 - 20 anos	16 a 20 anos	Sim	Auditor sénior (Senior internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	30	3	10	Não	Não		Ainda não sabe			
64	16-08-2016 09:46	Masculino	Licenciatura	Engenharia Informática		< 2 anos	< 2 anos	Sim	Auditor Junior (Junior Internal auditor)		Privado	>50.000.000	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	Sim	22			Não	Não		Ainda não sabe			

		Número da pergunta																			
Número da resposta	Carimbo de data/hora	23	24	24	24	25	26	27	28	29	30	31	32	32	32	32	32	32	32	32	
	1	20-07-2016 21:35				Não	Sim			Sem opinião		Sim									
	2	21-07-2016 16:58	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim		Muito relevante											
	3	21-07-2016 17:28	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Muito relevante											
	4	22-07-2016 10:51	Sim	Não	Sim	Sim	Não														
	5	22-07-2016 15:54	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem opinião														
	6	22-07-2016 17:04	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Pouco relevante			Custos de formação (CPE)								
	7	22-07-2016 19:36	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sem opinião													
	8	22-07-2016 20:13	Sim	Não	Sim	Sim	Sim			Muito relevante											
	9	22-07-2016 21:10	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Relevante											
	10	22-07-2016 21:18	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sem opinião	Não	Irrelevante											
	11	22-07-2016 21:22	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem opinião	Não aplicável	Relevante											
	12	22-07-2016 22:40	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Muito relevante											
	13	22-07-2016 23:18	Sim	Sim	Sim	Sim	Não		Não	Relevante											
	14	23-07-2016 01:40																			
15	23-07-2016 01:50	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não aplicável	Muito relevante			No momento não estou mais atuando como auditor interno	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim

		Número da pergunta																			
Número da resposta	Carimbo de data/hora	23	24	24	24	25	26	27	28	29	30	31	32	32	32	32	32	32	32	32	
	16	23-07-2016 07:57	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não aplicável	Relevante				Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
	17	23-07-2016 13:00	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim			Muito relevante											
	18	23-07-2016 17:41	Sim	Sem opinião	Sim	Sim	Sim	Sem opinião	Sim	Relevante					Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
	19	23-07-2016 22:40	Sim	Sem opinião	Sim	Não	Não							Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	20	24-07-2016 09:47	Sim	Sim	Sim	Não	Não							Não	Não	Sim		Não	Sim	Sim	Sim
	21	25-07-2016 08:47	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Relevante				Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	22	25-07-2016 08:51	Sim	Sim	Sim	Sim	Não			Relevante				Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	23	25-07-2016 08:53	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim														
	24	25-07-2016 09:03	Não	Não	Sim	Não	Não							Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
	25	25-07-2016 09:08	Sim	Não	Sim	Sim	Sim							Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	26	25-07-2016 09:28	Sim	Não	Sim	Sim	Sem opinião							Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	27	25-07-2016 09:41	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sem opinião	Não aplicável	Muito relevante				Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	28	25-07-2016 09:45	Sim	Sim	Sim	Sim	Não		Não aplicável	Relevante				Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	29	25-07-2016 09:55	Não	Não	Não	Sim	Sem opinião	Sim	Não	Pouco relevante			Não era valorizada na empresa, sendo os custos de manutenção por minha conta.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	30	25-07-2016 10:30	Sim	Sem opinião	Sim	Não	Não	Sem opinião	Não aplicável	Sem opinião				Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	25-07-2016 10:47	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Muito relevante				Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	

		Número da pergunta																				
Número da resposta	Carimbo de data/hora	23	24	24	24	25	26	27	28	29	30	31	32	32	32	32	32	32	32	32		
	32	25-07-2016 11:01	Sim	Sim	Sim	Não	Sim							Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	33	25-07-2016 11:22	Não	Não	Sim	Sim	Não															
	34	25-07-2016 11:51	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não aplicável	Muito relevante				Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	35	25-07-2016 12:12	Sim	Sem opinião	Sim	Sim	Não	Sim	Não aplicável	Pouco relevante			1 - A certificação obriga ao respeito por TODAS as normas, o que não é possível em muitas organizações.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	36	25-07-2016 12:43	Sim	Não	Sim	Sim	Sem opinião	Sem opinião	Não aplicável	Sem opinião				Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	37	25-07-2016 18:37	Sim	Sem opinião	Sim	Não	Sem opinião	Sem opinião	Não aplicável	Relevante				Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	38	25-07-2016 18:54	Sim	Não	Sim	Sim	Sem opinião	Sem opinião						Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	39	25-07-2016 18:55	Sim	Não	Sim	Sim	Não		Não	Relevante			Falta de reconhecimento em Portugal, falta de tempo, dispêndio financeiro	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
	40	25-07-2016 19:16	Sim	Não	Sim	Sem opinião	Não							Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	41	26-07-2016 08:04	Sim	Sem opinião	Sem opinião	Sim	Sim							Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	42	26-07-2016 08:10	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sem opinião	Não aplicável	Pouco relevante				Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	43	26-07-2016 08:33	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	Relevante						Sim					Sim	Sim
	44	26-07-2016 08:35	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sem opinião	Não aplicável	Relevante												Sim
	45	26-07-2016 08:44	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não													
	46	26-07-2016 08:47	Sim	Não	Sim	Não	Não		Não aplicável	Relevante												
47	26-07-2016 08:51	Sim	Não	Sim	Não	Não							Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
48	26-07-2016 09:17	Sim	Não	Sim	Sim	Sim		Não					Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	

		Número da pergunta																				
Número da resposta	Carimbo de data/hora	23	24	24	24	25	26	27	28	29	30	31	32	32	32	32	32	32	32	32		
	49	26-07-2016 11:37	Sim	Não	Sim	Sim	Sim		Não aplicável					Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	
	50	26-07-2016 17:09	Sim	Sem opinião	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Pouco relevante												
	51	26-07-2016 23:13	Sim	Não	Sim	Sim								Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
	52	28-07-2016 08:26	Sim	Não	Sim	Sim	Sim		Não	Muito relevante			Custo do processo, incipiente , nao perfaz prioridade da organizacao	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	
	53	28-07-2016 10:00	Não	Não	Não	Não	Não	Sem opinião		Irrelevante				Sim					Sim	Sim	Sim	
	54	28-07-2016 18:46	Sim	Não	Sim	Sim	Não		Não aplicável					Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	55	30-07-2016 14:50	Não			Sim	Sem opinião		Não aplicável	Sem opinião	Sem opinião											
	56	01-08-2016 08:59	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sem opinião	Não aplicável	Muito relevante			não concluí a certificação em tempo oportuno e vou deixar a actividade profissional (67 anos de idade)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	57	01-08-2016 10:10	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Muito relevante	Sim			Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	
	58	02-08-2016 09:35	Não	Não	Não	Não	Não							Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	59	02-08-2016 14:25	Sim	Não	Sim	Sim	Sim		Não	Muito relevante				Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	60	08-08-2016 15:36	Sim		Sim	Sim	Não							Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	61	08-08-2016 19:58	Sim	Não	Sim	Não	Não							Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
	62	11-08-2016 13:53	Sim	Não	Sim	Sem opinião	Sim	Sem opinião	Não aplicável	Sem opinião	Sem opinião			Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	63	16-08-2016 08:13	Sim	Não	Não	Sem opinião	Não							Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
64	16-08-2016 09:46	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem opinião	Não aplicável	Relevante				Não	Não	Não	Não	Não		Não	Não		

Apêndice D – Informação sobre as ofertas de emprego

País	Categoria profissional de auditor	CIA		Ou, outras certificações internacionais (CISA, CCSA, CRMA, etc)	Não refere qualquer certificação internacional	Fonte: identificação da oferta de emprego
		Requisito obrigatório	Requisito preferencial			
Portugal	Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/216552953?refId=c12b89e6-4835-44f6-9fdb-ca0a269acb3b&trk=jobshomev2_jymbii
	Manager internal audit				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/224757378?trkInfo=searchKeywordString%3AAuditoria%2BInterna%2CsearchLocationString%3A%252C%2B%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A1%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477429269039&refId=294071055_1477429269039&trk=jobs_jserp_job_listing_text
	Internal Auditor				✓	https://pt.linkedin.com/jobs/view/206785331
	Auditor				✓	https://pt.linkedin.com/jobs/view/203993171
	Diretor de Auditoria Interna				✓	https://pt.linkedin.com/jobs/view/203247127
Bélgica	Manager internal audit				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/225910921?trkInfo=searchKeywordString%3AManager%2BInternal%2BAudit%2CsearchLocationString%3A%252C%2BBruxelas%2Be%2BRegio%25C3%25A3o%252C%2BB%25C3%25A9lica%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A1%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477434834098&refId=294071055_1477434834098&trk=jobs_jserp_job_listing_text
	Internal Auditor				✓	https://be.linkedin.com/jobs/view/201271533
	Senior Internal Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/208856724?refId=d454c458-270e-44e1-ade4-587d07f96ae7&trk=job_view_browse_map
	Internal Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/199411112?refId=684441ba-51bb-4ae6-89a1-6a718ce792c2&trk=job_view_browse_map
Inglaterra	Senior Internal Auditor		✓	✓		https://www.linkedin.com/jobs/view/207568626?trkInfo=searchKeywordString%3ASenior%2BInternal%2BAuditor%2CsearchLocationString%3A%252C%2B%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A1%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477429636349&refId=294071055_1477429636349&trk=jobs_jserp_job_listing_text
	Internal Audit Associate				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/202553048?refId=bbb0f9d0-dd42-47be-a3d7-5ba8ea85acc8&trk=job_view_browse_map_backfill
	Senior Audit Manager				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/202552113?refId=395d7747-f26f-4044-911e-07425d7fb4cb&trk=job_view_browse_map
	Vice President, Internal Audit		✓	✓		https://www.linkedin.com/jobs/view/208690446?refId=e4b86bea-1bc9-41b1-a922-28cfdaac8b8&trk=job_view_browse_map
	Senior Internal Auditor		✓	✓		https://www.linkedin.com/jobs/view/204191784?trkInfo=searchKeywordString%3ASenior%2BInternal%2BAuditor%2CsearchLocationString%3A%252C%2B%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A2%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477429708998&refId=294071055_1477429708998&trk=jobs_jserp_job_listing_text
	Senior Internal Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/203600928?trkInfo=searchKeywordString%3ASenior%2BInternal%2BAuditor%2CsearchLocationString%3A%252C%2B%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A6%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477429770184&refId=294071055_1477429770184&trk=jobs_jserp_job_listing_text
	Senior Internal Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/225004962?trkInfo=searchKeywordString%3ASenior%2BInternal%2BAuditor%2CsearchLocationString%3A%252C%2B%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A9%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477429837865&refId=294071055_1477429837865&trk=jobs_jserp_job_listing_text
	Senior Internal Auditor		✓	✓		https://www.linkedin.com/jobs/view/197443219?trkInfo=searchKeywordString%3ASenior%2BInternal%2BAuditor%2CsearchLocationString%3A%252C%2B%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A14%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477429893283&refId=294071055_1477429893283&trk=jobs_jserp_job_listing_text

País	Categoria profissional de auditor	CIA		Ou, outras certificações internacionais (CISA, CCSA, CRMA, etc)	Não refere qualquer certificação internacional	Fonte: identificação da oferta de emprego
		Requisito obrigatório	Requisito preferencial			
Irlanda	Senior Internal Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/226056692?trkInfo=searchKeywordString%3ASenior%2BInternal%2BAuditor%2CsearchLocationString%3A%252C%2B%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A18%2CMSRPssearchId%3A294071055_1477429936863&refId=294071055_1477429936863&trk=jobs_jserp_job_listing_textn
	Senior Internal Auditor				✓	https://ie.linkedin.com/jobs/view/202594954?refId=24fc698a-9dca-42c5-83c7-11f797b4bec6&trk=job_view_browse_map
	Senior Internal Auditor					✓
Suíça	Lead Internal Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/196471819?trkInfo=searchKeywordString%3AProject%2BManagement%2CsearchLocationString%3A%252C%2BBase%2BArea%252C%2BSwitzerland%2Cvertical%3Ajobs%2CpageNum%3A1%2Cposition%3A9%2CMSRPssearchId%3Abcb2a3b6-2231-4ce2-82eb-4c501eb3ecd4_1474759129943&refId=bcb2a3b6-2231-4ce2-82eb-4c501eb3ecd4_1474759129943&trk=jobs_jserp_job_listing_text
	Internal Auditor				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/200277576?trk=jobs_biz_pub
	Manager Internal Audit	✓		✓		
	Internal Auditor				✓	https://mm.linkedin.com/jobs/view/220114148?trk=sushi_topic_jobs_guest_button
Holanda	Internal Auditor		✓	✓		https://www.linkedin.com/jobs/view/124754846?trk=jobs_biz_pub
	Global Internal Audit Manager				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/188727478?trk=sushi_topic_jobs_guest_photo
	Internal Auditor				✓	https://pt.linkedin.com/jobs/view/211229706
Itália	Internal Auditor				✓	https://it.linkedin.com/jobs/view/202511236

País	Categoria profissional de auditor	CIA		Ou, outras certificações internacionais (CISA, CCSA, CRMA, etc)	Não refere qualquer certificação internacional	Fonte: identificação da oferta de emprego
		Requisito obrigatório	Requisito preferencial			
Espanha	Manager Internal Audit				✓	https://www.linkedin.com/jobs/view/136791526?trk=jobs_biz_pub
	Auditor				✓	https://es.linkedin.com/jobs/view/197593852
	Auditor Senior				✓	https://es.linkedin.com/jobs/view/207542623?trk=job_view_similar_jobs
	Auditor Senior				✓	https://es.linkedin.com/jobs/view/197225658?trk=job_view_similar_jobs
	Auditor Interno				✓	https://es.linkedin.com/jobs/view/201227504?trk=job_view_similar_jobs
	Senior internal auditor		✓	✓		https://es.linkedin.com/jobs/view/215471431?refId=f1c7d55c-8bdd-47c8-b443-e95a2bf7080f&trk=job_view_browse_map
	Senior Internal Audit		✓	✓		https://es.linkedin.com/jobs/view/215505192?refId=eed6dc29-ace5-4ab2-b017-2e17c758b5c9&trk=job_view_browse_map
	Audit Junior/Senior				✓	https://es.linkedin.com/jobs/view/210690949?refId=a8da77ff-29aa-465f-85eb-4dc43f413140&trk=job_view_browse_map
Alemanha	Manager Internal Audit		✓	✓		https://www.linkedin.com/jobs/view/201298112?refId=80582cfe-eb1a-4cda-ac01-15b45bd3bcb&trk=job_view_browse_map

**Apêndice E – Lista de portugueses com as certificações⁶ CIA, CCSA,
CRMA, CFSA e CGAP**

⁶ (Fonte: [ttp://www.ipai.pt/fotos/gca/ai_certificados_14jun2016_1466181572.pdf](http://www.ipai.pt/fotos/gca/ai_certificados_14jun2016_1466181572.pdf))

Candidate First Name	Candidate Last Name	Program
Clotilde	Toguio	Certified Internal Auditor (CIA)
Joao	Fonseca	Certified Internal Auditor (CIA)
Ana Joao Vieira	Figueiredo	Certified Internal Auditor (CIA)
Carla Isabel Valerio	Silva	Certified Internal Auditor (CIA)
Francisco Melo	Albino	Certified Internal Auditor (CIA)
Jose Eduardo Mendonc	Goncalves	Certified Internal Auditor (CIA)
Nuno Miguel	Guerreiro	Certified Internal Auditor (CIA)
Nuno Miguel Filipe	Oliveira	Certified Internal Auditor (CIA)
Tiago Afonso	Brito Lopes	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria José	Vaz	Certified Internal Auditor (CIA)
Ricardo Joao P.T.	Reis	Certified Internal Auditor (CIA)
ANTONIO	DUARTE	Certified Internal Auditor (CIA)
Antonio Neutel	Neves	Certified Internal Auditor (CIA)
Fernando Alberto	Soares de Oliveira Mon	Certified Internal Auditor (CIA)
Luis	Fortes	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria Dulce Rodrigue	Barros	Certified Internal Auditor (CIA)
Patricia Brito	Coelho	Certified Internal Auditor (CIA)
Cristina Isabel	Gaspar	Certified Internal Auditor (CIA)
Graciete Maria Fonse	Amaral	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria Teresa	Gomes	Certified Internal Auditor (CIA)
Paulo Jorge	Soares	Certified Internal Auditor (CIA)
Sara Maria Resende C	Melo Pestana	Certified Internal Auditor (CIA)
Carla Sofia Borralho	Correia	Certified Internal Auditor (CIA)
Catarina de Carvalho	Corte Real	Certified Internal Auditor (CIA)
Manuela Matos	Figueiredo	Certified Internal Auditor (CIA)
Nelson Zamith	Viana	Certified Internal Auditor (CIA)
Andreia Pereira da	Silva	Certified Internal Auditor (CIA)
Antonio Silva	Campos	Certified Internal Auditor (CIA)
Cilio Vale	Pleno	Certified Internal Auditor (CIA)
Cristina Maria Loure	Serrano	Certified Internal Auditor (CIA)
Eduardo	Margarido	Certified Internal Auditor (CIA)
Jorge Miguel Tavares	Gomes	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria Margarida	Almeida	Certified Internal Auditor (CIA)
Nuno Alexandre dos S	Vitorino	Certified Internal Auditor (CIA)
Sandra Cristina Rama	Garcia	Certified Internal Auditor (CIA)
Sara	Francisco	Certified Internal Auditor (CIA)
Sonia Maria	Cunha Leao	Certified Internal Auditor (CIA)
Susana	Spratley	Certified Internal Auditor (CIA)
Claudio Sergio	Ferreira	Certified Internal Auditor (CIA)
Jose	Tinoco	Certified Internal Auditor (CIA)
Luis	Machado	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria	Faria	Certified Internal Auditor (CIA)
Alexandra Sofia	Silveira	Certified Internal Auditor (CIA)
Carlos Daniel Fernan	Catela Teixeira	Certified Internal Auditor (CIA)
Rui	Reis	Certified Internal Auditor (CIA)
Jose	Oliveira	Certified Internal Auditor (CIA)
Filipe Calado	Afonso	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria	Anjos	Certified Internal Auditor (CIA)
Andre	Freitas	Certified Internal Auditor (CIA)
Luis	Manta Salvador	Certified Internal Auditor (CIA)
Joao	Silva	Certified Internal Auditor (CIA)
Hugo Miguel	Ribeiro	Certified Internal Auditor (CIA)
Nicole	Mourao	Certified Internal Auditor (CIA)
Carla	Cunha	Certified Internal Auditor (CIA)
Ricardo Manuel	Vasconcelos Dias	Certified Internal Auditor (CIA)
Ana	Carreira	Certified Internal Auditor (CIA)
RUI	FERREIRA	Certified Internal Auditor (CIA)
Armando Jorge	Lopes	Certified Internal Auditor (CIA)
Miguel	Cabeza Ruiz	Certified Internal Auditor (CIA)
Ana	Simoes	Certified Internal Auditor (CIA)
David	Rebelo	Certified Internal Auditor (CIA)
Pedro Miguel	Ramos	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria Manuela	Ortega	Certified Internal Auditor (CIA)
Raquel	Botelho Castela Da Cos	Certified Internal Auditor (CIA)
Elsa Cristina	Abreu	Certified Internal Auditor (CIA)

Candidate First Name	Candidate Last Name	Program
Ana	Da Silva Robalo Patric	Certified Internal Auditor (CIA)
Ana Mafalda	Martins	Certified Internal Auditor (CIA)
Goncalo	Vicente	Certified Internal Auditor (CIA)
Luis	Rocha	Certified Internal Auditor (CIA)
Valter	Pereira	Certified Internal Auditor (CIA)
Ana Claudia	Gomes	Certified Internal Auditor (CIA)
Rafael	Dolores	Certified Internal Auditor (CIA)
Ana	Vaza	Certified Internal Auditor (CIA)
Pedro Miguel	Dias Vicente	Certified Internal Auditor (CIA)
Pedro Borges	Esperanca	Certified Internal Auditor (CIA)
Rogério	Ribeiro	Certified Internal Auditor (CIA)
Bernardo Rosal	Cabral	Certified Internal Auditor (CIA)
Nuno Manuel	Moreno Carrasco	Certified Internal Auditor (CIA)
Luis Miguel	Sales Brito Montanha R	Certified Internal Auditor (CIA)
Maria do Céu	Ribeiro	Certified Internal Auditor (CIA)
Alexandra	Catapirra	Certified Internal Auditor (CIA)
Jose	Teixeira	Certified Internal Auditor (CIA)
Miguel	Almeida	Certified Internal Auditor (CIA)
Tiago	Travassos	Certified Internal Auditor (CIA)
Rafael	Mendes	Certified Internal Auditor (CIA)
Malgorzata	Glowacka	Certified Internal Auditor (CIA)
Paulo Alexandre	Goncalves Dias	Certified Internal Auditor (CIA)
Jose Joao	de Oliveira Marafuz	Certified Internal Auditor (CIA)
Filipe	Santos Dias Baptista	Certified Internal Auditor (CIA)
Liliana	Pinto	Certified Internal Auditor (CIA)
Gabriel Bruno Afonso	Rijo Vieira Magalhaes	Certified Internal Auditor (CIA)
Francisco	Paisana	Certified Internal Auditor (CIA)
João	Alves	Certified Internal Auditor (CIA)
Tiago Afonso	Brito Lopes	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Francisco Melo	Albino	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Joao	Gomes	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Jorge Miguel Tavares	Gomes	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Orlando	Sousa	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Paulo Jorge	Soares	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Ana	Gouveia	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Armando Jorge	Lopes	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Cristina Isabel	Gaspar	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Eduardo	Margarido	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Filipe Calado	Afonso	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Luis	Machado	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Maria	Anjos	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Maria	Faria	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Maria	Santos	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Nicole	Mourao	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Joao	Silva	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Manuela Matos	Figueiredo	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Maria Margarida	Almeida	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Rui	Reis	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Sara	Francisco	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Ana	Carreira	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Hugo Miguel	Ribeiro	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Elsa Cristina	Abreu	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)

Candidate First Name	Candidate Last Name	Program
Jose	Oliveira	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Raquel	Botelho Castela Da Cos	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Paulo Alexandre	Rodrigues Valente	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Ana	Simoes	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Pedro Miguel	Ramos	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Maria Manuela	Ortega	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Nuno Miguel	Guerreiro	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Valter	Pereira	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Ana	Da Silva Robalo Patric	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Luis	Manta Salvador	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Liliana	Pinto	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
RUI	FERREIRA	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Rogério	Ribeiro	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Fabio	Santos	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Joana	Monteiro	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Gabriel Bruno Afonso	Rijo Vieira Magalhaes	Certification in Control Self-Assessment (CCSA)
Nuno	Moreira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Jose	Oliveira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Maria do Céu	Ribeiro	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Jaime	Duarte	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Nuno	Castanheira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Rui Pedro	Esteves Cupertino Mira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Luis	Manta Salvador	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
RUI	FERREIRA	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
António Miguel	Oliveira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Maria Fátima	Geada	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Maria	Santos	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Carla Sofia Borralho	Correia	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Sara Maria Resende C	Melo Pestana	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Ana	Da Silva Robalo Patric	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Nuno Miguel	Guerreiro	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Albino	Andre Costa	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
António	Mendes Martins	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Carmen	Nobre	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Dulce	Pires António	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Maria Leonor	Pereira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Pedro Miguel	Dias Vicente	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Susana	Agostinho Neutel	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Vânia	Corga	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Eduardo	Margarido	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Nuno Miguel Filipe	Oliveira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Ana Joao Vieira	Figueiredo	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Bernardo Rosal	Cabral	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Rui	Reis	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
ALEXANDRA	ANTUNES	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Luisa	Jacinto	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Patricia Brito	Coelho	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Armando Jorge	Lopes	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Claudio Sergio	Ferreira	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Rogério	Ribeiro	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Jorge Miguel Tavares	Gomes	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Joao	Gomes	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Tiago	Alves	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Joao	Peralta	Certification in Risk Management Assurance (CRMA)
Eduardo	Margarido	Certified Financial Services Auditor (CFSA)
Nuno Manuel	Moreno Carrasco	Certified Financial Services Auditor (CFSA)
Francisco Melo	Albino	Certified Government Auditing Professional (CGAP)
Nelson	Miranda	Certified Government Auditing Professional (CGAP)
Nuno Miguel	Guerreiro	Certified Government Auditing Professional (CGAP)